

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 27 DE OUTUBRO DE 2005

NÚMERO 5.502

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Celestino Secco

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Nilson Nelson Machado

**PARTIDO SOCIALISTA
BRASILEIRO**

Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Jorginho Mello
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
José Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Francisco Küster
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merisio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Vânio dos Santos – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
Francisco Küster
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merisio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merisio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Francisco de Assis
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ana Paula Lima – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Francisco Küster
Cesar Souza
Simone Schramm
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon – Presidente
Ana Paula Lima Vice Presidente
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merisio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Clésio Salvaro
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis– Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1727
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 083ª Sessão Ordinária da
15ª realizada em 26/10/2005.....2
Ata da 029ª Sessão Extraordinária
da 15ª realizada em 26/10/2005 22
Ata da 030ª Sessão Extraordinária
da 15ª realizada em 26/10/2005 24
Ata da 041ª Sessão Solene da 15ª
realizada em 26/10/2005.....26

Atos da Mesa

Ato da Presidência DP.....33
Ato da Mesa DP.....33
Atos da Mesa.....33
Resolução.....34

Publicações Diversas

Extrato.....35
Portarias.....35
Projetos de Lei.....35
Projeto de Resolução.....36

PLENÁRIO

ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Refere-se ao referendo do desarmamento; fala do lançamento do edital de licitação para execução das obras de pavimentação da rodovia Anel da Maçã, em São Joaquim e da doação de um prédio à Escola de Educação Básica Rocha Pombo; aborda a II Conferência Estadual do Meio Ambiente.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Aborda o referendo do desarmamento; refere-se ao abaixo-assinado pedindo por moralidade no processo eleitoral; fala do encontro das mulheres tucanas no município de Joinville; comenta os gastos do Poder Executivo federal com diárias de viagens de funcionários.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Parabeniza o vereador Ronaldo Trajano Raulino por sua posse na prefeitura de Jaraguá do Sul; refere-se ao problema da febre aftosa e da gripe aviária.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Aborda as viagens do presidente Lula e do governador Luiz Henrique; parabeniza o vereador Ronaldo Trajano Raulino, que assumiu a prefeitura de Jaraguá do Sul.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (pela ordem) - Registra a presença de alunos da Escola de Educação Básica Frei Nicodemos, de Lages.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Wilson Vieira pelo seu aniversário.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Refere-se à campanha da Abrasel a respeito das taxas cobradas pelas empresas fornecedoras dos tickets-refeição; aborda a reforma agrária.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Aborda a campanha da Abrasel a respeito de taxas cobradas pelas empresas fornecedoras dos tickets-refeição.

Partidos Políticos

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Refere-se ao Estatuto do Magistério Público estadual vigente e ao anteprojeto do governador.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (pela ordem) - Parabeniza o deputado Wilson Vieira pelo seu aniversário.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Parabeniza o deputado Wilson Vieira pelo seu aniversário.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Fala sobre o Partido Socialista Brasileiro, no qual ingressou.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Aborda projeto de sua autoria sobre a valorização profissional dos egressos do sistema penitenciário; ressalta o problema da venda de peças de veículos roubados.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Wilson Vieira pelo seu aniversário.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Cumprimenta o deputado Wilson Vieira pelo seu aniversário.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Cumprimenta o deputado Wilson Vieira pelo seu aniversário; aborda a falta de recursos para a conclusão do aeroporto de Correia Pinto; fala da paralisação das obras da usina Pai-Querê.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Refere-se ao aeroporto de Correia Pinto.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Opina sobre o aeroporto de Correia Pinto.

DEPUTADO WILSON VIEIRA (aparte) - Convida todos para audiência pública com a presença do deputado Carlito Merss.

DEPUTADO WILSON VIEIRA (pela ordem) - Agradece os cumprimentos pelo seu aniversário.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Aborda audiência com o governador para tratar dos problemas da Casan.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Ressalta o importante papel da Assembléia para resolver o problema da Casan.

DEPUTADO WILSON VIEIRA (aparte) - Aborda reunião com a Fecam.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (aparte) - Ressalta sua preocupação com a possível privatização da Casan.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Coloca que não há como privatizar a Casan.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO (aparte) - Aborda o problema da Casan.

DEPUTADO PAULO ECCEL - Cumprimenta o deputado Dentinho pelo aniversário; comunica representação do PT contra o deputado Nelson Goetten.

DEPUTADO WILSON VIEIRA (aparte) - Agradece os cumprimentos do deputado Paulo Eccel.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON (aparte) - Diz que não concorda com o PT.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Registra que o que o deputado Nelson Goetten fez é muito diferente do que acontece em Brasília.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA (pela ordem) - Registra presença na Casa de dirigentes lojistas de SC.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Manifesta-se acerca de episódios no Badesc.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Parabeniza o deputado Vieirão pelo assunto que aborda.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Registra presença na Casa do prefeito e de um vereador de Urubuci, acompanhados de Armando Mendonça e José Farias.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Registra presença de amigos na Casa.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Registra presença na Casa do prefeito de Tijucas, do vice-prefeito de Ituporanga e do sr. Luiz Ademir Hessmann.

Ordem do Dia

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Discute a MP nº 0120/2005.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Sérgio Godinho, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários da Casa e telespectadores da TVAL, quero me manifestar a respeito do referendo sobre o desarmamento.

Sou a favor da vida. Penso que o estatuto tem de ser regulamentado e que devemos cobrar dos nossos governos o seu cumprimento, bem como a ação da polícia para desarmar o bandido, o ladrão, e fazer com que as pessoas que tenham arma cumpram as leis existentes neste país e que remetem à responsabilidade de cada um o não-porte de arma na rua.

Quero, neste momento, sr. presidente, fazer uma homenagem ao homem do campo, ao agricultor, àquele homem que cuida da fazenda, do campo, do gado e que se sentia mais do que ameaçado com relação a esse referendo que daria, ou não, a permissibilidade de comprar arma de fogo e munição.

Então, gostaria de que fosse executada aqui - ao mesmo tempo em que será exibida no painel a sua letra - uma música em homenagem aos homens do campo, chamada "O Revólver do Tropeiro", de autoria de Piriaska Grecco, Angelo França e Luiz Carlos Borges, que explica a preocupação do homem do campo com relação ao desarmamento.

(Procede-se à execução da música.)

Sr. presidente, esta poesia pode até parecer brincadeira, mas creio que o "não" deixou claro que a responsabilidade em desarmar o bandido deve ser remetida aos estados e aos governos. Diz a música:

(Passa a ler)

("...")

Pra baguncero o país tá encaminhado, o povo tá desdomado quem manda faz que não vê Nosso governo quem tem que prende não prende, não vigia, não defende nem deixa se defende."

(Cópia fiel)

Então, esta música é uma homenagem que presto ao homem do campo, que estava realmente desesperado com a possibilidade de não poder possuir uma arma em casa para a sua defesa, e para a defesa da sua família.

Sr. Presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o segundo assunto que tenho para tratar é com relação à região de São Joaquim, onde participamos, juntamente com os secretários regionais e toda a comunidade lá de São Joaquim, de um ato maravilhoso do governo do estado de Santa Catarina, ou seja, o lançamento do edital de licitação para a execução das obras de pavimentação da rodovia Anel da Maçã.

Esta rodovia, que hoje é de chão batido, não tem asfaltamento e nenhuma pavimentação, causando, além dos problemas normais que todo cidadão enfrenta quando precisa trafegar numa estrada sem asfalto, prejuízos imensuráveis aos produtores de maçã, porque devido ao balanço do carro, quando a maçã chega nas câmaras frias para ser estocada já existe uma perda de 20% a 25% - tudo em decorrência deste bate-bate da maçã nos caminhões e nas carroças.

A construção da rodovia Anel da Maçã possibilitará o transporte, com qualidade, daquelas 200 mil toneladas que são produzidas na região de São Joaquim.

Então, agradecemos ao governo do estado por esta grande iniciativa, deputado Francisco Küster, de fazer a rodovia Anel da Maçã com mais ou menos 22 quilômetros. E o governo assinou este edital para o início, em breve, dos sete primeiros quilômetros lá no município de São Joaquim.

Naquele evento em São Joaquim também ocorreu a entrega da escritura de um prédio ao colégio Cenecista, adquirido pelo governo do estado, aprovado aqui pela Assembléia Legislativa, no valor de R\$ 600 mil, que foi doado à Escola de Educação Básica Rocha Pombo de São Joaquim.

Então, lá ocorreram diversos atos, mas os mais importantes e expressivos foram: a rodovia Anel da Maçã e a doação a este colégio.

Faremos, no dia 4 de novembro, a II Conferência Estadual do Meio Ambiente - depois haverá a conferência estadual e a conferência nacional em Brasília, nos dias 10 a 13 dezembro.

A II Conferência Estadual do Meio Ambiente será realizada em parceria com o Ibama, SDS - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável -, Fatma, Fiesc, Alesc, através da comissão de Turismo e Meio Ambiente, sendo que serão realizadas conferências regionais em vários locais no estado para que elas consolidem a II Conferência Estadual do Meio Ambiente.

Vejam: no dia 4 de novembro, no auditório da Uniplac, na cidade de Lages, será realizada a primeira conferência; no dia 8 de novembro será em Criciúma, no Bairro Universitário, no auditório 1 da SATC; no dia 10 de novembro será em Joinville, no auditório, na GEECT; no dia 16 de novembro será em Itajaí, na Univali, no auditório do curso de farmácia; no dia 17 de novembro será em Xanxerê, no auditório do Colégio Costa e Silva; e nos dias 22 e 23 de novembro será em Florianópolis, no Centro de Convenções da Fiesc, no Itacorubi.

Então, as conferências do meio ambiente, com o tema central políticas públicas integradas e uso sustentável dos recursos naturais, terão três eixos básicos de discussão: desenvolvimento sustentável, fortalecimento do sistema nacional de meio ambiente e controle social.

O comitê executivo da conferência estadual em Santa Catarina, formado por representantes do Ibama, SDS, Fatma, Fecam, Anama, Fiesc, FEEC, Alesc, Fetaesc, Ciea, UFSC e Acafe, realizará cinco conferências regionais no estado que serão altamente relevantes e levarão para essas macrorregiões o tema central da conferência, e depois haverá em Brasília a conferência nacional, nos dias 10 e 11 de dezembro, em Brasília.

Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de reforçar a importância para Santa Catarina dessas cinco conferências regionais (Lages, Criciúma, Joinville, Itajaí e Xanxerê, e depois em Florianópolis, nos dias 22 e 23 de novembro, na Fiesc) para oportunizar que todos participem da II Conferência Estadual do Meio Ambiente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Francisco Küster, ex-presidente desta Casa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, conterrâneos que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc - e faço também uma saudação respeitosa a quem nos visita na tarde de hoje para acompanhar os nossos trabalhos -, tenho três assuntos para tratar nesta oportunidade.

Penso que não esgotamos ainda por inteiro a matéria sobre o referendo em que o "não" acabou massacrando o "sim". Não esperávamos um resultado diferente, em função dos equívocos, dos encaminhamentos, em que pese o esforço e a vontade de tornar o debate o mais claro e produtivo possível por parte, inclusive, dos que defendiam o "sim".

Quero me reportar, nesta oportunidade, à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que nada mais é do que o Estatuto do Desarmamento e uma grande conquista para a sociedade brasileira, indiscutivelmente. Creio que os autores da proposta do referendo não conheciam o Estatuto do Desarmamento; e as autoridades que o encaminharam, na sua imensa maioria, também, de igual forma, não o conheciam, até porque alguns, equivocadamente, dizem: "Mas é um estatuto de 37 artigos"! Já é uma mentira, pois são 36 artigos e não 37! Mas, como a ordem dos fatores não altera o produto, que pelo menos, então, conheçam o Estatuto do Desarmamento.

Já bastante extenso e muito prolixo está o decreto de regulamentação do sr. presidente da República, o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, o Estatuto do Desarmamento. Este decreto que regulamenta esta lei já tem, sim, 77 artigos. E quem for conhecê-lo, irá verificar que se a lei era para valer mesmo, e não

apenas para figurar nos escaninhos ou nas publicações do Diário Oficial, não precisavam promover o referendo e gastar quase R\$ 500 milhões - uns falam em R\$ 200 milhões, outros falam em R\$ 300 milhões, outros em mais de R\$ 500 milhões. O fato é que gastaram muito dinheiro.

O único saldo positivo foi o chamamento do povo às urnas, porque é extremamente salutar e muito bom o ato de votar. Até quero dizer que quem inventou isso o fez equivocadamente ou até para provar. Por que não?!

Não vou dizer os motivos que me levaram a defender com firmeza o "não". Particpei de debates e sai deles meio chamuscado, mas era a minha posição naquele momento. Tenho convicção plena de que o povo está muito descrente das boas intenções dos governantes, das autoridades, principalmente do governo federal. Ante a dúvida o povo fica com o mínimo de direito que pensa que tem. Nesse caso é o direito de ele próprio se defender se o governo não faz a lição de casa e não garante sua defesa. Esse tema ainda vai dar muito pano para manga, desculpem a expressão. Precisamos ver a eficácia do governo central no combate à violência e na garantia do direito de defesa do nosso povo, dos cidadãos de bem.

Quero fazer um comentário sobre as 250 mil assinaturas colhidas por autoridades, por figuras como o jurista Miguel Reale Junior, ex-ministro da Justiça, num abaixo-assinado ao ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Carlos Vellozo, propondo ações mais efetivas no campo da moralidade político eleitoral.

Penso que o processo eleitoral do ano que vem possa se dar sob uma vigília mais firme da Justiça, das autoridades, que terão a grave responsabilidade de conduzir, de fiscalizar esse processo político eleitoral para coibir os abusos da presença do poder econômico, que corrompe e violenta a consciência das pessoas.

Vivemos num país pobre, num país ainda subdesenvolvido em sua imensa maioria porque temos bolsões de miséria, de pobreza, em que é fácil o endinheirado chegar e, simpaticamente, atrair os votos dos eleitores. Esperamos que pelo menos esse crime assumido por muita gente do caixa dois seja coibido no próximo embate eleitoral. Acreditamos na nossa Justiça Eleitoral, e assim será.

Esse é um outro registro que faço em relação ao procedimento adotado por essas pessoas que colheram mais de 250 mil assinaturas num abaixo-assinado a ser encaminhado ao ministro Carlos Vellozo, pedindo providências no combate à corrupção político eleitoral ou na defesa da moralidade político eleitoral. Procedimento digno de elogios, o que faço nessa oportunidade.

Ato contínuo, sr. presidente, como me comprometi, estou dando continuidade ao anunciar, através da TVAL, o encontro das mulheres tucanas no município de Joinville, no próximo dia 6 de novembro. Estarão lá as companheiras tucanas discutindo e debatendo os problemas de ordem partidária, os problemas da sociedade, principalmente os problemas das mulheres, que não são poucos; são muitos até, por natureza.

Por último, sr. presidente, quero fazer um comentário, desta feita em relação ao excessivo gasto com diárias.

(Passa a ler)

"Os gastos do Poder Executivo federal com diárias de viagem de funcionários atingiram R\$ 1 bilhão apenas no atual governo. Ao comentar esse número, autoridades utilizaram qualificativos como 'estorrecedor' ou 'exagerado', dando uma dimensão do que ele representa para um país com os problemas do Brasil."

(Cópia fiel)

Na área da educação o Brasil ainda tem quase 30 milhões de analfabetos; na área da saúde pública, em algumas regiões, o atendimento é precário ou praticamente inexistente; na área da infra-estrutura e outras necessidades elementares... E gastam R\$ 1 bilhão com diárias e viagens, deputado Veiário - v.exa. que foi xerife das finanças do estado sabe que R\$ 1 bilhão é muito dinheiro. Mas isso, para não ficar numa acusação direta e exclusiva ao atual governo, vem acontecendo há muito, e por isso é chegada a hora de pôr um freio, moralizar esses gastos excessivos com diárias e viagens. Não é difícil. É só regulamentar e disciplinar, eticamente, as viagens e, acima de tudo, as diárias.

Acho que o atual governo federal ainda tem condições de, no mínimo, dar uma contribuição, iniciando um processo que permita corrigir esses desvios, esses desperdícios, esse jogar dinheiro pelo ralo.

Nós estamos lutando titanicamente por R\$ 50 milhões para a BR-282, 5% dessa montanha de dinheiro que é gasto com diárias e viagens - e não se sabe o resultado, a eficácia dessas viagens ou o resultado dessas diárias, se não foi apenas para engordar alguns já polpudos salários.

Portanto, sr. presidente, é preciso fazer um debate dessa natureza; é fundamental que se faça. Vejam bem, por questão de justiça, que não estou acusando como prática exclusiva do atual governo federal. Isso é uma coisa que remonta aos tempos, deputada Ana Paula Lima. Sei que isso remonta a algum tempo, mas é preciso que se faça alguma coisa concretamente, afinal de contas os governos que se sucedem assumem compromissos de mudar, e mudar para melhor, não apenas e tão-somente dar continuidade aos desvios de conduta, ao esbanjamento do dinheiro público. Aquilo que faltá hoje nas escolas, na saúde pública, na infra-estrutura, na segurança pública está sendo gasto de uma forma, sim, criminoso, a título de diárias e despesas com viagens de alguns brasileiros excepcionais, excepcionalíssimos, mas que estão brincando com o sacrossanto dinheirinho do nosso povo, que faz falta, no mínimo, para socorrer os pobres nesses bolsões de miséria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Pedro Baldissera, sra. deputada Ana Paula Lima e demais srs. deputados, assomo à tribuna para parabenizar o vereador Ronaldo Trajano Raulino, presidente da Câmara municipal de Jaraguá do Sul, que assumiu aquela prefeitura em virtude da viagem do prefeito Moacir Bertoldi e da vice-prefeita Rosemeire Puccine Vassel, todos do Partido Liberal.

Por que o vereador Ronaldo Trajano Raulino assumiu a prefeitura? Assumiu por sua capacidade e idoneidade, pelo brilhante trabalho que faz frente à presidência da Câmara Legislativa.

Então, queremos deixar registrado, sr. presidente, porque quando um parlamentar faz um bom trabalho, desenvolve-o com equidade, é claro que ele assume novos postos, como aconteceu com o nosso presidente deputado Julio Garcia, que assumiu o governo do estado. Muito nos orgulha e ficamos felizes ver um colega que se destaca, que progride, deputada Ana Paula Lima.

A Sr. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

A Sr. Deputada Ana Paula Lima - Deputada Odete de Jesus, o deputado que antecedeu v.exa. falava das viagens que aconteceram e que às vezes foram desperdícios. Mas eu quero dizer que o governador Luiz Henrique e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira também têm viajado bastante, trazendo recursos para o estado de Santa Catarina, assim como o nosso presidente Lula está mostrando um Brasil diferente para o mundo em suas viagens de negócios.

Aproveito para parabenizar o presidente da Câmara de vereadores, vereador Ronaldo Trajano Raulino, do seu partido - o PL, muito competente, que assumiu a prefeitura de Jaraguá do Sul e também destacar que aquela Câmara deu bom exemplo para o estado de Santa Catarina e também para o Brasil, pois lá foi reduzido o recesso parlamentar.

Então, quero parabenizar o presidente da Câmara por ter assumido a prefeitura de Jaraguá do Sul e por esse momento importante do estado de Santa Catarina e do Brasil, quanto à redução do recesso parlamentar. Pena que nós não fomos vitoriosos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima, minha querida colega de trabalho, que dá um bom exemplo pela sua liderança e competência.

Sr. presidente, o Brasil e o estado de Santa Catarina estão em alerta. Quando ligamos a TV para assistirmos às notícias ou lemos os jornais o assunto é sobre febre aftosa e gripe aviária.

Eu, que faço parte da comissão de Educação, que tem como presidente o deputado Onofre Santo Agostini, entrei com um pedido para uma audiência pública, porque vejo que o problema é de saúde pública. Inclusive o deputado Dionei Walter da Silva, muito preocupado com esses assuntos, subscreveu o requerimento.

Não sabíamos que a comissão de Agricultura também realizaria uma audiência pública - até sugerimos que fizéssemos conjuntamente, mas o deputado Reno Caramori, presidente daquela comissão, já havia expedido os convites e por isso não haveria mais tempo. Contudo também vamos realizar uma audiência, porque precisamos convidar o secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, que já nos fez uma belíssima explicativa em uma reunião na quarta-feira passada, na sala da presidência desta Casa, sobre as fronteiras estarem bloqueadas e que o governo do estado, muito preocupado, já tomou as devidas medidas.

Eu sugeri para o governo do estado divulgar mais pela imprensa, alertando toda a população catarinense, para que não paire nenhuma dúvida sobre a possibilidade de aqui chegar a febre aftosa. Estão sendo tomadas medidas, através da secretaria de Agricultura, para bloquear a chegada de animais vindos do Paraná e também de outros países.

Deputado Francisco Küster, meu caro colega, o que nos preocupa é a saúde da população. Por isso vamos convidar profissionais da área da saúde - infectologistas, virologistas, médicos e autoridades sanitárias - para que venham a esta Casa Legislativa e, através da TVAL, que ontem estava de aniversário e seus profissionais fazem um trabalho muito competente, sejam levadas à população catarinense todas as informações e as atuações dos parlamentares.

Tenho certeza de que terei apoio dos membros das comissões para realizar essa audiência pública - o deputado Dionei Walter da Silva subscreveu comigo o requerimento. Vamos em frente para esclarecermos à população catarinense também quanto à gripe aviária, que é resultado de infecção nas aves por um vírus, que nos casos mais graves pode até matar em um prazo de 24h. O vírus é transmitido por ave migratória, principalmente por patos selvagens, que não manifestam a doença por serem mais resistentes às infecções; apenas servem como reservatório do vírus.

Como ela é transmitida para o homem? Ela é transmitida através do contato direto do homem com as fezes das aves, aquelas pessoas que fazem a limpeza, que manuseiam as fezes. Outra forma de contaminação é através das secreções, tais como corrimento nasal, espirro e tosse das aves ou pessoas infectadas. Já o risco de ser contaminado comendo carne de frango é quase nulo porque o vírus não suporta altas temperaturas. Tem-se que tomar certos cuidados porque algumas pessoas não cozinham bem a carne ou até a comem crua.

Conversando com o secretário Moacir Sopena, que estava acompanhado de seus assessores, ele nos disse que as aves poderão pousar em território catarinense. Não podemos impedir, porque elas vêm voando e podem pousar em galinheiros...

Então, realizaremos uma audiência pública para maiores esclarecimentos.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Francisco Küster - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, quero registrar, com muita satisfação, a presença dos alunos da 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio, da Escola de Educação Básica Frei Nicodemus, de Lages, capitaneados pela professora Marilu Maldaner e outras professoras e mães que também os acompanham. Desejamos uma boa estada na capital! Eles também irão visitar o secretário de Segurança Pública. É sempre muito bom ter o acompanhamento por parte dos jovens, das crianças, principalmente, dos educadores.

Era esse o registro, sr. presidente.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. ANA PAULA LIMA - Pedi a palavra apenas para cumprimentar o deputado Wilson Vieira que está aniversariando hoje, completando 52 anos. Meus parabéns! Inclusive, hoje está aqui no plenário trabalhando. Minhas felicitações ao nobre deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Afrânio Bopp, por até dez minutos.

Antes de o deputado fazer uso da palavra, esta presidência registra também a presença de vereadores da Câmara municipal de Caçador, acompanhados pelo seu prefeito, Marcos da Silva Creminacio. Desejamos uma boa estada nesta Casa Legislativa.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, srs. deputados, assomo à tribuna no dia de hoje para me solidarizar com a bandeira que vêm empunhando a Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares; Abrasel - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - e também a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

Essa campanha foi lançada em todo o Brasil em decorrência da cobrança de altas taxas, que chegam a até 8%, do valor recebido dos bares e restaurantes por uma refeição, o que acaba onerando o consumidor, a conta final da clientela dos bares e restaurantes.

A campanha possui o slogan: "Tiquetes sim, abuso não. O Brasil inteiro vai protestar contra as taxas abusivas das administradoras de tiquetes." Foi no dia 20, quando as entidades associadas à Abrasel fizeram um protesto contra a cobrança, contra a majoração em até 8%.

Essas entidades estão denunciando o monopólio das empresas que são controladoras de 70% do mercado dos chamados tiquetes-refeições e que acabam sendo comercializados. Dessa forma, subordinam uma taxa de maneira unilateral em função do poder do monopólio. E que em serviços similares, a exemplo do cartão de crédito, a taxa cobrada fica em torno de 2 a 3,5%.

Isso é uma denúncia, é uma demonstração da própria Abrasel na medida em que comprova a excessiva cobrança. E o documento, o panfleto que vem sendo nacionalmente distribuído diz que é inaceitável que as operadoras concedam deságios, deputado Sérgio Godinho, de até 2,5% para as grandes empresas, pois as que compram em grandes lotes recebem descontos de 2,5%. Eles entendem que esse subsídio das grandes empresas, na prática, é abuso econômico devido às altas cobranças que acabam prejudicando, principalmente, os pequenos estabelecimentos, as pequenas empresas, os pequenos restaurantes.

Para se ter uma idéia, eles fazem uma projeção com possível redução, uma vez que se cobra em torno de 8 a 8,5%. E de quem opera o cartão de crédito a taxa fica em torno de 2 a 3,5%. Há uma margem de sobretaxação de mais ou menos 5%. Então, eles dizem que se fosse possível subtrair essa taxa de 5%, a cada 20 refeições um trabalhador teria uma outra refeição de graça. No período de um ano esta economia permitiria a aquisição de até 18 outras refeições por trabalhador.

Agora projetemos isso em números globais do país, ou seja, a quantidade de refeições que seriam fornecidas para os trabalhadores se não fosse sobretaxado, se fosse diminuída essa sobretaxa, essa super exploração que vem ocorrendo.

Por isso, quero aqui parabenizar as entidades, me associar a esta campanha, a esta bandeira e fazer também do Parlamento catarinense um espaço de denúncia e de adesão a esta campanha.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Deputado Afrânio Bopp, queria parabenizá-lo pelo pronunciamento maravilhoso que faz.

No dia 20 de outubro recebi também esse comunicado e vim a este plenário, quando fiz minha manifestação. Depois os membros da Abrasel entraram em contato comigo para solicitar uma audiência pública para discutir esse problema.

O problema é grave, ele afeta qualquer bar, qualquer lanchonete, qualquer restaurante. E v.exa. ressaltou que esses segmentos detêm uma quantidade de emprego muito grande. São setores que empregam mesmo aquelas pessoas mais desqualificadas, que por força da idade ingressam no mercado de trabalho. É, portanto, um setor de geração de emprego e também de geração de renda.

Então, me associo ao seu pronunciamento e quero participar também de algum ato que possa ajudá-los, além do dia nacional que foi criado em Brasília e deflagrou esse problema. Inclusive nesse dia esses restaurantes da Abrasel não receberam o tiquete em sinal de protesto.

Então, nós teríamos que nos unir e fazer alguma ação para beneficiar todos os bares, lanchonetes e restaurantes do nosso estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Deputado Sérgio Godinho, agradeço v.exa. pela colaboração.

Acredito, inclusive, que a nossa comissão de Turismo, na Assembléia Legislativa, pode encampar e aprofundar as discussões a respeito desse tema.

E eu gostaria também de me manifestar no dia de hoje sobre um outro assunto, em decorrência da viagem do presidente Lula para o exterior, especificamente à Itália, onde foi recebido por uma comissão de entidades, o chamado comitê de apoio à luta pela reforma agrária e contra a violência no campo, no Brasil.

Lá o próprio presidente Lula teve a oportunidade de ouvir várias entidades da via campesina que se articulam, inclusive, internacionalmente e expuseram ao presidente Lula a avaliação que fazem da morosidade com relação ao processo de reforma agrária no Brasil.

Todos nós sabemos que o compromisso inicial do programa de governo era assentar um milhão de famílias, no entanto, essa meta foi abandonada, foi engavetada. Hoje, segundo números oficiais, no primeiro semestre desse ano, após um grande esforço de mobilização do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outras entidades, como o MTL, que são movimentos que lutam pela reforma agrária no Brasil, conseguiram fazer com que o governo assumisse um pacto para em 2005 acelerar o processo de reforma agrária.

Números oficiais apontam que no ano de 2005, no primeiro semestre, o número de famílias assentadas chega a 50.000. Mas o MST diz que do total de famílias acampadas, somente 4.000 até agora foram assentadas no ano de 2005.

Por isso, quero aqui da tribuna, colocar que as viagens do presidente Lula não podem ser apenas para embalar o aquecimento da economia, das rendas, das mercadorias, mas que o movimento social, inclusive, teve a oportunidade de discutir com o presidente Lula as temáticas do povo pobre, explorado, excluído e que quer fazer a reforma agrária no país.

Por isso, faço questão de dizer que é necessário sensibilizar o governo federal para uma bandeira de profunda repercussão social, que colide frontalmente com o interesse do poder secular neste país, que é o poder do latifúndio, que é o poder das elites dominantes e que o governo precisa confrontar-se na perspectiva de fazer justiça social e acelerar o ritmo da reforma agrária, dado o quadro de morosidade que é, evidentemente, reconhecido por todos.

Então, sr. presidente, agradeço a oportunidade, inclusive, adentramos alguns minutos no horário dos partidos em função das questões de andamento da nossa sessão.

Por hoje eu gostaria de deixar registrado esses dois assuntos: a campanha da Abrasel e também a luta para acelerar a reforma agrária no Brasil, porque anda a passos de tartaruga.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário pertence ao Partido Liberal.

Com a palavra, a sra. deputada Odete de Jesus, por até 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Herneus de Nadal, sra. deputada, srs. deputados, platéia maravilhosa, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada.

Sr. presidente, eu tenho recebido muitos professores que nos visitam, muitos colegas que trabalharam comigo no interior, na cidade de Caçador, onde lecionei por 17 anos, professores de Matos Costa, onde também lecionei durante 6 anos. Lecionei também na cidade de Fraiburgo no NAE, supletivo de 5ª e 8ª séries, nas disciplinas de história e geografia. Hoje eu sou professora formada em geografia.

Então, sr. presidente, os professores estão muito preocupados. Primeiro veio uma equipe de professores, depois veio outra, alguns ligaram, outros mandaram e-mails, cartas e depois veio outra equipe de professores, e eles me apresentaram um quadro comparativo do Estatuto do Magistério Público estadual vigente e o anteprojeto do governador.

Eu recebi esse anteprojeto das mãos desses professores porque esse projeto aqui não tramitou.

Então, de acordo com a Lei nº 6.844 de junho de 1986, o estatuto possui 224 artigos e a mudança reduziria para 76, ou seja, tem por objetivo único cortar inúmeros direitos.

(Passa a ler)

"O projeto atual garante a lotação em unidade escolar.(art.30) Esse projeto que viria, segundo os professores, extingue a lotação na unidade escolar e cria outros centros municipais de lotação.

O projeto atual garante o regime de trabalho de 10, 20, 30 e até 40 horas semanais, no qual eu sou lotada. Eu sou uma professora lotada em 40 horas/aula. Como é que ficaria para o futuro? Estabelece regime de trabalho para o professor de apenas 10 e 20 horas semanais e impõe alteração temporária de carga horária.(art.24)

O atual permite até três dias de atestado. Como é que ficaria para o futuro? Permite apenas um dia com atestado, a partir de dois dias já deverá apresentar-se à junta para a concessão de licença médica.

No regime atual, readaptação, recebe a regência de classe por meio de ação judicial.(art. 49) Como ficaria para o futuro? Não receberá regência de classe e terá concedida a licença para tratamento de saúde ou aposentadoria proporcional se no prazo de um ano não readquirir as condições de saúde para o exercício de função. (art. 37 e 38)." E assim por diante.

Mas vamos deixar de lado esse anteprojeto. Eu estive em uma reunião, juntamente com o deputado Herneus de Nadal e mais os outros parlamentares colegas da base. Estive também conversando com o secretário, sr. João Matos, quando perguntei sobre esse projeto.

E o secretário João Matos disse que vai ouvir a secretaria de educação, o Sinte, e os professores e que não vai mandar o projeto dessa maneira.

E eu digo mais, como professora, como parlamentar, faço questão de acompanhar essas reuniões e participar, porque tenho certeza que nós, professores, eu me incluo, não vamos perder nossos direitos adquiridos, pelo contrário, esse anteprojeto será melhorado e chegou o momento da classe dos professores ser reconhecida.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente eu queria aqui manifestar minha alegria de ter como colega o deputado Dentinho e parabenizá-lo pelo seu aniversário no dia de hoje, desejando muita saúde, muita paz, muitos anos de vida para esta pessoa maravilhosa que nos dá muita alegria e satisfação de trabalhar ao seu lado.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Eu também, gostaria de cumprimentar o deputado Dentinho, de parabenizá-lo. É um colega brilhante, uma pessoa muito competente, um amigo que tem elaborado excelentes projetos e nós estamos felizes com ele aqui nesta casa. Que Deus abençoe todos os dias de sua vida.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Socialista Brasileiro.

Esta presidência, também, soma-se aos deputados que pela ordem cumprimentaram o sr. deputado Dentinho pelo seu aniversário, desejando-lhe felicidades, saúde e tudo de bom.

Com a palavra o sr. deputado Sérgio Godinho, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, srs. deputados, ocupo a tribuna no dia de hoje para falar do partido que ingressei, o PSB, Partido Socialista Brasileiro, número 40.

Esse partido tem dois governadores no governo brasileiro. Um é o governador do Maranhão e o outro do Rio Grande do Norte. O PSB também tem dois ministérios - o de Integração Nacional, com o ministro Ciro Gomes e o de Ciência e Tecnologia, com o ministro Sérgio Resende.

Possuímos 171 prefeitos em nosso país e 1.700 vereadores. No estado de Santa Catarina temos dois vice-prefeitos, 14 vereadores e agora um deputado estadual, que com muita honra entra para as fileiras do socialismo. Socialismo mesmo, socialismo moderno, socialismo com liberdade, para que possamos contribuir com a nossa missão de fazer política voltada para o social, para aqueles mais pobres, aqueles que mais precisam da inclusão social.

Temos instalados em Santa Catarina, 95 diretórios municipais; na semana passada, conseguimos mais cinco diretórios na região serrana e temos como objetivo conseguir diretórios em todos os municípios do nosso estado.

Estamos correndo o estado afora, deputado Pedro Baldissera, com o intuito de formar o nosso partido para buscar lideranças que pensem como nós e que possam contribuir com essa bandeira do socialismo.

Esses 293 municípios nos darão talvez um respaldo muito grande para as próximas eleições a deputado estadual. Temos o objetivo de com isso e com a nominata que temos de 38 candidatos a deputado estadual talvez alcançar neste Parlamento, sr. presidente, duas Cadeiras.

A direção estadual é entregue a um grande empresário, sr. Carlo Sontag, que é um militante da política do socialismo, que reorganizou o partido, conseguiu fazer com que o partido percorresse, com uma estrutura mínima, o estado.

Estamos com uma estrutura hoje quase que invejável, é um partido pequeno, mas tem uma ideologia muito grande, com uma proposta muito importante, e queremos, ao longo desse trabalho, somar, neste Parlamento, com os trabalhadores do PSB.

Com essa liderança, com essa visão que deu o partido, com essa oportunidade que tornou o partido mais conhecido, mais participativo nas questões públicas do estado de Santa Catarina, quero honrar e participar efetivamente com a sigla PSB.

Quero fazer isso, sr. presidente, com muita garra, com muita determinação e com o compromisso de fazer o partido crescer. Este é o meu objetivo como líder do partido, como único deputado do PSB. Eu tenho como missão agregar valores a todos aqueles idealistas que estão no anonimato, que estão trabalhando quase diuturnamente em prol do nosso partido.

Então, farei aquilo que estiver ao meu alcance, aquilo que estiver sob a minha responsabilidade, com muita garra e determinação, para que possamos fazer dessa sigla uma grande ação no estado de Santa Catarina.

Temos ainda 29 deputados estaduais e três senadores, sr. presidente. É um partido que está contribuindo com o país, é um partido que está fazendo a sua parte e está levantando essa bandeira do socialismo, que é um dos mais antigos partidos do Brasil.

Então, com essa oportunidade no Parlamento talvez tenhamos grandes chances de crescer. Para isso vamos trabalhar. E eu estou percorrendo o estado de Santa Catarina, estou fechando primeiramente a região serrana, levando a bandeira do PSB, filiando pessoas e trazendo amigos que pensam como nós em fazer essa inclusão para mostrarmos os nossos problemas, a fim de que possamos achar soluções no campo da inclusão social.

Precisamos ter como bandeira do partido um discurso com ideologia e como proposta diminuir as desigualdades sociais. Esse é o nosso ponto alto, esse é o nosso ponto forte: fazermos um socialismo com liberdade, com responsabilidade, buscando a inclusão social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, já estamos na segunda legislatura nesta Casa e podemos observar, por exemplo, na legislatura como vereador do município de Joinville, como é difícil exercer a nossa atividade.

As funções a nós atribuídas continuam as mesmas. Tudo aquilo que pretendemos transformar em lei, a maioria dos benefícios que eventualmente poderíamos trazer à população tropeça em problemas de ordem constitucional. É impressionante!

Em cada projeto, em cada idéia, em cada benefício que a nossa equipe ou nós mesmos temos para trazer, de alguma forma, à população, através de uma lei, vai-se mais fundo em relação àquilo que pretendemos e imediatamente "tropicamos", como diz o caboclo, no tal do problema constitucional.

Demos entrada, nesta Casa, a um projeto de lei visando à reintegração do cidadão que por alguma razão acaba preso. Ele cumpre a sua pena e depois tem dificuldade de se reintegrar na sociedade, como prevê inclusive a própria Constituição. Entendemos que deveríamos fazer alguma coisa através de um dispositivo legal.

Demos também entrada, nesta Casa, a um projeto visando à contratação por parte de empresas prestadoras de serviços terceirizados ao governo do estado, obrigando, no caso, essas empresas a terem no seu quadro até 5% de pessoas egressas do sistema prisional.

A idéia é muito boa e entendíamos que agindo assim estaríamos contribuindo de maneira substancial para que pudéssemos ter efetivamente reintegrados à sociedade aqueles elementos que cumprem com o seu dever, cumprem com a sua obrigação, ou seja, pagam a sua dívida perante a sociedade e depois acabam não tendo a oportunidade de se reintegrar a essa mesma sociedade.

A comissão de Constituição e Justiça, através do deputado Romildo Titon, que foi o relator desse meu projeto, fez um relato extenso mostrando de forma bastante profunda a sua inconstitucionalidade. Ele apresentou à comissão e ela naturalmente, por unanimidade, rejeitou esse projeto que eu entendia ser de extrema necessidade para que nós tivéssemos a reintegração, assim dita, de pessoas egressas do sistema prisional.

É mais um dos tantos projetos bons que têm mérito, que têm boas intenções, e a finalidade de cada um dos srs. legisladores é a de contribuir através de leis para que tenhamos benefícios à nossa sociedade.

Já era assim na Câmara de Vereadores, está sendo assim na Assembléia Legislativa e o problema se repete.

Então, não vou desistir dessa idéia e vou dar entrada a um outro projeto, criando no âmbito do estado de Santa Catarina o programa de valorização profissional junto aos egressos do sistema penitenciário.

Vou insistir nessa matéria, agora, por outro caminho. Quem sabe se através desse dispositivo, dessa forma eu consiga alcançar o objetivo que tenho, que é reintegrar uma boa parte desses egressos do sistema penitenciário de Santa Catarina.

Vou pedir, mais uma vez, aos membros da comissão de Constituição e Justiça para que olhem com carinho e não analisem com tanto rigor assim todos os dispositivos, porque de repente o meu projeto também pode tropeçar e não ir à frente.

Nós demos entrada, também, sr. presidente, a mais um projeto visando nortear um pouco essa verdadeira loucura que está instalada em Santa Catarina e até no país, que é o roubo de veículos e a venda generalizada, descarada de peças de veículos roubados nessas "robautos" da vida que temos espalhadas pelo estado de Santa Catarina inteiro.

Nós, depois de bastante estudo, de muitas ponderações, acabamos fazendo, na verdade, uma emenda a uma lei que existe em Santa Catarina, alterando-a em seu art. 4º, o qual diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 4º Somente poderão ser destinadas à comercialização em estabelecimento de desmonte as peças e os acessórios dos veículos automotores que tenham a baixa do registro no Departamento Estadual de Trânsito, na forma da legislação vigente."

Acredito que implementando uma lei que já existe, dando a ela mais esse conteúdo, tenho certeza absoluta de que vamos

conseguir coibir, pelo menos em parte, essa pouca vergonha de venda de peças de veículos roubados em Santa Catarina, que é uma verdadeira festa.

Em Joinville, é uma farra a venda de peças de veículos roubados, tem em qualquer lugar, no município de Joinville, na região e até em Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também quero me associar às manifestações de cumprimento ao deputado Dentinho. Sempre que cumprimento um aniversariante os meus votos são de saúde e vida longa, mas em especial ao deputado Dentinho, quero reforçar os meus desejos de muita saúde, porque já disse isso e repito: o deputado Dentinho tem se constituído no maior exemplo dos 40 integrantes desta Casa, de um cidadão que luta bravamente pela vida. Sou também um grande admirador do deputado por essa lição de vida que nos dá. Por isso nesta data quero mais uma vez reconhecer este grande parlamentar e desejar-lhe muita saúde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta presidência novamente reitera os cumprimentos ao deputado Dentinho com as devidas congratulações.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Congratulo o deputado Dentinho, desejando ao colega, que eu aprendi a conhecer e admirar, vida longa, bastante saúde e sucesso na reeleição. Felicidades, amigo!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o deputado Antônio Ceron, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, em meu nome pessoal e em nome da bancada também queremos desejar ao deputado Dentinho saúde, paz, felicidade e que ele continue com esse espírito público de lutar pelas causas que entende justas. O nosso reconhecimento, o nosso abraço, deputado Dentinho, e que Deus continue dando a v.exa. esta grandeza de defender as causas ao longo da sua vida pessoal e pública como tem feito em Santa Catarina.

Nobre deputado Dentinho, aceite os parabéns, do fundo do coração, deste deputado e da bancada do PFL. Mais tarde estarei, com certeza, atendendo o convite que v.exa. fez a mim. Com certeza, deputado, estaremos lá, depois, para com mais detalhes comemorarmos essa justa data que v.exa. comemora no dia de hoje.

Na verdade, sr. presidente, este horário do PFL, que havia sido destinado e requisitado pelo eminente deputado Gelson Merísio, foi prejudicado com a sua viagem a Chapecó, pois ele acabou se atrasando ao retornar a Florianópolis, não chegando a tempo, até o presente momento, a esta sessão. Então, nós estamos utilizando o horário do deputado Gelson Merísio.

Mas vou aproveitar esses oito minutos, deputados Sérgio Godinho e Francisco Küster, para trazer aqui três assuntos da nossa sofrida região serrana. É uma dificuldade danada para acontecer coisas boas lá em cima! Mas não vou falar sobre a BR-282 porque tenho esses outros três assuntos para tratar.

Estive falando, ontem, com um cidadão que é da empresa que está construindo o aeroporto regional de Correia Pinto, deputado Francisco Küster. Mais 15 dias e as máquinas serão retiradas da obra.

A imprensa trouxe, há poucos dias, uma informação não verdadeira de que há naquela obra embargos de natureza do Tribunal de Contas da União. Isso não é verdadeiro! Não há nenhuma irregularidade nas obras do aeroporto regional de Correia Pinto. Não há, deputado Reno Caramori, nenhuma anormalidade nas obras do aeroporto. O que existe de fato é a falta de recursos!

Eu disse um dia que até começava a acreditar que interessava ao governo que a obra da 282 fosse embargada, pelo aspecto jurídico, para ele não precisar alocar dinheiro, porque é tanta complicação! E agora inventaram a história de que há problema nas obras do aeroporto.

Não existe nenhum problema de ordem legal no andamento das obras. O que existe é a falta de recursos e a empreiteira Sul Catarinense, que está executando aquela obra que já está no vermelho há muito tempo, tem quase R\$ 2 milhões para receber do governo federal, e o serviço está adiantado! A obra está quase pronta! É uma pena estar acontecendo isso!

É mais uma conquista da região serrana, uma luta de muito tempo, para que pudéssemos ter esse benefício na nossa região e agora que está para ser concluída a obra... A obra do sul, também do aeroporto, parece que está com problemas. Faltam recursos! E aí são gastos R\$ 500 milhões para ver se o povo quer ou não o desarmamento! Uma besteira danada que movimentou cem milhões de brasileiros no domingo. Não vou usar o adjetivo que expressa, na minha opinião, o que foi o referendo de domingo.

Com tanta questão importante no Brasil, vai-se atrás de um assunto para o qual o povo deu a resposta. Quem achava que iria dar o "sim" de goleada, está até hoje tentando achar a explicação para a vitória do "não". O "não" foi contra aquele momento de um plebiscito inoportuno, que não tem nada a ver.

Mas o nosso aeroporto precisa de R\$ 5 milhões para terminar as obras e não recebemos dinheiro para isso, deputado Francisco Küster! Para a BR-282, precisamos alocar R\$ 40 milhões ou R\$ 50 milhões para o ano que vem e o governo manda para o Congresso R\$ 8 milhões! Não dá nem para fechar os buracos que existem hoje, imaginem fechar os que vão aparecer no ano que vem!

Temos estimulado o nosso fórum parlamentar em Brasília no sentido de cobrar essas questões. Hoje, o deputado Wilson Vieira está marcando uma audiência com o deputado Carlito Merss, que é o relator, para tratar do assunto. Aliás, a notícia boa que temos é que o relator do orçamento do ano que vem será o catarinense Carlito Merss, em quem acreditamos, conhecemos e sabemos que vai fazer uma ginástica além até da sua capacidade para melhorar a previsão orçamentária das obras que o governo federal tem em execução no estado de Santa Catarina.

É uma expectativa concreta que temos para poder engordar um pouco o orçamento das obras, em especial desse assunto que trago hoje aqui, que é a questão do aeroporto regional.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Antônio Ceron, quero pedir permissão para me associar à indignação que move v.exa. nessa oportunidade. Se elevar a potência, ainda é pouco, tal o descaso, o deboche para com os nossos pleitos, com as reivindicações da região serrana.

Eu também não sei o que existe! Não sei se há caveira de burro enterrada lá, não sei se precisam exorcizar aquela região toda! Temos que passar uma lima nos facões e agir tal qual os caboclos da época do Contestado, para fazer valer a vontade da nossa gente serrana.

Senão vejamos: não se trata de inveja. Eu cumprimento o povo de Jaguaruna, do sul do estado, porque está para ser inaugurado o aeroporto de Jaguaruna, o que será muito bom! Mas nós queremos o nosso também! Isso é um abuso e eu me somo à indignação que v.exa. manifesta nesta oportunidade.

Conhecemos o inteligente, competente e sensível deputado Carlito Merss, e sabemos que ele haverá de atender os nossos reclamos.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, deputado Antônio Ceron!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não! É um prazer conceder aparte ao socialista Sérgio Godinho!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Sempre fui, desde criancinha, deputado!

Gostaria de me associar a sua indignação, pois o povo de Lages realmente sofre muito com o problema da BR-282 e do aeroporto.

Falava há pouco por telefone com o deputado Fernando Coruja e, segundo ele, realmente existe um problema, está no Tribunal de Contas da União. O Congresso foi notificado pelo Tribunal de Contas da União, através da comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - É um problema do contrato, da fiscalização. E o empresário explicava-nos, ontem, que o governo do estado assumiu esta parte e não há nenhuma implicação com o governo federal. Afirmando que não há nenhum entrave no Tribunal de Contas da União com relação ao aeroporto, mas com relação à BR-282 há, sim. O que falta para o aeroporto é dinheiro!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Mas o deputado Fernando Coruja falou que existe um problema de superfaturamento no aeroporto e que já está sendo resolvido.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Menos mal que o deputado Fernando Coruja, diligente como sempre, traz a informação que há um problema, mas que será resolvido. Espero que não tenha! Mas se houver, que seja resolvido este ano ou dentro de pouco tempo.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não! Ouço o nosso aniversariante do dia.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Quero apenas convidar todos os srs. deputados para participarem de uma audiência pública, com a presença do companheiro Carlito Merss, que ocorrerá no dia 9, após o término da Ordem do Dia. Elaborei um requerimento através das lideranças para garantir esta audiência depois da Ordem do Dia para que todos possam participar, discutir e cobrar dele recursos para Santa Catarina. O nosso objetivo é esclarecer, fiscalizar e buscar recursos que o nosso estado necessita.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Deputado, nós acabamos atendendo ao pedido de v.exa. de subscrever o requerimento da realização desta audiência pública.

Rapidamente, queremos registrar dois assuntos.

Deputado Sérgio Godinho, temos lá outra obra que parou: a Usina Pai-Querê. As coisas não andam! Está quase tudo pronto, mas onde está a licença? E a outra obra de responsabilidade do governo do estado, que depois voltarei ao assunto, é a rodovia Anita Garibaldi/Celso Ramos.

Todos os srs. deputados, assim como eu, fizeram indicações e moções nesta semana, e quero registrar que será muito importante para aquela região que o governo do estado tenha a sensibilidade de incluir no Orçamento de 2006 recursos para executar inicialmente o projeto para depois, evidentemente, iniciar a execução daquela obra.

Estes são dois assuntos que retornarei a abordar na próxima sessão: a rodovia Celso Ramos/Anita Garibaldi, imprescindível para interligar aquela nossa região, e a questão da Usina Pai-Querê. Vamos desenterrar este assunto para ver por que a obra está parada!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, quero apenas agradecer os parabéns dado pelos nobres colegas e pelas pessoas que estão me homenageando neste dia. Obrigado, do fundo do coração, a todas as pessoas que lembraram de mim nesta data!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com certeza, deputado, v.exa. merece em dobro as felicitações e o desejo de paz e felicidade por todas as datas que ainda irão vir.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado João Henrique Blasi, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, este plenário foi palco, dias atrás, de uma representativa audiência pública realizada pelos servidores e sindicatos ligados à Casan, com vistas a uma preocupação fundada com respeito ao futuro daquela empresa.

Uma das deliberações tiradas naquela oportunidade, quando, presidida a audiência pública pelo deputado Onofre Santo Agostini, presidente da comissão de Saúde e Saneamento desta Assembléia, foi a de ensejar uma audiência do sr. governador do estado com o segmento interessado. Esta tarefa me foi incumbida e, na noite de ontem, estivemos em audiência com o chefe do Poder Executivo para debater este assunto, que é ingente e momentoso, a respeito do futuro da Casan.

Lá estiveram, além deste parlamentar, o deputado Onofre Santo Agostini, já mencionado, e também o aniversariante do dia, deputado Wilson Vieira, além de representantes e dirigentes dos mais diversos sindicatos ligados a Casan e também alguns servidores, numa conversa longa, transparente, aberta e, a meu juízo, produtiva, em que se discutiu exatamente a questão: como vai ficar a Casan?

Tendo em vista a circunstância de que a cada dia se torna mais evidente que a titularidade da outorga da água pertence ao município e não ao estado, no caso a Casan, o que tem acontecido, com uma constância quase que absoluta, é que, findado o contrato de concessão entre a Casan e determinado município, esse determinado município retoma para si o serviço de água e esgoto da cidade, como aconteceu em Joinville, como aconteceu em Itapema anteriormente, e como poderá vir a acontecer com outros municípios que estão nessa mesma situação.

Portanto, há necessidade de um entendimento que passe pelo Poder Executivo estadual, pelos municípios do estado de Santa Catarina e também pelos servidores da Casan.

Penso que ontem demos um pontapé inicial no sentido de evoluir para uma alternativa futura que venha a viabilizar a Casan enquanto empresa estatal, que venha a preservar o nível de empregabilidade dos seus servidores e que encontre uma solução que contemple também os legítimos interesses dos municípios.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Quero fazer coro ao seu pronunciamento e dizer da minha alegria, como disse v.exa., por termos dado o pontapé inicial.

Mais uma vez, houve a participação da Assembléia Legislativa, através da comissão de Saúde, que realizou uma grande audiência pública nesta Casa quando, democraticamente, ouvimos todos os segmentos. E quero fazer justiça a v.exa. porque, sem dúvida nenhuma, foi muito importante neste pontapé inicial.

Ontem, quando lá estiveram representantes do sindicato, os funcionários da Casan e o deputado Dentinho, cuja participação foi muito importante também, pudemos sentir que o governo realmente quer achar a solução para o problema da Casan.

Então, na qualidade de presidente da comissão de Saúde, mas, principalmente, como presidente da comissão que fez a grande audiência pública, repito que, mais uma vez, a Assembléia participou na solução desses problemas que afligem a sociedade. Nós já fomos palco de várias soluções: na greve do Besc, no problema do Judiciário e agora da Casan.

Por isso, fico imensamente satisfeito por ter cumprido com o meu dever, mas faço justiça a v.exa. e quero que fique registrado nesta Casa que a participação do ilustre deputado líder do governo foi muito importante neste pontapé inicial. Se Deus quiser, vamos marcar o gol com a participação de todos os deputados, mas, de modo especial, com a de v.exa.!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço, deputado, o registro de v.exa., que brota da bonomia do seu coração.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não! Ouço v.exa. que também teve uma participação importante na audiência ontem havida com o governador Luiz Henrique da Silveira. E aproveito para transmitir os meus cumprimentos pela sua data natalícia que transcorre no dia de hoje.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Deputado, gostaria de dizer que um dos compromissos que assumi foi marcar a reunião com a Fecam. Inicialmente, está marcada para o dia 7, só falta confirmar o horário e será em Florianópolis mesmo.

Creio que a proposta que está-se discutindo é uma totalmente viável para a Casan. No meu entendimento, é uma proposta que realmente pode viabilizar a salvação da Casan e, por consequência, os empregos que ela detém em Santa Catarina.

Penso que a nossa participação nesse processo foi fundamental, principalmente a sua. A audiência pública que realizamos também foi fundamental porque abriu novos horizontes e perspectivas de discussão e de se buscar uma solução para o problema. Dessa forma, com todos trabalhando juntos, vamos conseguir, com certeza, resolver o problema a curto prazo.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a observação de v.exa.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado João Henrique Blasi, as informações que me chegam são de que o governo prepara a privatização da Casan, sendo que as atuais diretorias seriam extintas e criadas regionais por bacias hidrográficas, e a empresa Casan ficaria apenas como uma empresa cuja função seria fazer contratos com empreiteiras para realização de obras, perdendo seu sentido de empresa pública.

Essas informações que me chegam preocupam-me. V.Exa., hoje, apresenta uma preocupação que me reconforta, sendo bastante franco. No entanto, é um tema que está sendo trabalhado; a própria equipe da Casan tem dado um outro enfoque. Eu quero dizer que se v.exa. assume esse compromisso de restabelecer a empresa como pública, como uma estatal que volta a investir em nosso estado, sobretudo agora na área de saneamento básico, evidentemente que isso vai tranquilizar todos nós. Caso contrário, se as notícias de privatização se confirmarem, vamos ter bastante problemas em Santa Catarina, porque o programa de privatização já demonstrou que não é eficaz para atender, sobretudo, as áreas estratégicas.

Então, é essa a minha preocupação e gostaria de compartilhá-la com v.exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Afrânio Boppré, posso afiançar a v.exa. que essas informações que lhe chegaram não correspondem à realidade. Daqui a pouco eu vou explicitar em que consiste o projeto do governo, que começou a ser debatido no dia de ontem. Mas o objetivo precípuo é manter a Casan enquanto empresa estatal, preservar a empregabilidade dos seus trabalhadores e atender os interesses dos municípios de Santa Catarina, que são os titulares da concessão da água.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado João Henrique Blasi, inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo esforço que fazem v.exa., os demais colegas (e por extensão toda esta Casa, que quer ver a Casan se viabilizar), o eterno deputado Walmor de Luca, um incansável batalhador, e o governador Luiz Henrique da Silveira.

Mas do meu aparte prende-se mais à manifestação do eminente colega, deputado Afrânio Boppré. Privatizar a Casan... Quem vai comprá-la, deputado João Henrique Blasi? Não há como! Quem é o dono da Casan? Trata-se de uma concessão municipal e não há como privatizá-la!

Então, este boato que circulou e que chegou até ao deputado Afrânio Boppré não tem o menor cabimento. A Casan é "imprivatizável"! Não comprar o quê, de quem? E, a rigor, quem vai vender? Então, não faz o menor sentido; não existe esta idéia de privatizar a Casan! É impraticável!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sem dúvida, v.exa. tem razão. Em se mantendo a Casan na forma que está, num curto espaço de tempo ela vai se transformar naquilo que se diz na gíria, ou seja, num grande mico.

Por isso que o governo, não querendo ficar com esse mico nas mãos, e que implicaria depois num desemprego total na Casan, está gestando um novo modelo que começou a ser discutido ontem, quando foi entregue pela SC Parcerias ao presidente da Casan, via governador. E hoje à tarde estarão reunidos o presidente e a diretoria da Casan com os presidentes dos sindicatos ligados a ela para passar uma primeira vista-d'olhos a respeito deste novo modelo, deputado Afrânio Boppré, que contempla, a grosso modo, o seguinte: seria mantida uma *holding* chamada Casan; seriam constituídas algumas empresas regionais na Grande Florianópolis, em Joinville, em Criciúma, com a participação dos municípios - e aí entraria o fim da briga pela disputa município-estado pelo fornecimento de água, com a absorção dos servidores da Casan por localidade, de acordo com estas empresas -; e também seria criada uma agência reguladora exclusiva de águas que também absorveria uma parte remanescente dos servidores.

Com isto a Casan ficaria responsável pela macrodistribuição de água, entrando os municípios com a sua participação na região, evidentemente aqueles que quiserem. Até porque há problemas graves e de difícil desate jurídico. Menciono um: em janeiro de 2007, vence o contrato da Casan com a municipalidade de Florianópolis, e o prefeito da capital, a exemplo de outros, já adiantou que quer tomar para si o serviço de água e esgoto. Só que a fonte que abastece a capital não está em Florianópolis, e sim no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Por isso tem que haver um consórcio, um entendimento e um entrosamento regional para que se possa contemplar os vários interesses e direitos. O município de Florianópolis tem direito à retomada? Tem! Mas como ele ficará, se Santo Amaro da Imperatriz resolver não fornecer mais a água que vem através da Casan?

Desta forma, há a necessidade de uma ampla discussão. E, como disse, esse documento, repito, que é uma hipótese inicial do trabalho, foi entregue, ontem, ao presidente da Casan e está sendo debatido hoje à tarde, num primeiro momento, com os servidores interessados. O deputado Dentinho, a quem foi cometida a incumbência de programar uma reunião dos deputados com o segmento da Casan interessado e com a Fecam, já se desincumbiu da sua tarefa, que será no dia 7, pelo que me consta, para que as prefeituras também cerrem fileiras conosco e para que tenhamos um período de carência em que mais nenhum município retomará nenhuma concessão, a fim de que se possa deslumar esse novo modelo que, em chegando à Assembleia, vai ser amplamente debatido e, com certeza, aprimorado.

E o nosso desejo é que possamos chegar ao fim tendo uma solução que implique, em primeiro lugar, numa alternativa que, como disse o deputado Francisco Küster, viabilize a Casan - o que, a permanecer a situação atual, vai restar inviabilizada. Em segundo lugar, que não contemple o desemprego dos servidores da Casan e, em terceiro lugar, que consulte também os interesses dos municípios por aquilo que já foi mencionado.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Sr. deputado João Henrique Blasi, na comissão de Turismo e Meio Ambiente realizamos oito audiências públicas e gostaria de me associar ao seu pronunciamento, até porque foram realizados debates desde Joinville, Caçador, Chapecó, Laguna, enfim, em diversos municípios onde tivemos a participação da prefeitura e dos vereadores. Foram audiências bem acaloradas, que contribuíram muito para valorizar a Casan. E também aproveitamos para discutir a questão do desemprego.

Nós sentimos que na maioria dos municípios em que tratamos sobre este assunto, a preocupação muito grande era com relação à venda da água, pois qualquer prefeitura queria tê-la. Mas remetemo-lhes também a responsabilidade do saneamento. O ponto alto das colocações seria: como é que uma prefeitura vai assumir a Casan, sem assumir também a responsabilidade do esgoto? Com a água é fácil, é só vendê-la, está tudo pronto. Agora, quem irá se responsabilizar pelo esgoto?

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço também ao deputado Sérgio Godinho e concluo, sr. presidente, dizendo que, pelo que deparei da conversa e do clima da reunião de ontem, trata-se de uma perspectiva que se abre no sentido de manter a Casan, enquanto empresa pública, cumprindo o seu papel em parceria com os de Santa Catarina, e é isto que nos interessa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero apenas para registrar a presença do sr. Dilmar Antônio Fantinelli, vice-prefeito de Abelardo Luz, que está acompanhando a sessão de hoje à tarde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta presidência congratula-se com a presença do ilustre líder daquele município.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o sr. deputado Paulo Eccel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos aqueles que nos acompanham neste instante na Assembleia Legislativa, visitantes na tarde de hoje, servidores, autoridades e telespectadores da TVAL, quero, neste instante, em nome do Partido dos Trabalhadores, também prestar a nossa homenagem ao deputado Dentinho, que hoje comemora mais um aniversário.

Receba, deputado, em nome da bancada, os nossos cumprimentos e o desejo, com certeza, de muita saúde, muita energia, muita paz, para continuar realizando neste ano e em outros anos o mandato parlamentar conferido pelas urnas, que certamente orgulha a população do norte catarinense e de toda Santa Catarina, até em função do mandato vibrante, do mandato que honra esta Casa, a nossa bancada, o nosso partido e Santa Catarina.

Receba, deputado Dentinho, em nome da nossa bancada, os nossos cumprimentos pelo aniversário de v.exa. no dia de hoje.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Muito obrigado, deputado Paulo Eccel, nosso líder. Agradeço a v.exa. as palavras a mim direcionadas, as quais quero retribuir com trabalho, com muita dedicação, com compromisso e respeito com a nossa bancada.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Obrigado, deputado Dentinho. Com certeza v.exa. já está retribuindo com muito trabalho o seu mandato e honrando sobremaneira Santa Catarina. Parabéns!

Sr. presidente, neste instante passo a cumprir uma importante missão conferida pelo exercício do cargo de liderança da nossa bancada, aqui, na Assembléia Legislativa. Essa é uma missão, com certeza, imposta à liderança não no sentido de imposição, mas por ser inerente a todo e qualquer líder eu não poderia de forma alguma me furtar a esse cumprimento. Essa missão, meus companheiros de bancada, não é a que desejei ao chegar nesta Casa, ou mesmo aqui estando nunca a imaginei, assim como e certamente nenhum dos srs. deputados ou das sras. Deputadas. É uma responsabilidade também no que se refere à defesa do exercício de um mandato parlamentar e na defesa de qualquer companheiro ou companheira que venha a ser aqui, desta tribuna ou de qualquer outro espaço, caluniado, injuriado, difamado por qualquer pessoa. Não podemos permitir que essa calúnia, que essa injúria ou difamação sejam feitas por um parlamentar contra um outro parlamentar.

No início do mês de setembro, a nossa bancada, especialmente o companheiro deputado Vânio dos Santos, foi vítima de uma agressão infundada, injusta, por parte do deputado Nelson Goetten, da bancada do PFL.

Neste instante, cumpro a missão de comunicar a esta Casa e também a Santa Catarina que após este pronunciamento estaremos dando entrada na comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia Legislativa a uma representação por infração ao decoro parlamentar e por abuso das prerrogativas constitucionais contra o deputado Nelson Goetten de Lima. E após o processamento da representação na Comissão de Ética, depois do tempo que o deputado deve ter para a sua justificativa, para a apresentação de provas, de suas alegações, que nós temos certeza de que não existem, estaremos requerendo, com base no art. 359 do Regimento Interno, a cassação do mandato do deputado Nelson Goetten.

Esse pedido é feito com base nos argumentos utilizados pelo deputado Nelson Goetten, no dia 13 de setembro de 2005, quando, usando esta tribuna, s.exa. quebrou o decoro parlamentar, pois apresentou denúncias sem provas contra o deputado Vânio dos Santos. E o deputado Nelson Goetten, desta tribuna, quebrou o sigilo bancário, porque divulgou informações bancárias inerentes ao sigilo bancário contra o deputado Vânio dos Santos. O deputado Nelson Goetten apresentou e fez acusações seriíssimas de utilização de empresa pública para atividades eleitorais contra o deputado Vânio dos Santos. E, logicamente, o deputado Nelson Goetten precisa provar, na Comissão de Ética desta Casa, tudo o que disse.

Não podemos permitir que este espaço seja utilizado por nenhum parlamentar desta Casa de forma leviana. Sabemos, sim, que temos prerrogativas parlamentares, que temos imunidade parlamentar, mas não podemos abusar dessas prerrogativas, porque esse abuso constitui na quebra de decoro parlamentar. E o nosso Regimento prevê a cassação do responsável por quebra de decoro.

Como aconteceu e está acontecendo em nível nacional, na Câmara federal, percebemos, já há algum tempo, que toda semana algum deputado está sendo cassado por quebra de decoro e que há outros na fila esperando a vez de serem cassados.

Na realidade, repito, temos as prerrogativas constitucionais asseguradas a cada um dos membros desta Casa, mas o abuso constitui ato incompatível com o decoro parlamentar. E o que é um ato incompatível com o decoro parlamentar, deputado Antônio Ceron? Um ato incompatível com o decoro parlamentar é praticar ofensa física ou moral nas dependências deste espaço. E aqui, contra o deputado Vânio dos Santos, foi, sim, a prática de uma ofensa, não uma ofensa física, mas uma ofensa moral, praticada, lamentavelmente, do alto desta tribuna que todos nós utilizamos diariamente.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Deputado Paulo Eccel, nosso líder, primeiramente quero aproveitar para saudar e parabenizar o deputado Dentinho pelo seu aniversário.

V.Exa., na incumbência de fazer esse relato e trazer ao plenário desta Casa essa informação e logo após protocolar o pedido, fala em nosso nome, em nome de toda bancada. Coube a v.exa., como líder, fazer isso, mas com certeza fala em meu nome, em nome do deputado Dentinho, do deputado Vânio dos Santos, da deputada Ana Paula de Lima, do deputado Pedro Baldissera, do deputado José Serafim. É em nosso nome que v.exa. está falando.

Quero dizer que a bancada do PT está agindo como sempre deveria agir, quando houver casos desse tipo, pois é dessa forma que se encaminha. E estamos dentro daquilo que prevê o Regimento Interno. Cabe ao acusado se defender. E é isso que ele vai ter que fazer durante o tempo que permite o Regimento Interno desta Casa. Nós temos que agir assim sempre; que isso sirva para o PT e para todos os partidos com assento nesta Casa. Nós não somos diferentes nesse aspecto. O Regimento está aí para ser cumprido. E queremos que esta Casa, com base no que diz o Regimento, tome as providências necessárias depois da análise e do julgamento dessa questão específica.

Parabéns! V.Exa. está na sua função, que é a de nos liderar, e por isso ocupa com muita honra essa tribuna falando em nome de todos nós.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Serei breve. V.Exa. falou como líder do PT, e eu, como líder da bancada do deputado contra quem v.exa. entrou com uma representação, quero dizer que respeitamos a posição do PT, mas, por favor, tentar traçar um paralelo entre esse episódio e a questão de Brasília?! É uma diferença nem quilométrica, é uma diferença estratosférica, deputado Paulo Eccel. Não tem nada a ver. Será a primeira vez na história do Parlamento do mundo que alguém sofrerá um processo de cassação por usar a tribuna para fazer leitura de matérias de jornais ou de revistas.

Por favor, respeito a sua posição, mas daí até concordar há uma diferença imensurável!

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Deputado Antônio Ceron, a quebra de decoro parlamentar pode ser aqui, em Brasília, em Lages ou em qualquer outro lugar do mundo, como v.exa. bem utilizou.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Mas lá foi roubo, deputado, e aqui não!

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Deputado Onofre Santo Agostini, certamente, se fosse v.exa. a vítima, não estaria tratando essa questão com sarcasmo, porque, na realidade, o que aconteceu aqui no dia 15 de setembro foi um ato de violência contra um parlamentar, quando informações mentirosas, caluniosas, injuriosas foram apresentadas contra um cidadão, através de um parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) (Faz soar a campainha) - Deputado, automaticamente já foram concedidos os 30 segundos para não interromper v.exa., mas eu concedo a v.exa. mais 30 segundos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Eu não estava acompanhando e aguardava justamente os 30 segundos.

Quero dizer, falando ao deputado Nelson Goetten, que utilizamos este espaço, aqui, na tribuna, para fazer essa comunicação a Santa Catarina, porque foi desta tribuna que v.exa. praticou o ato que consideramos quebra de decoro parlamentar.

Era essa a comunicação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. Presidente (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, eu quero registrar a presença da direção da Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, na pessoa do seu diretor executivo João Alfredo Campos Filho, bem como da diretoria do CDL de Joinville, na pessoa do sr. Cláudio Ferreira, vice-presidente, Luiz Kunde, vice-presidente, Rafael Zimaim, diretor jurídico e Carlos Eduardo Vitória, do CDL Jovem. Todos vieram acompanhar a votação hoje do TEF. Esperamos que o acordo de lideranças possa levar à pauta esse importante projeto.

Registramos, então, a presença de dirigentes lojistas, representando a classe lojista de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feito o prazeroso registro, nós tomamos a liberdade, ainda, de registrar as destacadas presenças dos alunos do curso de Arquitetura, primeira fase, da Unisul, acompanhados da professora Abgail.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. Presidente (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Apenas para informar ao deputado José Carlos Vieira que todos os líderes já assinaram o requerimento para garantir que o projeto do TEF seja colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Carlos Vieira por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, o assunto começa a esquentar na Casa, mas eu sou obrigado, como deputado, a trazer para esta tribuna algumas repercussões e algumas posições nossas.

Em 2003, deputado Paulo Eccel, a diretoria do Badesc denunciou a administração anterior do Badesc com relação ao episódio da empresa Indústria de Genéricos. Em 2003, a mesma diretoria que denunciou colocou, através da Genéricos, R\$ 1.880.000,00 na empresa Elofar - que era da Genéricos -, e vendeu a empresa no dia seguinte, a prazo de água, desculpe a expressão, a prazo longo. Se olharmos, vendeu dinheiro; colocou R\$ 1.800.000,00 vivos e depois vendeu a empresa.

Nós acusamos isso. Fizemos uma audiência pública, na qual compareceram o comprador, um representante da Multitrade; o sr. Borba, um dos dirigentes da Elofar e da Genéricos, que vendeu a Elofar; e compareceram também vários representantes outros da Genéricos.

Chegou-se à conclusão que foi feito um negócio contrário aos interesses públicos, e entramos com uma ação popular. Essa ação demorou - uma ação de 2004. Mas existe uma máxima que diz: "A justiça tarda, mas não falha". Ela pode levar um ano, dois anos, três anos, quatro anos ou cinco anos, mas um dia alguém recebe a devida punição. E hoje eu posso trazer aos senhores a decisão da Justiça acatando a nossa ação, que no dia 21 de outubro de 2005 determinou a indisponibilidade de bens dos seguintes réus: Multitrade Comércio & Participações Ltda., a empresa que comprou a Elofar, através de seus representantes Roberto Villa Real Junior Roberval Silva, que era o presidente da Genéricos e que vendeu, Carlos Alberto Furtado, Taciana Maria Gonçalves, Leonardo Peiter, Carlos Alberto Mussalém Drago, Renato de Mello Vianna, presidente do Badesc, aquele que denunciou, mas que depois fez pior (o chicote é a língua do povo), e o sr. João Carlos de Borba. Todos eles tiveram os seus bens indisponíveis, limitado, portanto, ao montante do negócio em discussão. É um negócio de R\$ 9 milhões.

Então, a justiça tarda, mas não falha.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Antônio Carlos Vieira, eu acho que o compressor tem efeito dominó.

Nós entramos até agora, em homenagem ao PMDB, com 15 ações populares - existem mais algumas no forno. Já saiu o resultado de mais uma, aliás, de duas, na semana passada, com certeza v.exa vai falar. Mas eu recordo, deputado Antônio Carlos Vieira, que à época, quando trouxemos esse assunto para o plenário, quando fizemos a discussão na audiência pública, v.exa., eu, que era o líder da bancada, enfim, a nossa bancada foi duramente criticada por estar fazendo oposição burra, por estar querendo entrar o governo, por querer denegrir. Agora eu pergunto, deputado Antônio Carlos Vieira, se v.exa., que tem muito mais tempo de vida pública do que eu e é servidor público, acreditado, há mais de 30 anos, tem notícia de algum secretário de estado da Fazenda que já teve os seus bens indisponibilizados no exercício do mandato, como nós temos agora do secretário Max Roberto Bornhold, de Santa Catarina? O secretário da Fazenda já está com os bens indisponíveis, o presidente do Badesc está com os bens indisponíveis, e há um silêncio total por parte do governo.

Parabéns pelo assunto, sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Deputado Joares Ponticelli, respondendo a sua pergunta, pelo que conheço do serviço público, e este deputado adentrou no serviço público em 1959, não me recordo que exista alguma autoridade pública no exercício de um cargo em comissão ou em cargo político como secretário que tenha os seus bens indisponibilizados e tenha permanecido no cargo. Mas nem por isso, obviamente, pretendo que o secretário da Fazenda venha a sair. Absolutamente! O que eu acho é que os culpados devem responder pelos possíveis crimes praticados, e chamamos a atenção na época.

Quero dizer que tenho as minhas dúvidas com relação à posição do dr. Renato Vianna. Acho que ele foi enganado, só que acobertou a enganação. Mas quero deixar bem claro que não ponho a minha mão no fogo, mas também não quero jogar pedra em cima do presidente do Badesc, que até prova em contrário, na minha avaliação, tem uma certa honorabilidade, mas a Justiça, aceitando a denúncia, considerou também os seus bens indisponíveis.

Nós fizemos também uma denúncia aqui a respeito de uma licitação por pregão eletrônico, pois a secretaria da Fazenda contratou uma empresa de consultoria para prestar serviços. E eles já sabiam um mês antes, quando saiu o edital, deputado Altair Guidi, quais as três empresas que iriam se apresentar e oferecer produtos. E já sabiam até os preços, eu tenho a prova. Porque, infelizmente ou felizmente, constam do processo de licitação: R\$ 1.780.000,00 e R\$ 1.650.000,00; duas empresas com o valor de R\$ 1.780.000,00 e a terceira com R\$ 1.650.000,00. Um mês depois é feito o edital e o pregão público. Nesse pregão público aparecem as três empresas oferecendo R\$ 1.850.000,00, ou seja, as três subiram igualmente o preço, e a que tinha apresentado o preço de R\$ 1.635.000,00 um mês antes resolveu reduzir e ficou no valor de R\$ 1.634.600,00, ou seja, reduziu R\$ 400,00 e ganhou a licitação. Só que as três empresas, deputados Altair Guidi e Francisco Küster, são de Joinville.

Quero dizer que essas três empresas tinham a honra de conhecer previamente o que o governo pretendia, porque elas ofereceram o serviço para o governo! Elas sabiam o que o governo devia fazer e em oito dias tiveram condições de apresentar a sua proposta!

Para nossa satisfação, uma ação que deu entrada no dia 14 de outubro de 2005 - essa não demorou -, no dia 20 de outubro o juiz determinou o cancelamento da operação, determinou a suspensão de todo e qualquer efeito do contrato em questão, inclusive do pagamento, porque entendeu, segundo a própria representação, ser lesivo aos interesses públicos e pela falta da devida publicidade do edital.

Nesta Legislatura cansamos de aprovar fundos, foi o que mais aprovamos aqui. O governo resolve criar fundos, cria as taxas, estabelece recursos da fonte 00 para os fundos, enfim, e eu sempre dizia que vai chegar o momento em que vai começar a faltar dinheiro na fonte 00, porque estão jogando recursos da fonte 00 para os fundos, que tem um objetivo definido que agora começa a aparecer.

O governador do estado baixou o decreto nº 3.567, publicado no Diário Oficial no dia 5 de outubro, que estabelece que as despesas no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, relacionadas com postais de consumo de energia elétrica, água, telefonia fixa e móvel, combustível e despesa de publicação, impressos oficiais, bem como qualquer compartilhamento entre as secretarias passam a ser empenhadas e suportadas pelos fundos.

Os fundos vão pagar as despesas da administração pública. Por que se criou o fundo? Tira-se da fonte 00 e joga-se no fundo. Agora o fundo vai cobrir as despesas que deveriam ser pagas pela fonte 00.

Voltaremos ao assunto muito breve.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, desejo registrar com muita satisfação as ilustres presenças nesta Casa do prefeito e do vice-prefeito de Urubici, que se fazem acompanhados de Armando Mendonça e José Farias. Desejo aos visitantes uma boa estada aqui e que o objetivo da viagem seja bem sucedido.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Também queria contribuir e registrar a presença do meu amigo fraterno, inspetor do Besc, sr. Armando, que acompanha o prefeito Antônio Zille e seu vice-prefeito.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, da mesma forma, é para registrar a presença do prefeito municipal de Tijucas, Sr. Elmis Mannrich, do ex-prefeito de Ituporanga, e do atual coordenador do programa microbacias, Luiz Ademir Hessmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência registra as ilustres visitas e deseja uma boa estada a todos os citados pelos deputados Jorginho Mello, Francisco Küster e João Henrique Blasi.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno da Medida Provisória nº 120/2005.

A matéria deve ser votada hoje, posto que com o feriado da semana que vem o prazo da medida estaria esgotado. Votaremos no mérito o projeto de conversão, com a emenda de autoria do deputado Antônio Ceron. E para conhecimento dos srs. Parlamentares a presidência passa a ler a referida emenda:

"Acrescente-se à medida provisória em proposição o seguinte art. 6º, renumerando-se o original para art. 7º:

Art. 6º Fica igualmente autorizada a utilização, pelo contribuinte, como moeda de pagamento de obrigações fiscais relativas à apuração do ICMS vencidas até 30 de setembro de 2005, de créditos regularmente acumulados de ICMS decorrentes de operações de exportação - ICMS exportação, devidamente homologada pela secretaria de estado da Fazenda, observada a regulamentação estabelecida em decreto do chefe do Poder Executivo."

Em discussão a medida provisória com a emenda.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, gostaria de registrar que essa é mais uma engenhosa engenharia financeira. Equivale a dizer o seguinte: o empresário hoje exportador que tem os seus créditos decorrentes da Lei Kandir, que o estado não está absolutamente ressarcindo, poderá vendê-lo para as empresas financiadas pelo Prodec, que têm prazos que vão até o ano 2015, para satisfação.

Feito esse pagamento, ou a venda desse crédito, que não será ao par, evidentemente, porque terá deságio, o crédito será pago ao Prodec-Basdesc ao par, então, vai ganhar a empresa devedora do Prodec, que vai comprar um crédito de 1 por 60, por 50 ou por 40 centavos. E vai pagar como se fosse um.

Mas não pára aí, pois o Fadesc, detentor desse crédito, vai transferi-lo para a integralização do capital da SC/Parcerias, que poderá - e está previsto no decreto que regulamentou a Medida Provisória nº 120 - revendê-lo para outros contribuintes, fazendo dinheiro.

Então, de uma dívida o governo vai fazer dinheiro por conta de uma arrecadação futura. Por este fato, quero deixar bem claro que o projeto é danoso à sociedade catarinense.

Com relação à emenda de autoria do nobre deputado Antônio Ceron, quero deixar bem claro que fere fundamentalmente o Código Tributário Nacional, a Lei nº 5.172, de outubro de 1966, que proíbe a compensação de débitos fiscais ou créditos fiscais do estado com créditos do contribuinte, seja de que origem for, tendo o pagamento em dinheiro. O Código Tributário Nacional diz as condições de quitação do crédito tributário do estado. E essa compensação não é uma delas.

Por esse motivo, sr. presidente, quero desde já registrar a minha posição contrária, e votarei contra não só à emenda como também à medida provisória, porque é contrária aos interesses de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Para justificar sr. presidente, pois fui citado pelo deputado Viirão, de maneira respeitosa.

A emenda basicamente e literalmente quer dizer o seguinte: o contribuinte que tem haver do estado fruto do crédito de exportação e que tem um débito consolidado, que ele possa fazer o pagamento do débito com o crédito. Eu parto do princípio que não é só o contribuinte que tem compromisso, o estado também tem. Então, ele acaba pagando um débito com crédito.

Nós tivemos o cuidado - e esta emenda é em nome da bancada do PFL - de fazer de maneira aditiva, para que o governo tenha, inclusive, com a sua assessoria, com a procuradoria, a oportunidade de fazer o estudo detalhado e profundo, com a possibilidade, inclusive, de veto. A segunda questão é a medida provisória propriamente dita. Não falei com ninguém do governo, falei com os empresários de Santa Catarina, reuni-me com representantes da Fiesc, e a unanimidade foi de que a medida provisória é boa para o empresário de Santa Catarina, motivo pelo qual a bancada do PFL vota favorável.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, encaminhamos o voto contrário da bancada do PT à presente matéria.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, quero me associar à manifestação do deputado Antônio Ceron e dizer que também ouvi o sindicato da madeira, na região serrana, que é favorável a esta medida provisória. É aquilo que realmente conseguiu ou vai conseguir diminuir aquelas dívidas que eles têm com outros parceiros. A medida é boa, é aprovada pelo setor empresarial, e o PSB vota favorável a esta medida provisória.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, essa medida provisória teve como relator o nosso brilhante líder, deputado João Henrique Blasi. Em seguida o deputado Paulo Eccel pediu vistas ao projeto e deu parecer contrário. Posteriormente o deputado líder Antônio Ceron apresentou essa emenda aditiva que veio favorecer, e muito, os empresários, inclusive, hoje, na comissão de Finanças eu pedi vista ao projeto. Parabéns s.exa. pela emenda apresentada. Meu voto é favorável, sr. presidente. O projeto é muito bom.

O Sr. Deputado Clésio Salvaro - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Clésio Salvaro.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - A bancada do PSDB também encaminha voto favorável à medida provisória.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Caro presidente, participei de uma reunião do governador com os empresários, que estavam há muitos anos lutando para que isso acontecesse. Foi feita, então, essa medida provisória atendendo os empresários de Santa Catarina.

Acho que ela é importante e por isso a bancada do PMDB vota favorável.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhada a votação pelo líder do PMDB, com a palavra o líder do governo, deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, evidentemente que o encaminhamento é pela aprovação, registrando tratar-se de um mecanismo compensatório para os empresários com relação ao ICMS exportação, com um detalhe que é muito importante: vai gerar um fomento à economia, vai aumentar o nível de emprego sem que haja o dispêndio de um centavo pelo governo do estado.

Portanto, não há por que não se aprovar essa medida provisória.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado José Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Analisando, sr. presidente, sras deputadas e srs. deputados, atentamente esse projeto, entendemos que absolutamente não é lesivo, de forma nenhuma, a qualquer interesse do estado. Não há, muito pelo contrário, nenhuma diferença a favor ou contra os cofres públicos, porque os títulos, os créditos, serão repassados ou compensados exatamente com o débito que a empresa tem para com o próprio estado.

Portanto, não há nenhum tipo de diferença negativa para o estado nem para a sociedade catarinense, muito pelo contrário, esse crédito vai se tornar bom no momento em que ele poderá ser utilizado para pagamento. Isso vai gerar uma mobilização na economia, vai gerar também empregos, pode-se dizer, porque se consegue fazer com que as empresas quitem e possam pagar então, por exemplo, salários, incentivos, enfim, capitalizar-se e movimentar a economia.

Portanto, quero cumprimentar o nosso líder, deputado Antônio Ceron, a bancada do PFL, por esse projeto e declarar o meu voto favorável.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto votação, o deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. presidente, quero deixar claro que essa medida provisória fará justiça. Não quero questionar outro ponto que não seja justiça por aquele cidadão que é um herói, que é um empreendedor, que é um gerador de emprego em Santa Catarina e que tem que ser sempre respeitado por seus governantes. Esse cidadão, que tem créditos de ICMS a receber, não os recebe do governo. Mas se sofreu uma notificação ou tem uma dívida com o governo, sofrerá as sanções legais de cobrança. E por que o mesmo não pode acontecer com ele contra o governo, na questão do seu recebimento?

Então, acho que esse encontro de contas é justo e facilitará a vida principalmente dos nossos empresários catarinenses, que vivem o dilema da dificuldade, que é muito grande. E a emenda que a nossa bancada apresentou, que estende esse benefício àquele que está sendo executado pelo estado e que tem crédito de ICMS, ainda facilitará

muito mais, principalmente um segmento que vem sofrendo, mas que é muito importante para Santa Catarina, principalmente para aqueles que trabalham nessas empresas, ou seja, o segmento das indústrias madeireira e moveleira. E neste momento a Casa está fazendo justiça com eles.

Eu, portanto, voto favorável a essa medida provisória e cumprimento o governo por ter enviado a esta Casa matéria tão importante, que faz justiça, que dá oportunidade de emprego e que facilita a vida daqueles que são os nossos verdadeiros heróis, aqueles que geram riqueza e que dão empregos à nossa gente.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - O meu voto já declarei, sr. presidente, mas como são tantas manifestações favoráveis e para que o assunto fique registrado para que no futuro ninguém dele corra, eu pediria que o voto fosse nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. deputados, o voto será nominal, no painel eletrônico, a requerimento do deputado Antônio Carlos Vieira.

Consulto os srs. líderes se podemos votar a emenda e o projeto de uma única vez.

(As lideranças acquiescem.)

A presidência retifica que não se trata de admissibilidade mas, sim, de votar o projeto de conversão em lei. A admissibilidade já foi votada ontem.

Com a acquiescência de todos os srs. líderes, em votação a emenda e o projeto.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a admissibilidade da medida provisória com a emenda; votando "não" rejeitam a matéria.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	não
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	não
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	não
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM	
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim

DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	não
DEPUTADO WILSON VIEIRA	não

Consulto se todos os srs. deputados

exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim" e nove votos

"não".

Está aprovado o projeto com a

emenda.

Votação do parecer ao Projeto de Lei

nº 0245/2005, que cria a taxa de vigilância

sanitária animal e adota outras providências.

Conta com parecer contrário da

comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi -

Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio

Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr.

deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE

BLASI - Sr. presidente, peço a retirada desse

projeto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio

Garcia) - O Projeto de Lei nº 0245/2005, por

acordo de líderes na reunião havida hoje, fica

retirado de pauta e entra na pauta da próxima

terça-feira da semana subsequente ao feriado.

Votação da redação final do Projeto

de Lei nº 0257/2004, que dispõe sobre a

política estadual de resíduos sólidos e adota

outras providências.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto

de Lei nº 0359/2005, que autoriza a doação

de imóvel no município de São Miguel d'Oeste

(regularização da ocupação do imóvel).

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto

de Decreto Legislativo nº 0014/2005, de

autoria da comissão de Constituição e Justiça,

que referenda a adjudicação judicial de bem.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovada, com o voto contrário dos

srs. deputados Dionei Walter da Silva, Wilson

Vieira, Antônio Carlos Vieira, Ana Paula Lima,

Francisco de Assis, Paulo Eccel e Pedro

Baldissera.

Discussão e votação em turno único

do Projeto de Lei nº 0054/2005, que autoriza

a aquisição de imóvel no município de Xanxerê

(regularização da ocupação pela E.E.B. Dom

Oscar Arnulf Romero).

Conta com parecer favorável das

comissões de Constituição e Justiça, de

Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho,

de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir,

encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único

do Projeto de Lei nº 0242/2005, que autoriza

o Chefe do Poder Executivo do Estado de

Santa Catarina a promover a reorganização

administrativa, técnica e societária das

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., dispõe sobre o Acordo de Acionistas e sobre o Contrato de Gestão das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc - e adota outras providências.

Foi apensado a este processo o Projeto de Lei nº 0009/2005.

Esta matéria é retirada de pauta por acordo dos srs. líderes na reunião havida hoje e entra em pauta numa próxima sessão.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0243/2005, que cria o Fundo de Melhoria do Terminal Rodoviário Rita Maria - FUMTRM - e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Esta matéria também, por acordo de líderes, fica para a próxima sessão ordinária.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0244/2005, que concede anistia parcial de multa por descumprimento da legislação tributária estadual.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, encaminho o voto favorável ao projeto. No entanto, já fiz o meu comentário ao deputado líder do governo, deputado João Henrique Blasi, de sugerir ao próprio governador que corrija talvez uma imperfeição técnica da matéria. Como a multa estava prevista para mil Ufirs e ela tem a sua automática correção, é um próprio deflator, na medida em que se converte apenas para o valor monetário, em pecúnia, em mil reais, e não se prevê a correção, ao longo do tempo isso vai depreciar o valor da própria multa. Portanto, nada que não possa ser corrigido à frente. Mas faço aqui esse reparo e sugiro uma iniciativa por parte do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O deputado Afrânio Boppré encaminhou e a bancada do P-SOL vota integralmente a favor do projeto.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, acho que é preciso fazer um esclarecimento. Esse projeto de lei procura corrigir uma impropriedade com relação a contribuintes que foram notificados num período entre a validade de uma lei e uma lei posterior, que até foi de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que deu um tratamento desigual ao original e ficou um período vago. O que se está estabelecendo aqui é a remissão nesse período dessas notificações que hoje estão sendo canceladas pelo Conselho Estadual do Contribuinte por analogia e a partir de agora passam a ser canceladas sem necessidade de julgamento.

Por isso, é diferente do que o deputado Afrânio Boppré entende. Não existe mudança da legislação nem imposição de penalidade, é simplesmente dispensa de notificação.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, de fato o que havia era a aplicação da multa em cada caso. Com isso, nós vamos ter a economia processual e a aplicação em todos os casos vigentes, como disse o deputado Vieirão, de multas constituídas até 8 de abril de 2002, por força de uma legislação pretérita.

Portanto, o meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0330/2005, de origem governamental, que institui o parcelamento de lances oferecidos em hasta pública nas execuções fiscais do Estado.

Ao projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Consulto os srs. líderes para saber se podemos votar o projeto juntamente com a emenda.

(As lideranças aquiescem.)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto com a emenda.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0331/2005, de origem governamental, que dispõe sobre a organização, estruturação e funcionamento do Instituto de Metrologia de Santa Catarina - Imetro/SC - de que trata o § 2º do art. 91 da Lei Complementar nº 284, de 2005.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Consulto os srs. líderes se podemos votar o projeto juntamente com a emenda.

(As lideranças aquiescem.)

Em votação o projeto com a emenda.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados, com o voto contrário do deputado Afrânio Boppré.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0332/2005, de origem governamental, que dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental - PEEA - e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0333/2005, de origem governamental, que dispõe sobre cargos de provimento do efetivo para o Grupo Segurança Pública - Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator da secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, de que trata a Lei Complementar nº 254, de 15 de dezembro de 2003, e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0334/2005, de origem governamental, que dispõe sobre cargos de provimento do efetivo para o Grupo Segurança Pública - Sistema Prisional da secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, de que trata a Lei Complementar nº 254, de 15 de dezembro de 2003, e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0335/2005, de origem governamental, que altera a Lei nº 11.398, de 2000, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado dispensado à microempresa e à empresa de pequeno porte no campo do ICMS - Simples/SC.

A matéria, segundo acordo de líderes, foi retirada de pauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0337/2005, de origem governamental, que aprova a alteração da programação físico-financeira do Plano Plurianual 2004-2007 (construção de obras rodoviárias).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0338/2005, de origem governamental, que aprova a alteração da programação físico-financeira do Plano Plurianual 2004/2007 (construção de obras rodoviárias).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0339/2005, de origem governamental, que abre crédito suplementar em favor do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - Funcultural, do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - Fundesporte e do Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - Funturismo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, esse projeto procura dar sustentação à decisão da Justiça que determinou a elaboração por lei do PPA e do orçamento desses três fundos. Até aí tudo legal. Ocorre que ela está baseada em uma lei que criou os três fundos, de origem parlamentar, que é inconstitucional.

Como me manifestei contrariamente quando da criação, da aprovação da lei que criou os fundos, eu, por consequência, também entendi votar contrariamente a esse projeto. Por isso eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário e já declarado do deputado Antônio Carlos Vieira.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0344/2005, de origem governamental, que altera o art. 1º da Lei nº 12.967, de 2004, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0345/2005, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei nº 13.203, de 2004, que autoriza a doação de imóvel no Município de Blumenau.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda e o projeto.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o projeto com a emenda modificativa.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0351/2005, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Porto União (Ginásio de Esportes de Lauro Müller Soares, para prática desportiva).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0355/2005, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Joaçaba (regularização da ocupação de imóvel).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0216/2005, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Alte Machinen Timbó Clube, de Timbó.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto e a emenda.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0260/2005, de autoria do deputado José Paulo Serafim, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Imbituba - Arcordi.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0298/2005, de autoria do deputado José Paulo Serafim, que declara de utilidade pública o Grupo Içara de Incentivo à Vida - CIIV, de Içara.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0299/2005, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Paraquedismo - Fecap, do município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, só para que não aconteça nenhum problema, eu quero informar que nós votamos nesta Casa o Projeto de Lei nº 0216/2005, que declara de utilidade pública a Alte Machinen. A esse projeto foi apresentada uma emenda modificativa alterando o artigo de "a" para "o", ficando o Alte Machinen.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O projeto foi aprovado com a emenda.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Nós aprovamos o artigo de maneira feminina, mas é masculino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Então, onde se lê "a", leia-se "o".

A presidência agradece a contribuição do deputado Antônio Ceron.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0308/2005, de autoria do deputado Afrânio Boppré, que declara de utilidade pública a Sociedade Amantes da Leitura, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0317/2005, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores (APP) do Colégio Estadual Santa Cruz, do município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0328/2005, de autoria do deputado Vânio dos Santos, que declara de utilidade pública a UAMA - União das Associações de Moradores de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0373/2005, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência Jambolão, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0389/2005, de autoria do deputado Sérgio Godinho, que declara de utilidade pública o Superior Órgão Internacional de Umbanda e dos Cultos Afro-SOI, do município de Lages.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, eu gostaria de enaltecer esta entidade no município de Lages e dizer o seguinte:

(Passa a ler)

"A umbanda é uma religião, ou seja, é composta de elementos divinos (orixás e guias), doutrinários (linhas de atuação, reencarnação, lei do Karma, atuação e direcionamento dos médiuns, assistenciados e guias...), é composta de princípios (amor, caridade, respeito ao próximo, fé), tem rituais (abertura e encerramento das sessões, pontos cantados, feitura), tem elementos místicos (a forma de atuação dos orixás e guias), elementos divinatórios (jogo de búzios) e elementos humanos (seus médiuns, babás, babalorixás, sacerdotes).

A umbanda prega a existência pacífica e o respeito ao ser humano, à natureza e a Deus, respeitando todas as manifestações de fé, independentemente da religião. A máxima dentro da umbanda é: 'Dê de graça o que de graça recebeste, com amor, humildade, caridade e fé'."

Meu voto é pela aprovação deste projeto, deputado.

O sr. deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Após a oração do deputado Sérgio Godinho, que faz um apelo a todos os srs. deputados para a votação favorável à importante matéria, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu só gostaria de saber se todas as outras religiões, como saravá, etc., também estão incluídas nessa nova religião proposta aqui pelo deputado Sérgio Godinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado Onofre Santo Agostini, essa matéria não está em pauta da forma como v.exa. deseja. Qualquer esclarecimento que v.exa. queira fazer, deve se dirigir diretamente ao autor da matéria.

Em votação a emenda.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Consulto os srs. deputados se podemos votar o Projeto de Emenda Constitucional nº 0003/2005.

(As lideranças aquiescem.)

Vamos, então, à votação em primeiro turno do Projeto de Emenda Constitucional nº 0003/2005, de autoria da Mesa, que altera o inciso I, a alínea "c" e "d" do inciso II e incisos IV a XI do art. 78, o § 4º do art. 81, a alínea "c" do inciso IV, a alínea "b" do inciso XI e o inciso XII do art. 83, o caput do art. 89, o art. 98, os incisos II e III do art. 99, acrescenta a alínea "e" ao inciso II e os incisos VIII-A e XII a XV ao art. 78, os incisos IV e V ao parágrafo único do art. 80, os §§ 4º a 9º ao art. 81, o parágrafo único ao art. 83, os §§ 3º e 4º ao art. 88, os §§ 3º a 6º ao art. 96, os §§ 1º a 4º ao art. 98, o inciso VI ao art. 100 da Constituição do Estado.

Ao presente projeto foi apresentada uma subemenda modificativa e uma subemenda aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

A votação será nominal, no painel eletrônico, e para a aprovação da matéria são necessários 24 votos. A votação será qualificada.

Está aberto o painel de votação.

A votação será da subemenda modificativa e da subemenda aditiva e das demais alterações do Projeto de Emenda Constitucional nº 0003/2005.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - É apenas para esclarecer, sr. presidente, que se trata de uma mera adequação da Constituição do Estado à Constituição Federal, alterada pela Emenda nº 45 que versou sobre a reforma do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim

DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERGIO GODINHO	sim
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	si
DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim

Votaram 29 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 29 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0025/2005, de origem governamental, que regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Superior no estado de Santa Catarina.

Esta matéria, em função de audiências públicas regionais marcadas e fruto de entendimentos dos srs. líderes na reunião no dia de hoje, sai de pauta para retorno imediatamente posterior à realização das audiências públicas.

Também a matéria seguinte, que é o Projeto de Lei nº 0028/2005, de origem governamental, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, conforme acordo de líderes, será retirada da pauta de hoje, voltando oportunamente à deliberação.

Igualmente será retirado, para retorno oportuno, o Projeto de Lei Complementar nº 0034/2005, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 289, de 2005, e estabelece outras providências (gratificação pela dedicação exclusiva).

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0030/2005, de origem governamental, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina - Santa Catarina Saúde - e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas as Emendas Aditivas nºs: 1,3,4,5,6 e a Emenda Modificativa nº 2.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, preciso de um esclarecimento: as Emendas nºs: 1,3,4,5 e 6 são da comissão de Constituição e Justiça? Porque a comissão de Finanças e Tributação recebeu duas emendas de autoria do deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - As emendas apresentadas na comissão de Finanças e Tributação não serão deliberadas, posto que não retornaram à CCJ para deliberação, conforme prevê o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Obrigado, sr. presidente. Mas daí como é que fica? Passa na comissão de Finanças e é aprovada, vai para a comissão de Saúde e é aprovada...

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, as emendas foram transformadas. As emendas citadas pelo deputado Antônio Carlos Vieira foram contempladas na comissão de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência delibera da seguinte forma: suspende a votação desta matéria para, enquanto isto, o sr. líder do governo fazer os esclarecimentos devidos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, entendo que não há necessidade desta providência porque há um requerimento pedindo destaque das várias emendas que contemplam, inclusive, essas que foram mencionadas pelo deputado Antônio Carlos Vieira.

Então, o nosso pedido é que seja votado o projeto com o destaque daquelas emendas que foram apresentadas na Casa e que estão enumeradas no requerimento entregue à Mesa há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O deputado Antônio Carlos Vieira concorda que votemos destacadamente as emendas?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não há problema!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Creio que v.exa. se refere às Emendas nº 7 e 9.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Foram elaboradas pelo deputado Onofre Santo Agostini e apresentadas na comissão de Finanças. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência mantém a deliberação. Vamos esclarecer para votar corretamente.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, o receio é que, necessitando de quórum de 21 votos, não haja, no momento futuro, o quórum que temos agora. Portanto, que possamos esclarecer melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - É procedente a manifestação de v.exa. A presidência pede que esclareça ao deputado Antônio Carlos Vieira para votarmos a seguir. Enquanto isso, vamos deliberar as outras matérias.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0211/2005, de autoria do deputado Reno Caramori, que denomina rodovia Capitulino Xavier de Oliveira o trecho da SC-469 que liga o município de Campo Eré a Saltinho.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0263/2005, de autoria do deputado Jorginho Mello, que dispõe sobre a coleta, armazenagem e destino final das embalagens flexíveis de rafia, usadas para acondicionar produtos utilizados nas atividades industriais, comerciais e agrícolas e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Turismo e Meio Ambiente, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda substitutiva global.

Os srs. deputados que aprovam a matéria na forma da emenda substitutiva global permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0272/2005, de autoria do sr. deputado Antônio Carlos Vieira, que reinsere a Seção V ao Capítulo II da Lei nº 3.938, de 30 de dezembro de 1966, com a denominação e redação desta lei e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0281/2005, de autoria do deputado Clésio Salvaro, que concede Título de Cidadão Catarinense ao sr. Jorge Antônio Maurique.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0294/2005, de autoria da deputada Simone Schramm, que institui o Dia Estadual da Mulher Empresária.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0296/2005, de autoria da deputada Simone Schramm, que autoriza o Poder Executivo a instituir programa de coleta seletiva de lixo nas escolas públicas e particulares do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0301/2005, de autoria do deputado Valmir Comin, que denomina Manoel Joaquim de Medeiros o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Princesa Isabel, em Morro da Fumaça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0316/2005, de autoria do deputado João Henrique Blasi, que denomina José dos Passos Vieira a Central Estadual de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos da secretaria de estado da Saúde, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0371/2005, de autoria do deputado Paulo Eccel, que denomina Elias Francisco Finatto a rodovia SC-459, no trecho SCT 283, município de Arvoredo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento dos srs. líderes pedindo que seja incluído na Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 0255/2005.

A Presidência defere de plano.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0255/2005, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva, que dispõe sobre os comprovantes de pagamento efetuados por meio dos cartões de crédito e débito automático em conta corrente e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, quero, neste momento, fazer um termo de reconhecimento aos srs. deputados e agradecer pela agilidade de incluir este projeto, hoje, na Ordem do Dia.

Gostaria de dizer que o projeto talvez não contemple todo o anseio da classe principalmente lojista, mas foi o possível, dentro do entendimento, sendo que o governo cedeu em parte, através do seu líder, deputado João Henrique Blasi, e a FCDL cedeu em parte também o seu pleito inicial. Portanto, acredito que será de bom termo e virá facilitar muito a vida do micro e pequeno empreendedor, já que ele terá uma economia significativa no seu estabelecimento, pela não-obrigatoriedade de instalar as máquinas para a transmissão eletrônica.

Então, gostaríamos de agradecer a todos os srs. deputados, pedindo que votem favoráveis ao projeto.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para a sua declaração de voto, o sr. deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, nós vamos votar favoráveis ao projeto. Mas gostaria de deixar registrada aqui uma restrição que eu já apontei na comissão de Finanças: essa intenção de instalar as emissoras de cupom fiscal irá onerar o contribuinte, seja ele pequeno, médio ou grande. E os grandes e médios estão fora desse benefício da lei, portanto, continuam onerados pela Fazenda de Santa Catarina.

Entendo que nesse projeto faltou sensibilidade do governo, da secretaria da Fazenda, na questão do art. 90, "b", em que a responsabilidade de fornecer a relação das operações é das operadoras. Eu entendo que no acordo houve uma cessão - e registro por isso o meu voto favorável. Mas quero deixar registrado que esse artigo é inconveniente e não interessa aos micro e pequenos empresários de Santa Catarina; deveria ser uma responsabilidade das operadoras e não deles.

Com essa restrição, eu voto favorável ao projeto!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para a sua declaração de voto, o sr. deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, quero primeiro agradecer aos líderes que assinaram a proposta para esse projeto vir a plenário para a votação, até porque ele é importantíssimo para que o micro e o pequeno empresários possam tocar a sua vida, a sua rotina do dia-a-dia.

Há também um outro aspecto que quero salientar: realmente não se contemplou aquilo que se vislumbrava, que era a garantia total do micro e do pequeno empresários estarem livres do TEF e também das multas e fiscalização. Mas, de qualquer forma, o processo pode evoluir. E através do decreto que vai ser feito em conjunto - governo e empresários - deverão tentar encontrar uma melhor solução para a situação.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para a sua declaração de voto, o sr. José Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, nesse projeto mostrou-se claramente a nobre função moderadora do Parlamento, quando o fisco, mais uma vez, pelo seu caráter natural, leonino, tentou avançar sobre o contribuinte, e em certos casos indevidamente. A instalação desses equipamentos iria onerar, em muito, principalmente o pequeno e não traria efeito nenhum aos cofres públicos.

Portanto, esse projeto demonstrou a união de parlamentares de diversas correntes políticas desta Casa, que imediatamente socorreram o micro e o pequeno empresários e, em conjunto com a comunidade, decidiram por essa linha de projeto em que o micro e o pequeno empresários não terão mais que instalar aquele equipamento caro e incompatível com os outros. Mas passa para as operadoras de cartão de crédito o dever de apresentar os seus comprovantes dos pagamentos, dos recebimentos.

Queremos dizer, portanto, que esse caráter às vezes leonino, que outrora foi tão bem representado pelo deputado Antônio Carlos Vieira, precisa ser devidamente contido em certos momentos, e foi o que o Parlamento fez.

Portanto, estão de parabéns os deputados das diversas correntes, bem como os autores desse projeto que certamente merecerá o voto favorável dos presentes nesta sessão. Votarei favorável ao projeto!

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira, para a sua declaração de voto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, o deputado João Henrique Blasi apresentou o substitutivo global, ou seja, como já havia outro, de forma muito sábia s.exa. colocou um novo. Ao projeto foram apresentados dois substitutivos globais, e o aprovado foi o novo substitutivo global. Portanto, há dois substitutivos da lavra do deputado João Henrique Blasi, e foi aprovado o novo substitutivo global. E gostaria de saber se essa subemenda modificativa é aquela que foi aprovada na comissão de Finanças e Tributação.

O SR. PRESIDENTE (deputado Julio Garcia) - A informação é de que é a que foi aprovada.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Então, eu me manifesto pela aprovação do projeto com o novo substitutivo global do deputado João Henrique Blasi e com a subemenda modificativa aprovada nas comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Clésio Salvaro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para a sua declaração de voto, o sr. deputado Clésio Salvaro, líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. presidente, é preciso ressaltar a importância dos CDLs de todo o estado, da federação dos CDLs, já que foram importantes na elaboração e na discussão dessa matéria, e da associação das micros e pequenas empresas de todo o estado. Inclusive, houve aqui neste Parlamento uma grande e importante audiência pública, na qual se originou todo este trabalho.

É importante também aqui ressaltar a participação dos técnicos da secretaria da Fazenda e do governo do estado, que esteve sensível a essa proposta, inclusive baixando um decreto desobrigando todas as micros e pequenas empresas a prestar as informações até o dia 31/12/2005.

Desta forma, a bancada do PSDB votará favorável a esta matéria.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para a declaração de voto, o sr. deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, realmente fez-se justiça com a desobrigação da utilização desse aparelho. Não havia por que tê-lo, já que a venda com cartão para micros e pequenas empresas é muito pequena e não justificaria essa obrigatoriedade.

Então, ao se permitir que as micros e pequenas empresas não tivessem a exigência de ter isso, fez-se justiça a um trabalho maravilhoso dos CDLs, das FCDLs, da associação e da federação dos micros e pequenos empresários, permitindo que as micros e pequenas empresas tivessem efetivamente o tratamento diferenciado que merecem e que se faz necessário para fortalecê-las.

Agradecemos aqui também à Fazenda que, com a sua participação, fez um trabalho maravilhoso para conseguir esse benefício às micros e pequenas empresas.

A nossa declaração de voto é favorável ao projeto!

A Srs. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para a sua declaração de voto, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, também sou favorável a este belíssimo projeto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves, para a sua declaração de voto.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu não poderia deixar, sr. presidente, de enaltecer o trabalho árduo de Joinville e região no sentido da aprovação dessa matéria. Os micros e pequenos empresários da nossa região estavam sofrendo bastante com a possibilidade de ter a deflagração de mais uma fiscalização e cobrança em cima deles, já que são a alavanca na verdade e o progresso deste país.

Penso que com a aprovação desse projeto, hoje será um dia muito especial para os micros e pequenos empresários, que são a grande alavanca do progresso deste país. E nós, aprovando esse projeto no dia de hoje, sr. presidente, não fazemos mais do que cumprir com a nossa obrigação de levar a essas pessoas aquilo que elas esperam!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota, para a sua declaração de voto.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Caro presidente, este projeto será importante para o atendimento do micro e pequeno empresário.

O CDL é uma peça fundamental para a geração de emprego e renda, para o desenvolvimento de toda a nossa região. Creio que o carinho que o governo do estado de Santa Catarina está tendo é muito importante, já que se trata de um setor que gera muitos empregos no estado.

Então, é importante que tenhamos a aprovação desse projeto para que possamos incentivar ainda mais a micro e a pequena empresa. O governo do estado de Santa Catarina está, neste novo tempo, valorizando os micros e pequenos empresários para que amanhã sejam grandes empresários, orgulhando ainda mais o nosso estado.

A Sra. Deputada Simone Schramm - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, a sra. Deputada Simone Schramm.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Sr. presidente, quero parabenizar a Ajorpeme e a FCDL, que estão aqui presentes.

O que acontece hoje é o resultado de inúmeras viagens, audiências públicas e um trabalho suprapartidário desta Casa. Foi um trabalho bonito: os partidos se uniram; houve coerência da secretaria da Fazenda, entendimento com o secretário Max Bornhold, e o governador Luiz Henrique da Silveira ouviu atentamente os pleitos dessa classe.

Estamos todos de parabéns. Graças a Deus está aí o resultado final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. deputados, foi requerida a votação nominal.

Esta presidência informa ainda que realizaremos, segundo entendimento, mais duas sessões no dia de hoje, posto que na semana que vem não haverá sessão.

Então, pedimos a presença de todos os srs. deputados no plenário para a votação.

A votação será nominal e por processo eletrônico.

Em votação a emenda substitutiva global apresentada pelo deputado João Henrique Blasi e a subemenda modificativa.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda substitutiva global e a emenda modificativa; votando "não" rejeitam a matéria proposta para votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI
 DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
 DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim
 DEPUTADO JOSÉ SERAFIM
 DEPUTADO JULIO GARCIA sim
 DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA
 DEPUTADO MANOEL MOTA sim
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim
 DEPUTADO NELSON GOETTEN sim
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
 DEPUTADO NILSON MACHADO sim
 DEPUTADA ODETE DE JESUS sim
 DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
 DEPUTADO PAULO ECCEL sim
 DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
 DEPUTADO RENO CARAMORI sim
 DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
 DEPUTADO ROMILDO TITON sim
 DEPUTADO SÉRGIO GODINHO sim
 DEPUTADA SIMONE SCHRAMM sim
 DEPUTADO VALMIR COMIN
 DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS si
 DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria na forma da emenda substitutiva global com a subemenda modificativa.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, só para justificar que o deputado Francisco de Assis teve que se retirar para um compromisso em Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência registra a justificativa do eminente líder deputado Paulo Eccel.

Em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 0030/2005, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina - Santa Catarina Saúde - e estabelece outras providências.

Em votação em destaque as emendas nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 9.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, quero saber se a Emenda nº 8, aprovada na comissão de Finanças, não havendo destaque, é considerada aprovada, porque ela não faz parte dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - As emendas requeridas para destaque são as emendas nºs: 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 9.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - E a que não está como destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se não estiver contemplada no substitutivo e não tiver requerido o destaque, não será votada.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - O pedido de destaque que foi feito, refere-se a todas as emendas, exceto a duas: a nº 2 e a nº 8, porque a de nº 2 foi acatada na forma da nº 4 e a nº 8 foi acatada na forma da redação da emenda nº 9.

Portanto, ambas estão contempladas no universo das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto se deputado Vieirão está satisfeito com a explicação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não, pelo seguinte: a emenda nº 8 diz "não" e a emenda nº 9 diz "sim". Então, não é a mesma! Perdoe-me, mas uma diz que é facultativo e a outra diz que é obrigatório. Então, não é a mesma!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, eu pediria que v. exa. lesse a emenda nº 8, por gentileza; a não ser que esteja diferente da que consta em minhas mãos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Dá nova redação ao art. 24, se não me falha a memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - (Passa a ler)

"Emenda Modificativa nº 8
 Art. 24 - Ficam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado e a Procuradoria-Geral, junto ao Tribunal de Contas, obrigados a contribuir financeiramente com o Santa Catarina Saúde no mesmo valor do somatório da contribuição dos segurados e dos segurados especiais participantes do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina, previstas nos incisos I e II do art. 11 desta Lei Complementar, respeitando os valores definidos como contribuição mínima e máxima".

(Cópia fiel)

Está satisfeito, sr. líder do governo?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não! Essa é a redação original. É a proposta logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Essa é a Emenda nº 8.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Perdão! Na emenda tem a redação original, que é do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta é a redação atual.

A proposta fica redigida nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"Emenda Modificativa nº 8

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado e a Procuradoria-Geral do Estado, junto ao Tribunal de Contas, poderão contribuir financeiramente com o Santa Catarina Saúde no mesmo valor do somatório da contribuição dos segurados e dos segurados especiais participantes do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina, prevista nos incisos I e II do art. 11 desta Lei Complementar, respeitando os valores definidos como contribuição mínima e máxima".

(Cópia fiel)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Exatamente! Na redação original era "obrigatório", e a proposta do deputado Onofre Santo Agostini é "poderão".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Mas essa emenda não está destacada para votação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Não foi solicitado o destaque.

Eu gostaria de saber se uma emenda que foi aprovada na comissão e não consta do destaque, se não for submetida à aprovação, está fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se ela foi aprovada?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Se ela não constar do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda não foi requerida a votação em destaque.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Exatamente. E eu quero saber se ela conta como aprovada na comissão e incluída no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Segundo informação do líder do governo, a matéria está contemplada em outra emenda.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Na verdade, a emenda foi aprovada na comissão de Finanças e pelo que me consta não retornou à comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não retornando, não pode ser deliberada no plenário.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Exatamente!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, a emenda foi apresentada. Então, da mesma forma como foi apresentado o destaque, gostaria de fazer o destaque da Emenda nº 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado, não é possível porque ela não foi apreciada na CCJ.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas a emenda nº 9 também não foi! Perdoe-me, então vamos começar a discutir todas as emendas! A Emenda nº 7 e a Emenda nº 9 não foram...

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, para sanar o problema, penso que deveria voltar para a comissão de Constituição e Justiça porque realmente ela não foi votada na referida comissão. Acho que não há como votar emenda que foi aprovada na comissão de Finanças e não foi apreciada na comissão de Constituição e Justiça! O correto seria voltar à comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, na realidade, pelo acordo feito hoje na reunião ao meio-dia, pressupomos que essa emenda já tivesse sido apreciada pela comissão de Constituição e Justiça! Como uma comissão aprovou uma emenda, logicamente o projeto deveria ter voltado à comissão de Constituição e Justiça. Como não aconteceu, faço aqui um apelo para que essa matéria seja retirada para tramitar devidamente na comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência pondera que para a retirada da matéria de pauta é preciso que haja o acordo dos srs. líderes. Pondera ainda que se houver entendimento para destacar e votar a Emenda nº 8 - sendo aprovada fica contemplada e rejeitada fica fora - também é possível!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, não há possibilidade de retirada da pauta. Nós cedemos hoje, pela manhã, com relação a várias outras matérias por uma razão muito simples: o plano de saúde dos servidores termina agora na virada do mês de outubro para novembro, e se não viabilizarmos um novo plano, os servidores acabarão ficando a descoberto, razão pela qual a matéria tem de ser votada nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto os srs. líderes se há possibilidade de haver o entendimento para destacar a Emenda nº 8.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Havendo entendimento à sugestão para evitar o impasse de se votar, vota-se a Emenda nº 8. Se ela for aprovada, muito bem, e se não for aprovada, seguem as votações.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Ela é aditiva, modificativa, supressiva...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A emenda é modificativa.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - É a emenda, deputado, que não obriga os Poderes a contribuir - "poderão" contribuir. Não é obrigatório, como a proposta original, porque os Poderes não têm recursos financeiro-orçamentários para satisfazer essa obrigação.

O sr. deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Dentro do espírito de entendimento na reunião de líderes, nós somos favoráveis que seja votada em destaque essa emenda, porque entendemos na oportunidade que essa questão era ponto pacífico, sr. presidente.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, não me oponho a que haja o destaque, embora anti-regimental, mas havendo acordo de líderes não há nenhum problema.

Apenas quero destacar que se aprovada a emenda nº 8, que tira o caráter obrigatório e passa a ser facultativo de contribuição dos Poderes para com o plano, vamos ferir o plano de morte, porque ele foi constituído sob um cálculo atuarial, imaginando-se a participação do contingente de servidores de todos os Poderes.

De sorte que não me oponho. Claro que vai se alterar substancialmente aquilo que foi deliberado, anotado, discutido aqui, em audiência pública, que é o cálculo atuarial levando em consideração o universo de todos os Poderes. O impacto financeiro é pequeno, isso foi conversado com os Poderes. E há mecanismos compensatórios, o que o Executivo vai fazer, para que não haja nenhuma penalização de outro Poder e para que também o servidor, afinal, o mais importante, não seja prejudicado por falta de um plano.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Deputado Julio Garcia, de fato a minha preocupação é com a possibilidade de se facultar e consumir-se a não-participação da parte patronal no plano de saúde dos servidores, dos trabalhadores públicos dos três Poderes de Santa Catarina.

Veja: criando essa possibilidade nós estamos permitindo que a parte patronal saia do compromisso, do acordo, inclusive. Se há orçamento, se existe dotação, isso é um momento subsequente que temos que buscar viabilizar por meio de emendas, de alteração orçamentária, por ajustes que precisam ser feitos, do ponto de vista técnico, até porque hoje funciona de uma determinada forma.

Então, essa é a minha preocupação. Se não for possível, deputado Julio Garcia, eu pergunto, separar essa emenda, que eu gostaria de votar contrário, pois gostaria de votar de acordo com o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ela será destacada.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A decisão já está tomada, com a concordância dos líderes.

Vamos votar, em primeiro lugar, o destaque da Emenda nº 8.

Como é projeto de lei complementar, precisa-se de 21 votos para aprovar a emenda.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda modificativa que torna facultativa a participação no plano pelos Poderes, conforme lido, e os que votarem "não" mantêm a redação atual.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação da Emenda Modificativa nº 8, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - O encaminhamento é pelo voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ não

DEPUTADO ALTAIR GUIDI não

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR não

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim

DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim

DEPUTADO CELESTINO SECCO não

DEPUTADO CESAR SOUZA sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO não

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA não

DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS não

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER não

DEPUTADO GELSON MERISIO não

DEPUTADO GENÉSIO GOULART não

DEPUTADO GELSON SORGATO não

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL não

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI não

DEPUTADO JOARES PONTICELLI não

DEPUTADO JORGINHO MELLO não

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA não

DEPUTADO JOSÉ SERAFIM não

DEPUTADO JULIO GARCIA não

DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA não

DEPUTADO MANOEL MOTA não

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO não

DEPUTADO NELSON GOETTEN não

DEPUTADO NILSON GONÇALVES não

DEPUTADO NILSON MACHADO não

DEPUTADA ODETE DE JESUS não

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO PAULO ECCEL não

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA não

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA não

DEPUTADO ROMILDO TITON não

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO não

DEPUTADA SIMONE SCHRAMM não

DEPUTADO VALMIR COMIN não

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS não

DEPUTADO WILSON VIEIRA não

Votaram 31 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos seis votos "sim", 25 "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitada a Emenda nº 8.

Votação em destaque das Emendas nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 9 ao Projeto de Lei Complementar nº 0030/2005, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina - Santa Catarina Saúde e estabelece outras providências.

A votação também será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam as emendas relacionadas e votando "não" rejeitam-nas.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, trata-se de emendas que aprimoram o projeto original. O nosso encaminhamento é pelo "sim".

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, são tantos projetos que tramitam, que eu quero conhecer essas emendas, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Já estamos em processo de votação, deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Quero conhecê-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O projeto deu entrada na Assembléia no dia 6 de setembro de 2005.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Já passei à deputada Odete de Jesus as emendas que estão em deliberação agora; todas elas com a devida justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Enquanto a deputada Odete de Jesus compulsa as emendas, vamos abrir o painel de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam as emendas nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 9, e votando "não" rejeitam-nas.

Em votação.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim

DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim

DEPUTADO CELESTINO SECCO não

DEPUTADO CESAR SOUZA sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim	Está encerrada a votação.	O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, o nosso líder em exercício, deputado Vânio dos Santos, pediu votação nominal.
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim	Votaram 31 srs. deputados.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. Deputados, o projeto terá votação nominal.
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS		Temos 31 votos "sim", nenhum voto	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. Deputados, o projeto terá votação nominal.
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim	"não" e nenhuma abstenção.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. Deputados, o projeto terá votação nominal.
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim	Aprovado o projeto com as emendas.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. Deputados, o projeto terá votação nominal.
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim	O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. Deputados, o projeto terá votação nominal.
DEPUTADO GELSON SORGATO			O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim		O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, o nosso líder, deputado Paulo Eccel, estava ausente nesse momento. Fiz um pedido de votação nominal a esse projeto, do qual fui relator na CCJ, onde apresentei voto contrário a essa matéria. Não fui comunicado do acordo, por isso fiz a solicitação de votação nominal.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, queria requerer a v.exa. que se dignasse consultar os líderes sobre a possibilidade de votação ainda nesta sessão de um projeto de autoria do deputado Rogério Mendonça, nº 0396/2005, que denomina Arthur Francisco Weber o ginásio de esportes da Escola de Educação Fundamental Prefeito Frederico Probst, de Rio Antinhas, no município de Petrolândia.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Nobre deputado, houve um requerimento do deputado Onofre Santo Agostini para colocar a matéria em votação. A Presidência submeteu democraticamente a todos os srs. líderes presentes, como de praxe. As lideranças presentes concordaram e a matéria está em votação.
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim		O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, o nosso líder, deputado Paulo Eccel, estava ausente nesse momento. Fiz um pedido de votação nominal a esse projeto, do qual fui relator na CCJ, onde apresentei voto contrário a essa matéria. Não fui comunicado do acordo, por isso fiz a solicitação de votação nominal.
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	sim	Ele já foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça e agora está na comissão de Educação, Cultura e Deporto. A relatora é a Deputada Ana Paula Lima, e pelo que me foi informado s.exa. não oferece resistência a que se aprove esse projeto, muito singelo, por uma razão: a obra será inaugurada na semana que vem pelo governador e já teria, então, aprovação da denominação por esta Casa.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Nobre deputado, houve um requerimento do deputado Onofre Santo Agostini para colocar a matéria em votação. A Presidência submeteu democraticamente a todos os srs. líderes presentes, como de praxe. As lideranças presentes concordaram e a matéria está em votação.
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM			O Sr. Deputado Paulo Eccel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Atendendo ao apelo de v.exa. e ao requerimento também, com a aquiescência ostensiva do deputado Antônio Carlos Vieira, vamos deliberar sobre a matéria.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Paulo Eccel.
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim	Discussão e votação do Projeto de Lei nº 0396/2005, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina Arthur Francisco Weber o ginásio de esportes da Escola de Educação Fundamental Prefeito Frederico Probst, da comunidade de Rio Antinhas, município de Petrolândia.	O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, não estamos questionando a condução do processo por v.exa. Só que eu saí durante trinta segundos estou aqui desde as 14h - e agora sou informado de que essa matéria estava sendo votada, porém não tramitou, não transitou no acordo de líderes da reunião de hoje.
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	Em discussão.	Logicamente, entendo que o procedimento é legítimo; há um requerimento, então vamos todos buscar as matérias que temos aí e votar tudo, já que está passando tudo!
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	(Pausa)	Respeito o encaminhamento de v.exa. Não estou questionando sua posição, mas acho que há um desrespeito porque, na realidade, houve um acordo e um grande volume de matérias foi votado durante a tarde, inclusive matérias polêmicas. E neste instante somos surpreendidos com um requerimento, que é regimental, repito! Mas fica aqui manifestada a minha indignação em relação a esse procedimento.
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim	encerramos sua discussão.	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência acata a manifestação de v.exa., mas explica que foi votado nesse período, mesmo não constando do acordo de líderes, a requerimento do deputado João Henrique Blasi, matéria de autoria do deputado Rogério Mendonça.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	Em votação.	A presidência lamenta, mas vamos ao processo de votação.
DEPUTADO NILSON MACHADO	sim	Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.	O deputado Vânio dos Santos requereu votação nominal.
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	Aprovado.	A presidência defere.
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim	Srs. deputados esta presidência vai encerrar a presente sessão e convocar outra para as 17h36min, para procedermos à votação do segundo turno dessas matérias votadas no dia de hoje.	Está aberto o painel de votação.
DEPUTADO PAULO ECCEL	sim	O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.	Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o Projeto de Lei nº 0002/2005, de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini; os que votarem "não", rejeitam-no.
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.	O Sr. Deputado Antônio Ceron - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, antes de v.exa. encerrar, eu pediria...	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Antônio Ceron.
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Atendendo o requerimento do sr. deputado Onofre Santo Agostini, esta presidência coloca à apreciação dos srs. líderes se podemos votar o Projeto de Lei nº 0002/2005, que concede o título de cidadão catarinense ao sr. Mário Kenji Irié.	O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, só para registrar que votamos com tranquilidade favoravelmente a esse projeto. Trata-se de um cidadão de bem, que produz, que trabalha, que mora no estado de Santa Catarina. Portanto, não vejo nenhum motivo de não darmos esse título a esse cidadão, respeitando, logicamente, quem pensa o contrário.
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	(As lideranças aquiescem.)	
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim	Em discussão.	
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim	(Pausa)	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	sim	Em votação.	
DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim	O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.	
		O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.	

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Eu só queria endossar as palavras do nosso líder, deputado Antônio Ceron, quanto ao mérito do projeto de autoria do deputado Onofre Santo Agostini.

Penso que ao votarmos aqui em favor desse cidadão demonstraremos que respeitamos, primeiramente, aqueles que vêm para Santa Catarina e, em segundo, aqueles que vêm empreender em nosso estado. Esse cidadão passou por muitas e muitas dificuldades, mas continua sendo um catarinense, acreditando em Santa Catarina, investindo, gerando riqueza e emprego.

Acho que o deputado Onofre Santo Agostini fez justiça a esse cidadão e o nosso partido fará também, quando votarmos "sim".

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de parabenizar o deputado Onofre Santo Agostini e apoiá-lo na aprovação do projeto, porque esse cidadão realmente merece o título de cidadão catarinense.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - O nosso voto também é "sim". Parabenizo o deputado Onofre Santo Agostini por reconhecer esse grande empresário que trabalha em Santa Catarina, gera emprego e tem as suas lojas aqui, enaltecendo o nosso comércio e fazendo o estado crescer.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, Mário Kenji Iriê teve toda a sua honra jogada na lata do lixo e na lama das amarguras durante a realização da CPI da sonegação fiscal. Não havia prova alguma, absolutamente nada contra ele e muito fogueiro, muitos holofotes foram jogados contra esse cidadão. Eu acho, sim, que é merecedor do título pelos empregos que cria em Santa Catarina, pelo faturamento e pelo trabalho que exerce no estado, principalmente nas obras sociais. Por isso o meu voto é "sim".

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrado o processo de votação.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	não
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSON MACHADO	
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PAULO ECCEL	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	não
DEPUTADO WILSON VIEIRA	

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 19 votos "sim" e 4 votos "não".

Aprovado.

Esta presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, extraordinária, para hoje, às 17h43min.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezessete horas e trinta e seis minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

A presidência comunica aos srs. deputados que vamos votar matéria que requer quórum qualificado. Por isso, conclamamos todos os deputados que estão em seus gabinetes para que voltem ao plenário para a votação. Vamos votar nesta sessão, em

segundo turno, as matérias já votadas em primeiro turno, e posteriormente votaremos a redação final.

Discussão e votação em segundo turno do projeto de emenda constitucional nº 0003/2005, que altera o inciso I, a alínea "c" e "d" do inciso II e incisos IV a XI do art. 78; o § 4º do art. 81; a alínea "c" do inciso IV, a alínea "b" do inciso XI e o inciso XII do art. 83; o "caput" do art. 89; o art. 98; e os incisos II e III do art. 99; e acrescenta a alínea "e" ao inciso II e os incisos VIII-A e XII a XV ao art. 78; os incisos IV e V ao parágrafo único do art. 80; os §§ 4º a 9º ao art. 81; o parágrafo único ao art. 83; os §§ 3º e 4º ao art. 88; os §§ 3º a 6º ao art. 96; os §§ 1º a 4º ao art. 98; o inciso VI ao art. 100; da Constituição do estado.

Ao presente projeto foi apresentada subemenda aditiva e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

A votação será nominal através do painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam.

Em votação.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	sim
DEPUTADO CELESTINO SECCO	
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	sim
DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS	
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GELSON SORGATO	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	
DEPUTADO JOSÉ SERAFIM	
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NELSON GOETTEN	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim

DEPUTADO NILSON MACHADO	sim	Está encerrada a votação.	Conta com parecer favorável da
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	Votarem 29 srs. deputados.	comissão de Constituição e Justiça, de
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim	Temos 29 votos "sim", nenhum voto	Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo
DEPUTADO PAULO ECCEL		"não" e nenhuma abstenção.	à Família e à Mulher e de Trabalho, de
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim	Está aprovado o projeto de lei com-	Administração e de Serviço Público.
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	plementar em segundo turno.	Em discussão.
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim	Discussão e votação em segundo	(Pausa)
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	turno do Projeto de Lei nº 0211/2005, de	Não havendo quem o queira discutir,
DEPUTADO SÉRGIO GODINHO	sim	autoria do deputado Reno Caramori, que	encerramos sua discussão.
DEPUTADA SIMONE SCHRAMM	sim	denomina rodovia Capitulino Xavier de Oliveira	Em votação.
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	o trecho da SC-469 que liga o município de	Os srs. deputados que o aprovam
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	sim	Campo Erê e Saltinho.	permaneçam como se encontram.
DEPUTADO WILSON VIEIRA		Conta com parecer favorável da	Aprovado.
		comissão de Constituição e Justiça, de Transporte	Discussão e votação em segundo
		e Desenvolvimento Urbano e de Trabalho, de	turno do Projeto de Lei nº 0296/2005, de
		Administração e de Serviço Público.	autoria da deputada Simone Schramm, que
		Em discussão.	autoriza o Poder Executivo a instituir programa
		(Pausa)	de coleta seletiva de lixo nas escolas públicas
		Não havendo quem o queira discutir,	e particulares do estado de Santa Catarina.
		encerramos sua discussão.	Conta com parecer favorável da
		Em votação.	Comissão de Constituição e Justiça, de
		Os srs. deputados que o aprovam	Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho,
		permaneçam como se encontram.	de Administração e de Serviço Público.
		Aprovado.	Em discussão.
		Discussão e votação em segundo	(Pausa)
		turno do Projeto de Lei nº 0263/2005, de	Não havendo quem o queira discutir,
		autoria do deputado Jorginho Mello, que	encerramos sua discussão.
		dispõe sobre a coleta, armazenagem e destino	Em votação.
		final das embalagens flexíveis de rafia, usadas	Os srs. deputados que o aprovam
		para acondicionar produtos utilizados nas	permaneçam como se encontram.
		atividades industriais, comerciais e agrícolas e	Aprovado.
		adota outras providências.	Discussão e votação em segundo
		Conta com parecer favorável da	turno do Projeto de Lei nº 0301/2005, de
		comissão de Constituição e Justiça, de	autoria do deputado Valmir Comin, que
		Turismo e Meio Ambiente e de Trabalho, de	denomina Manoel Joaquim Medeiros o Ginásio
		Administração e de Serviço Público.	de Esportes da Escola de Educação Básica
		Em discussão.	Princesa Isabel, no Morro da Fumaça.
		(Pausa)	Conta com parecer favorável da
		Não havendo quem o queira discutir,	comissão de Constituição e Justiça, de
		encerramos sua discussão.	Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho,
		Em votação.	de Administração e de Serviço Público.
		Os srs. deputados que o aprovam	Em discussão.
		permaneçam como se encontram.	(Pausa)
		Aprovado.	Não havendo quem o queira discutir,
		Discussão e votação em segundo	encerramos sua discussão.
		turno do Projeto de Lei nº 0272/2005, de	Em votação.
		autoria do deputado Antônio Carlos Vieira, que	Os srs. deputados que o aprovam
		reinsere a Seção V ao Capítulo II da Lei nº	permaneçam como se encontram.
		3.938, de 30 de dezembro de 1966, com a	Aprovado.
		denominação e redação desta lei, e adota	Discussão e votação em segundo
		outras providências.	turno do Projeto de Lei nº 0316/2005, de
		Conta com parecer favorável da	autoria do deputado João Henrique Blasi, que
		comissão de Constituição e Justiça e de	denomina José dos Passos Vieira a Central
		Finanças e Tributação.	Estadual de Armazenagem e Distribuição de
		Em discussão.	Imunobiológicos e Insumos da Secretaria de
		(Pausa)	Estado da Saúde, no município de
		Não havendo quem o queira discutir,	Florianópolis.
		encerramos sua discussão.	Conta com parecer favorável da
		Em votação.	comissão de Constituição e Justiça, de Saúde
		Os srs. deputados que o aprovam	e de Trabalho, de Administração e de Serviço
		permaneçam como se encontram.	Público.
		Aprovado.	Em discussão.
		Discussão e votação em segundo	(Pausa)
		turno do Projeto de Lei nº 0281/2005, de	Não havendo quem o queira discutir,
		autoria do deputado Clésio Salvaro, que	encerramos sua discussão.
		concede título de Cidadão Catarinense ao sr.	Em votação.
		Jorge Antônio Maurique.	Os srs. deputados que o aprovam
		Conta com parecer favorável da	permaneçam como se encontram.
		comissão de Constituição e Justiça, de	Aprovado.
		Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho,	Discussão e votação em segundo
		de Administração e de Serviço Público.	turno do Projeto de Lei nº 0371/2005, de
		Em discussão.	deputado Paulo Eccel, que denomina Elias
		(Pausa)	Francisco Finatto a rodovia SC/459, no trecho
		Não havendo quem o queira discutir,	SCT-283, município de Arvoredo.
		encerramos sua discussão.	Conta com parecer favorável da
		Em votação.	comissão de Constituição e Justiça e de
		Os srs. deputados que o aprovam	Trabalho, de Administração e de Serviço
		permaneçam como se encontram.	Público.
		Aprovado.	Em discussão.
		Discussão e votação em segundo	(Pausa)
		turno do Projeto de Lei nº 0294/2005, de	Não havendo quem o queira discutir,
		autoria da deputada Simone Schramm, que	encerramos sua discussão.
		institui o Dia Estadual da Mulher Empresária.	Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0255/2005, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva, que dispõe sobre os comprovantes de pagamentos efetuados por meio dos cartões de crédito e débito automático em conta corrente e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovando a matéria na forma como foi deliberada em primeiro turno.

A matéria está aprovada em segundo turno.

Discussão e votação em segundo

turno do Projeto de Lei nº 0396/2005, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina Artur Francisco Weber o ginásio de esportes da Escola de Educação Fundamental Prefeito Frederico Probst, da Comunidade de Rio Antinhas, município de Petrolândia.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0002/2005, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que concede título de Cidadão Catarinense ao Sr. Mário Kenji Irie.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com voto contrário dos deputados Dionei Walter da Silva e Vânio dos Santos.

Aprovado o projeto em segundo turno por maioria.

A presidência encerra a presente sessão, convocando outra, para as 17h49min, para a deliberação das matérias aprovadas no dia de hoje, na sua redação final.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 030ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezessete horas e quarenta e nove minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Convoca os membros da comissão de Agricultura e Política Rural para uma reunião.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Informa sobre a realização da reunião do Fórum Parlamentar Ítalo-Brasileiro; convida os parlamentares para a sessão solene em homenagem aos 30 anos das pesquisas agropecuárias no estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (pela ordem) - Comunica a realização, em Brasília, da assembleia nacional popular com propostas econômicas e sociais novas para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

As atas serão lidas na próxima sessão ordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final da Medida Provisória nº 0120/2005, na forma aprovada em primeiro e em segundo turnos.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, está chegando perto do horário de terminar a sessão e sei que os srs. deputados têm outros compromissos. Então, quero somente avisar aos membros da comissão de Agricultura e Política Rural que teremos uma reunião após as 18h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ficam convocados os membros da comissão de Agricultura e Política Rural, pelo presidente Reno Caramori, para a reunião que acontecerá logo após esta sessão.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado Júlio Garcia, gostaria de informar que o Fórum Parlamentar Ítalo-Brasileiro fará uma reunião na seqüência no gabinete da liderança do PMDB.

Gostaria também de pedir a todos os deputados que participassem, hoje à noite, da sessão solene em homenagem aos 30 anos da pesquisa agropecuária em Santa Catarina.

Teremos aqui presentes homenageados de todas as estações experimentais. Teremos também a presença do governador Luiz Henrique da Silveira nessa sessão que será presidida pelo presidente, deputado Julio Garcia.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Votação da redação final do Projeto de Emenda Constitucional nº 0003/2005, nos moldes aprovados em primeiro e em segundo turnos.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria como foi deliberada no primeiro e segundo turnos.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0030/2005.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0054/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0244/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0330/2004.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0331/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0332/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0333/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0334/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0337/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0338/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0339/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0344/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0345/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0351/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0355/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0396/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0002/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada com o voto contrário do deputado Vânio dos Santos.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0216/2005.
Não há emendas à redação final.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0260/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0298/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0299/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0308/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0317/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0328/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0373/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0389/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0211/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0263/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0272/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0281/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0294/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0296/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0301/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0316/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0371/2005.
Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0255/2005.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.
Passaremos à Explicação Pessoal.
Não há oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados.
O Sr. deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.
O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, vou falar muito rapidamente, pois sei que estamos hoje com a hora bastante avançada em função do esforço para votarmos esse conjunto de projetos. Mas sei que v.ixa. tem conhecimento e que foi também procurado por lideranças do movimento social do estado de Santa Catarina, que ontem à noite, sras. deputadas e srs. deputados, participaram da abertura da 4ª Semana Social Brasileira e de uma assembléia popular, em Brasília, no ginásio Nilson Nelson.
Eu viajei à Brasília, tive uma agenda segunda e terça-feiras em alguns ministérios, sr. presidente, e também estive presente, ontem à noite, a partir da 19h, na abertura desse encontro. Ainda não haviam chegado todas as delegações. A delegação de Santa Catarina estava representada por cerca de 15 ônibus, deputado Francisco Küster.
Além de diversas igrejas, a CNBB é um dos organismos que está ajudando na organização desse evento, bem como o movimento sindical popular, a questão indígena, a luta das mulheres, dos negros, meninos e meninas de rua. Então, todos os movimentos sociais brasileiros reunidos lá, maciçamente representados, vão fazer um debate sobre política de reforma agrária, saúde, educação, emprego

e renda, distribuição da riqueza do país, meio ambiente, cultura. Enfim, é um grande debate que terminará, sr. presidente, na próxima sexta-feira.

Assim sendo, eu queria aqui registrar que a delegação de Santa Catarina era uma das mais numerosas, pois tinha em torno de 15 ônibus. E apesar do feriado que teremos na próxima semana, assim que recebermos as resoluções desse encontro, deputada Simone Schramm, deputado Julio Garcia e demais parlamentares aqui presentes, eu gostaria de divulgá-las no plenário desta Casa.

Deputado Jorginho Mello, são resoluções, são indicadores, são propostas que esse movimento, reunido em Brasília, que se chama assembleia nacional popular,

discutiu como um projeto de Brasil, o Brasil na ótica da população, na ótica dos movimentos sociais, na ótica do nosso povo, às vezes sofrido, desempregado, sem acesso às políticas públicas.

Então, sr. presidente, encerrando o meu relato, quero dizer que estive presente, ontem, na abertura desse encontro e quero também fazer, em nome da Assembleia Legislativa, uma saudação à delegação de Santa Catarina, que estava presente em Brasília, e desejar que de lá surjam grandes propostas que possam ser oferecidas ao governo federal, aos governos dos estados, aos municípios e às casas legislativas em todos os níveis, para que se possa estudá-las e transformá-las em projetos e em realizações, pois é um sonho

de todos nós termos um Brasil melhor, com melhor distribuição de renda, emprego e políticas sociais que atendam à grande demanda e à grande carência do Brasil e dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A manifestação e a saudação de v.exa. são também da Assembleia Legislativa.

Continua livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem ao trigésimo aniversário das pesquisas agropecuárias no estado de Santa Catarina.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 041ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezenove horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Dionei Walter da Silva - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Julio Garcia - Manoel Mota - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sérgio Godinho.

SUMÁRIO

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Discorre sobre a criação da Empasc, sua transformação em Epagri e o desenvolvimento da pesquisa agropecuária em Santa Catarina nos últimos 30 anos.

GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Elogia o trabalho realizado pela Epagri e o seu papel no desenvolvimento de Santa Catarina, através da pesquisa agropecuária.

JOSÉ LUIZ PETRI - Fala em nome dos homenageados e ressalta a importância da pesquisa agropecuária para o estado catarinense e para o Brasil.

JOSÉ OSCAR KURTZ - Como primeiro presidente da Empasc, agradece ao Poder Legislativo o apoio à pesquisa agropecuária de Santa Catarina.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Traça a trajetória da pesquisa agropecuária, notadamente a partir da criação da Empasc, no seu governo.

ÁTHOS DE ALMEIDA LOPES - Como presidente da Epagri, agradece à Assembleia Legislativa as homenagens e o apoio.

MOACIR SOPELSA - Enaltece o papel da agricultura e dos pesquisadores no desenvolvimento de Santa Catarina.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Manifesta a convicção de que a sessão solene marca indelevelmente os 30 anos da pesquisa agropecuária catarinense e parabeniza os pesquisadores e seus colaboradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os deputados Reno Caramori e Dionei Walter da Silva para conduzirem até o plenário as autoridades que irão compor a mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo sr. Luiz Henrique da Silveira, digníssimo governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Herneus de Nadal;

Excelentíssimo sr. Antônio Carlos Konder Reis, digníssimo ex-governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Moacir Sopesla, digníssimo secretário de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural;

Excelentíssimo sr. deputado Rogério Mendonça, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

Excelentíssimo sr. deputado Reno Caramori, presidente da comissão da Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, srs. deputados, a presente sessão solene foi convocada por requerimento dos srs. deputados Gelson Sorgato e Rogério Mendonça e tem o objetivo de homenagear a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina - Epagri -, pelos 30 anos de pesquisas agropecuárias no estado de Santa Catarina.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional, interpretado pelo coral da Epagri, sob a regência do maestro Giovane Pacheco.

(Procede-se à execução do hino.)

A presidência registra a presença dos deputados Sérgio Godinho, Antônio Aguiar, Antônio Carlos Vieira, Dionei Walter da Silva, Manoel Mota e João Henrique Blasi, líder do governo.

Registra também a presença das seguintes personalidades:

Ex-deputado e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Salomão Ribas Júnior;

Ex-vice-governador Vitor Fontana; Secretário de estado da Administração, Marcos Vieira;

Secretário em exercício do Desenvolvimento Regional da mesorregião da Grande Florianópolis, Ademar Koerich;

Secretário em exercício do Desenvolvimento Regional de Ibirama, Leonir Lunelli;

Sr. Ivo Vanderlinde, ex-deputado e diretor-presidente da Ceasa;

Sra. Alaor Stoffer, neste ato representando o Conselho Estadual de Assistência Social e a comissão de Assistência Social da OAB;

Dr. Zenório Piana, diretor de pesquisa agropecuária da Fapesc;

Professor Énio Luiz Pedrotti, diretor do centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, neste ato representando o magnífico reitor, professor Lúcio Botelho.

Convido, neste momento, o deputado Rogério Mendonça, co-autor do requerimento que ensejou a realização da presente sessão solene, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia;

Excelentíssimo sr. governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. secretário de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, deputado Moacir Sopesla;

Excelentíssimos srs. deputados Herneus de Nadal, vice-presidente desta Casa, e Reno Caramori, presidente da comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo sr. ex-governador Antônio Carlos Konder Reis.

Faço aqui também uma saudação ao presidente executivo da Epagri, Athos de Almeida Lopes, a todos os deputados presentes e à família epagrana presente em grande número para prestigiar esta sessão solene.

Inicialmente, gostaria de fazer a leitura de uma mensagem deixada pelo deputado Gelson Sorgato, que também é um dos proponentes da realização desta sessão solene e que não pôde estar presente em função de uma viagem à Europa.

(Passa a ler)

"Prezados epagrinos,

É com imenso orgulho e satisfação que, juntamente com o deputado Rogério Mendonça, propusemos pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina uma homenagem em comemoração aos 30 anos da implantação oficial da pesquisa agropecuária em Santa Catarina, cujos trabalhos ora vêm sendo brilhantemente desenvolvidos pela Epagri.

Na condição de cidadão catarinense, principalmente quando secretário da Agricultura do estado, aprendi a conhecer com profundidade a importância do trabalho da pesquisa agropecuária em Santa Catarina. Daí o nosso reconhecimento por essa profícua missão.

Infelizmente, por dever de ofício, não poderei estar presente na solenidade comemorativa, em face de viagem ao exterior visando à promoção de intercâmbio de experiências, objetivando contribuir para o fortalecimento do processo de desenvolvimento voltado ao estado de Santa Catarina.

Embora ausente, com certeza estarei presente em espírito. Através desta mensagem quero expressar o mais profundo reconhecimento pela importância dos serviços prestados pela pesquisa agropecuária, alcançando excelentes resultados em prol do desenvolvimento socioeconômico não só do estado de Santa Catarina, como também do país."

(Cópia fiel)

Esta é a mensagem do deputado Estadual Gelson Sorgato.

(Continua lendo)

"É correto afirmar, e sem que se incorra em exagero, que a melhoria da qualidade de vida do homem e o avanço da sociedade dependem da pesquisa. Em palavras mais simples: a necessidade é a mãe da invenção.

Necessitando comunicar-se de forma mais rápida com seu semelhante, o homem criou o sinal de fumaça, o rufar dos tambores, o telefone, o telégrafo, a telefonia móvel, a Internet.

Necessitando curar suas doenças, o homem apelou a ritos sagrados e, depois, a remédios, cirurgias, transplantes; desvendou os mistérios da genética e aventurou-se agora na clonagem.

Necessitando deslocar-se mais rápido pelo planeta em que vive, o homem inventou a roda, utilizou a força dos animais na tração de carroças, ou sou a criar algo que anda com suas próprias forças - o automóvel. Ousou ainda mais ao desafiar a lei da gravidade e colocar no ar aviões até mais rápidos do que o som.

Não há dúvida: a necessidade é a mãe da invenção. Já que apelamos a esse ditado popular, podemos afirmar também que o 'pai' da invenção é a pesquisa.

A pesquisa leva o homem ao obrigatório processo de investigação e, consequentemente, a experimentos, testes de hipóteses e finalmente à descoberta. A descoberta enseja novos horizontes, novas perspectivas, nova necessidade, novo processo de pesquisar.

Na verdade, dissertar sobre a pesquisa para uma platéia seleta como esta, com seu cotidiano quase que inteiramente voltado a essa atividade, parece obviedade, parece chover no molhado. Pois não é. Nós, mais do que muitos, sabemos que a importância da pesquisa precisa ser lembrada a todo instante em um país que, apesar de suas dimensões continentais, destina menos de 1% de seu PIB à investigação científica; em um país que não tem priorizado a educação na medida em que deveria; em um país que ainda prefere importar tecnologias em muitos setores.

Discorrer sobre a importância da pesquisa neste momento se faz necessário também porque comemoramos algo especial: os 30 anos da pesquisa agropecuária no estado de Santa Catarina, através da criação da Empasc, empresa que ajudou na formação da atual Epagri.

O estado catarinense, nesse sentido, sempre foi pioneiro. Há 110 anos, Hercílio Luz criou a primeira estação de pesquisa agropecuária em Rio dos Cedros, no médio Vale do Itajaí.

A solenidade que ora realizamos nos remete, para que sejamos precisos, ao dia 29 de outubro de 1975, data em que foi oficialmente criada a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - Empasc. Vinculada à Embrapa, a Empasc nasceu com a responsabilidade de procurar soluções específicas para os problemas do setor agropecuário catarinense. Claro que, antes da Empasc, os problemas da agropecuária berriga-verde já eram objeto de estudo e de descobertas. Não considerar isso seria desprezar os trabalhos desenvolvidos por outras entidades, como o Ipeas - Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul -, cuja fundação remonta a 1962, apenas para citar um exemplo.

É, entretanto, no surgimento da Empasc que vamos encontrar a colocação da pesquisa como elemento prioritário. Foi com a Empasc, num trabalho conjugado e parceiro com a Acaresc e que depois resultou na Epagri, que a pesquisa agropecuária verdadeiramente deslançou, colocando Santa Catarina no topo do ranking nacional da área.

Nessas três décadas de procura por mais produtividade e melhor qualidade de nossos produtos do campo, houve avanços significativos. Temos hoje algumas das melhores espécies de maçã do planeta, desenvolvidas nas estações experimentais de São Joaquim e de Caçador. Essas espécies estão em nível direto de competitividade, por exemplo, com a maçã argentina, antes considerada imbatível.

Nossos cebolicultores têm à disposição uma variedade - a cebola crioula - perfeitamente ajustada às carências e potencialidades do nosso solo e do nosso clima. Lembro-me do trabalho de pesquisa com a cebola crioula na estação experimental de Ituporanga, onde tive o privilégio também de trabalhar e atuar como pesquisador.

Nossas incursões na tentativa de produzir hortifrutigranjeiros sem o uso de agrotóxicos apresentam resultados que já são copiados no Brasil e mundo afora. Somos donos de um dos maiores índices de produtividade por hectare de arroz irrigado do mundo, graças ao trabalho dos pesquisadores da estação de Itajaí, resultados esses obtidos lá no alto Vale do Itajaí, principalmente na cidade de Agronômica.

Podemos nos orgulhar da obtenção de tecnologia que permite o manejo de florestas e a criação de gado ao mesmo tempo e na mesma área, graças aos estudos desenvolvidos na estação de Lages. Os pesquisadores da Princesa da Serra ostentam ainda outro mérito, junto com os pesquisadores da Itajaí: a micropropagação de plantas através da clonagem, técnica que pode reduzir em até 70% o tempo na obtenção de resultados nas pesquisas de melhoramento. O que antes demorava 15 anos, através dessa técnica pode ser feito em quatro anos.

No sul do estado, mais precisamente em Urussanga, a pesquisa agropecuária nos diversos setores nos brinda também com uma cachaça de qualidade superior, além de vinhos que dariam inveja a Baco.

Aliás, de vinhos de qualidade estamos muito bem servidos. Em Videira, a pesquisa permitiu, nos últimos 30 anos, a introdução de novas variedades de vitivinicultura, o que possibilitou a elaboração de vinhos comparados aos melhores vinhos europeus.

De Videira damos um pulo a Caçador - mas falando em vinho, sr. governador, podemos lembrar que São Joaquim também já está iniciando um trabalho com o plantio da uva e a produção de vinhos de grande qualidade -, onde a estação experimental administra e monitora 800 hectares de reserva florestal nativa e intocável, onde a flora é mantida e a fauna está em significativa recuperação.

Do norte do estado vem o orgulho de quem gosta de um gostoso chimarrão. Na estação experimental de Canoinhas pesquisas levaram ao desenvolvimento de uma erva-mate tipo exportação, matéria-prima que nos permite, além de chimarrão, outras bebidas de alto poder de nutrição.

Na estação experimental de Chapecó foi aperfeiçoado o *know-how* administrativo dos proprietários das pequenas propriedades agrícolas. Essas propriedades, que constituem a maior parte das fronteiras agrícolas do nosso estado, funcionam como verdadeiras empresas, dando emprego e renda a milhares de catarinenses. Ainda em Chapecó e também em Campos Novos começa a dar os primeiros passos o cultivo de oliveiras, que deverá gerar mais uma fonte de renda ao agricultor.

Quem conhece a estação experimental de Campos Novos, conhece as 12 unidades demonstrativas de pesquisa e extensão rural para a agricultura familiar, que busca, com sucesso, tornar as pequenas propriedades cada vez mais rentáveis através da agregação de valor. Somente nos últimos cinco meses 700 pessoas procuraram a estação para conhecer essas unidades demonstrativas.

Ao falarmos da excelência da pesquisa agropecuária em Santa Catarina, poderíamos também nos referir ao Ciram - Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia -, localizado em Florianópolis, e cuja criação teve a felicidade de comandar, como presidente da Epagri, em 1977. O Ciram tem tecnologia, equipamentos e cientistas de destaque capazes de elaborar previsões precisas do tempo e do clima. Apenas para citar um exemplo, o Ciram fez a previsão do furacão Catarina antes mesmo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Poderíamos ocupar o resto da noite na enumeração das conquistas da pesquisa agropecuária nessas últimas três décadas. Conquistas que podem e devem ser atribuídas ao denodo, à competência e à dedicação de centenas de pessoas. Profissionais que foram colocados em suas funções, salvo raras e condenadas exceções, porque mostraram e comprovaram, em concursos ou em eleições diretas, algo fundamental na pesquisa: capacidade técnica, desejo de superação e preocupação com o meio em que estão inseridos. Profissionais que nem sempre estão diretamente ligados à tarefa de pesquisar, executando serviços braçais ou de caráter burocrático, mas que atuam como suporte indispensável à obtenção dos resultados esperados.

Esta sessão solene, proposta por nós e pelo colega de Parlamento Gelson Sorgato, é tão-somente uma demonstração de reconhecimento pelo trabalho que a Epagri vem fazendo na área da pesquisa, trabalho que consolida a empresa cada vez mais como um organismo superavitário e estimulador do progresso da nossa Santa e bela Catarina!

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Garcia) - A presidência registra a presença da deputada Simone Schramm.

Neste momento vamos ouvir sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Boa-noite a todos!

Excelentíssimo sr. deputado estadual Júlio Garcia, mui digno presidente desta Casa;

Excelentíssimo sr. ex-governador do estado, e ex-deputado federal e estadual, constituinte do estado e da nação, dr. Antônio Carlos Konder Reis;

Excelentíssimo sr. deputado estadual Herneus de Nadal, mui digno primeiro-vice-presidente desta Casa;

Excelentíssimos sr. deputado João Henrique Blasi, líder do governo;

Excelentíssimo secretário de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Moacir Sopelsa;

Excelentíssimo deputado Rogério Mendonça, autor do requerimento, juntamente com o deputado Gelson Sorgatto, com ausência já justificada, que resultou esta magna sessão;

Excelentíssimo sr. deputado Manoel Mota;

Excelentíssimo sr. deputado Reno Caramori;

Excelentíssimo sr. deputado Dionei Walter da Silva;

Excelentíssimo sr. deputado Sérgio Godinho;

Excelentíssima sra. deputada Simone Schramm;

Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar;

Excelentíssimo sr. conselheiro do Tribunal de Contas e presidente do conselho superior da Associação Catarinense de Imprensa, Salomão Ribas Júnior;

Excelentíssimo sr. vereador Francisco Rzatkí neste ato representando o prefeito Dário Berger;

Excelentíssimo sr. ex-deputado federal Ivo Vanderlinde, presidente da Ceasa;

Excelentíssimo sr. coronel Antônio Rangeli de Souza, representando o comandante da Polícia Militar, e em seu nome quero saudar todas as autoridades militares aqui presentes;

Digníssimo sr. presidente da Epagri, engenheiro agrônomo Athos de Almeida Lopes;

Digníssimo sr. professor Enio Luiz Pedrotti, neste ato representando o magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Lúcio José Botelho;

Senhores homenageados: presidente da Empasc, atual Epagri, José Oscar Kurtz; José Luiz Petri, pesquisador; meu caro amigo engenheiro agrônomo Glauco Olinger, dois símbolos da atividade de pesquisa agropecuária do nosso estado.

O deputado Rogério Mendonça já descreveu a trajetória desta empresa, dela e de sua antecessora; já evidenciou a importância transcendental da pesquisa agropecuária; já salientou o saldo de excepcionais resultados que obteve a produção rural catarinense, como fruto dessa atividade de investigação científica e tecnológica.

Santa Catarina não é por acaso, embora com apenas 1% do território nacional, o 5º produtor de alimentos; não é por acaso o 1º produtor nacional de uma série de produtos provindos da área rural. Santa Catarina não é por acaso o 5º exportador do país, incluindo-se aí produtos elaborados com valor agregado, advindos da atividade da pesquisa agropecuária.

Não é preciso lembrar a evolução fantástica na genética do frango, na genética do suíno, que permitiu, no caso do frango, uma internação mais curta, do abate mais precoce a um produto mais valioso, em termos comerciais, e de melhor qualidade.

Não é preciso aqui lembrar que o suíno catarinense fez uma trajetória extraordinária da banha para a carne, através

de processos de manipulação genética, processos de engenharia genética que resultaram nessas melhorias.

Não é preciso assinalar que Epagri é nome respeitado em todo o país como referência da melhor e mais produtiva semente de arroz. Não é preciso relembrar a saga da produção de maçã, de pêra, de alho, de cebola.

E agora um novo desafio, que eu não tenho dúvida de que também será bem sucedido, na produção de oliva e na produção de ovelha de leite, para produzir queijos de alta qualidade.

Fui ao Chile ainda com alguma reserva quanto à possibilidade de podermos produzir um vinho capaz de competir com os melhores produtos chilenos e argentinos. Pois eu quero dizer, sem nenhum temor de cometer um equívoco, que voltei de lá com a convicção de que nossos vinhos produzidos na serra catarinense, seja em São Joaquim, seja em Tangará, seja na nova fronteira de Caçador e de Água Doce, haverão de se equiparar ou superar não só os chilenos e argentinos, mas também os australianos, os sul-africanos e os californianos, que hoje estão entre os vinhos mais premiados do mundo.

A região da serra catarinense, principalmente São Joaquim e Água Doce, tem um microclima que só se encontra igual em três outras regiões do mundo: na Califórnia, na Austrália e na África do Sul. Aqui temos a melhor tecnologia; temos um clima excepcional com uma média mínima de 6°C e uma máxima média de 16°C, com uma vantagem que não ocorre no Rio Grande do Sul, tradicional produtor de vinho: uma umidade relativa do ar de 75%.

Com essas condições e fruto da não muito acreditada experiência elaborada ano após ano pela Epagri, fruto daqueles experimentos feitos teimosamente ano a ano importando novas cepas, melhorando a qualidade, nós vamos produzir vinhos de qualidade internacional, seja o *chardonnay*, o *sauvignon blanc*, o *cabernet sauvignon* ou uma *assemblage* do *cabernet sauvignon* com o *malbec*, com o *pinot noir* ou com o *cabernet franc*, que, não tenho dúvida, serão vinhos de alta categoria internacional.

E por trás disso tudo estão vocês, pesquisadores da Epagri, a quem quero saudar, a quem quero sobressaltar, a quem quero relevar nesta minha fala.

Santa Catarina deve muito do avanço de sua produção rural a esta empresa, como o Brasil deve à Empraba pela conquista do serrado e o avanço para a megaprodução de grãos.

Parabéns à Epagri! Parabéns, sr. presidente e srs. deputados, por lembrarem desses catarinenses anônimos que construíram há décadas o desenvolvimento do nosso estado.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sabedores do compromisso que o governador tem agendado, queremos deixar sua excelência à vontade.

Neste momento, assistiremos ao vídeo institucional, que será apresentado pela Epagri.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Passaremos, neste instante, às homenagens.

Convido o jornalista Walter Souza, mestre-de-cerimônias, para proceder à nominata dos homenageados.

Passo a presidência dos trabalhos ao vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Walter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite. Neste momento daremos início à nominata dos homenageados de hoje.

Convidamos o sr. deputado Rogério Mendonça para proceder à entrega dos troféus aos homenageados.

Começaremos pela estação experimental de Caçador e, quando falamos de Caçador, lembramos, é claro, do deputado Reno Caramori, que também procederá à entrega dos troféus.

Eu chamo para ser homenageado pela estação experimental de Caçador, o sr. Alcides Putti.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Só quero lembrar que através da pesquisa agropecuária e da extensão rural a Epagri se projeta como um dos mais importantes recursos que a sociedade catarinense tem a sua disposição para alcançar os seus objetivos econômicos, sociais e ambientais.

Chamamos o sr. Clori Basso.

Os deputados Rogério Mendonça e Reno Caramori é quem prestarão a homenagem ao sr. Clori Basso, nesta sessão solene que visa homenagear a Epagri pelos 30 anos de pesquisas.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Eurico Bleichuvelh de Moura, também da estação de experimental de Caçador, no vale do rio do Peixe, para ser homenageado.

(Pausa)

Na seqüência chamo, então, o sr. Jandir Antônio Rigo, lembrando mais uma vez que, vinculada à secretaria de estado da Agricultura e Política Rural, a Epagri está presente em todos os 293 municípios do estado.

Aquelas pessoas que foram chamadas e que não estão presentes, depois receberão a sua homenagem.

Chamamos agora o sr. José Biase, também da estação experimental de Caçador.

Esclarecemos aos senhores e senhoras presentes aqui e àqueles que nos acompanham pela TVAL que os homenageados que não compareceram a esta sessão receberão depois em casa ou em seu local de trabalho as homenagens.

Chamamos o sr. Wilson de Oliveira Quadros, que recebe a homenagem dos srs. deputados Rogério Mendonça e Reno Caramori.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Antônio Domeval Alexandre, da estação experimental de Campos Novos, para receber a homenagem do sr. deputado Rogério Mendonça e do sr. Athos de Almeida Lopes.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Casemiro Pereira de Souza, da estação experimental de Campos Novos, para receber a homenagem do deputado Rogério Mendonça e do sr. Athos de Almeida Lopes.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. José Anselmo da Silva, da estação experimental de Campos Novos, para receber a homenagem das mãos do deputado Rogério Mendonça e do sr. Athos de Almeida Lopes.

(Procede-se à entrega do troféu.)

Convidamos o sr. José Cláudio Alves Coelho, da estação experimental de Campos Novos, para receber a homenagem do deputado Rogério Mendonça e do sr. Athos de Almeida Lopes.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)
Convidamos o sr. José Hennigen, também da estação experimental de Campos Novos, para receber a homenagem do deputado Rogério Mendonça e do sr. Athos de Almeida Lopes.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Em nome da estação experimental de Canoinhas, convidamos os srs. deputados Antônio Aguiar e Rogério Mendonça para fazerem a entrega do troféu.

Quero lembrar que além do apoio técnico, profissionalização e novas tecnologias, a Epagri leva qualidade de vida aos pequenos agricultores e aos pescadores artesanais de todo o estado de Santa Catarina.

Convidamos o sr. Gilson José Marcinichen Gallotti, da estação experimental de Canoinhas, para receber a homenagem dos deputados Antônio Aguiar e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos a sra. Jociane Aparecida Cubas, da estação experimental de Canoinhas, para receber a homenagem dos deputados Antônio Aguiar e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Herneus de Nadal, e o deputado Rogério Mendonça para fazerem a entrega do troféu.

Convidamos o sr. Mateus Ibagy Pacheco, do centro de pesquisa da Agricultura Familiar de Chapecó, em nome do sr. Armando Correa Pacheco, para receber a homenagem dos deputados Herneus de Nadal e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Graças aos investimentos em pesquisa, em informação atualizada e em respeito ao meio ambiente, a agricultura de Santa Catarina é destaque no mercado mundial.

Convidamos o sr. Celso Antônio Dal Piva, do centro de pesquisa da Agricultura Familiar de Chapecó, para receber a homenagem dos deputados Herneus de Nadal e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Elói Erhard Scherer, também do centro de pesquisa da Agricultura Familiar de Chapecó, para receber a homenagem dos deputados Rogério Mendonça e Herneus de Nadal.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Hilário Udo Morche, do centro de pesquisa da Agricultura Familiar de Chapecó, para receber a homenagem dos deputados Rogério Mendonça e Herneus de Nadal.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Nelson Cortina, ainda do centro de pesquisa da Agricultura Familiar de Chapecó, para receber a homenagem dos deputados Rogério Mendonça e Herneus de Nadal.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Agradecemos ao deputado Herneus de Nadal, que neste momento volta a presidir a sessão.

Convidamos o sr. Arnoldo Hugo Nascimento, da estação experimental de Itajaí, para receber a homenagem do deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Murito Ternes, da estação experimental de Itajaí, para receber a homenagem do deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos a sra. Rita Cássia Martins, da estação experimental de Itajaí, para receber a homenagem do deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Sylvio Ferraz de Araújo, da estação experimental de Itajaí, para receber a homenagem do deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Djalma Rogério Guimarães, da estação experimental de Ituporanga, para receber a homenagem do deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o deputado Rogério Mendonça para homenagear o sr. José Darcy Assink, da estação experimental de Ituporanga.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Marcos Antônio Thiesen, da estação experimental de Ituporanga, para receber a homenagem do deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Rogério Mendonça, da estação experimental de Ituporanga, para receber a homenagem do secretário Moacir Sopelsa.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Antônio Renê Sabatini de Oliveira, da estação experimental de Lages, para receber a homenagem do sr. Athos de Almeida Lopes e do sr. deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Cezar Mário Lautert Duarte, da estação experimental de Lages, para receber a homenagem do sr. Athos de Almeida Lopes e do sr. deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

O agricultor como um empresário no campo e o pescador como um empresário do mar, esta é a política da Epagri.

Convidamos o sr. Dieter Brandes, da estação experimental de Lages, para receber a homenagem do sr. Athos de Almeida Lopes e do sr. deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Edu Reis, da estação experimental de Lages, para receber a homenagem do sr. Athos de Almeida Lopes e do sr. deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Névio João Nuernberg, da estação experimental de Lages, para receber a homenagem do sr. Athos de Almeida Lopes e do sr. deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

O salto de qualidade na agropecuária catarinense nas últimas décadas não aconteceu por acaso. A Epagri esteve presente nos últimos 30 anos.

Convidamos a sra. Rosa Machado Muniz, da estação experimental de Lages, para receber a homenagem do sr. Athos de Almeida Lopes e do sr. deputado Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Adilson José Pereira, da estação experimental de São Joaquim, para receber a homenagem dos srs. deputados Dionei Walter da Silva e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Qualidade na água de Santa Catarina é com a Epagri.

Convidamos o sr. Luiz da Silva Rodrigues, da estação experimental de São Joaquim, para receber a homenagem dos srs. deputados Dionei Walter da Silva e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos a esposa do sr. Pedro de Alcântara Ribeiro, *in memoriam*, sr. Cândida Silva Ribeiro, para receber a homenagem da Assembleia Legislativa pelos 30 anos da Epagri.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

A presente sessão solene da Assembleia Legislativa homenageia os 30 anos de pesquisas agropecuárias do nosso estado.

Agradecemos ao deputado Dionei Walter da Silva a sua presença.

Convidamos o sr. Antônio Gregório de Jesus, da estação experimental de Urussanga, para receber a homenagem dos srs. deputados Manoel Mota e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

O salto de qualidade na agropecuária catarinense nas últimas décadas não aconteceu por acaso. É resultado da pesquisa e do trabalho de campo desenvolvido nos 293 municípios do nosso estado pela Epagri.

Convidamos o sr. Euclides Mondardo, da estação experimental de Urussanga, para receber a homenagem dos srs. deputados Manoel Mota e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. João Afonso Zanini Neto, da estação experimental de Urussanga, para receber a homenagem dos srs. deputados Manoel Mota e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Lembro, mais uma vez, que os estudos e a descoberta de novas variedades garantem fartura nas lavouras e na mesa do consumidor catarinense, graças ao trabalho desenvolvido pela Epagri.

Convidamos o sr. Nazareno Dalsasso Anguski, representado pelo sr. Moacir Possamai, da estação experimental de Urussanga, para receber a homenagem dos srs. deputados Manoel Mota e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos a sra. Irani Magno Cancellier, em nome do sr. Saul de Lorenzi Cancellier, *in memoriam*, da estação experimental de Urussanga, para receber a homenagem dos srs. deputados Manoel Mota e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Tadeu Amaral Ribeiro, da estação experimental de São Joaquim, para receber a homenagem dos srs. deputados Manoel Mota e Rogério Mendonça.

Eu queria pedir desculpas a você, Tadeu, por não tê-lo chamado anteriormente.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Alvorí Piccoli, da estação experimental de Videira, para receber a homenagem do sr. secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, e dos srs. deputados Jorginho Mello e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Anísio Pedro Camilo, da estação experimental de Videira, para receber a homenagem do sr. secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, e dos srs. deputados Jorginho Mello e Rogério Mendonça.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos os srs. José Luiz Petri, Laci Maciel Strapazzon, homenageados pelos três deputados, para receberem o troféu.

(Procede-se à entrega dos troféus.)

(Palmas)

Ainda com relação à estação experimental de Videira, convidamos o sr. Milton Losso para receber o troféu.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Esta é uma sessão solene em homenagem à Epagri pelos seus 30 anos de pesquisas agropecuárias no estado de Santa Catarina.

Cada vez mais consciente da importância do uso racional dos recursos naturais, hoje o produtor catarinense trabalha em sintonia com o que há de mais moderno no mundo.

Neste momento, convido o deputado Antônio Carlos Vieira para acompanhar o deputado Rogério Mendonça na entrega do troféu.

Em nome da Epagri, sede em Florianópolis, convidamos os seguintes homenageados para receberem o troféu:

Sra. Amélia Durieux Lopes.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Sr. Antônio Eugênio Terêncio, da sede de Florianópolis.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Queremos lembrar a todos que nos acompanham por rádio e televisão e às pessoas aqui presentes que os homenageados que não se encontram presentes à cerimônia receberão a homenagem na sua casa ou no seu local de trabalho.

Homenagearemos agora o sr. Carlos Pieta Filho.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

A participação de mulheres e jovens é vital para o fortalecimento da agricultura familiar. E de agricultura Santa Catarina entende, e mais ainda a Epagri.

Homenagearemos agora, *in memoriam*, o sr. Geraldo Caputo Copolla. Convido para receber a homenagem o seu filho, Ricardo Vilela Copolla.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convidamos o sr. José Bismarck da Costa Baracuh para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Estimulando a participação e trazendo novas perspectivas para as comunidades rurais, a Epagri tem a família como sua principal prioridade.

Convido agora o sr. José Nazareno da Silva para ser homenageado. Ele também é da Epagri, sede em Florianópolis.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido o sr. José Rivadavia Junqueira Teixeira, o último homenageado da sede, em Florianópolis.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Neste momento, convidamos as autoridades constituídas, quando da criação da Empasc, em 1975, para receberem o troféu de homenagem:

Sr. Antônio Carlos Konder Reis, ex-governador do estado de Santa Catarina, que sancionou a lei de criação da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina - Empasc -, em 1975, que irá receber o troféu das mãos do secretário Moacir Sopelsa, do deputado Antônio Carlos Vieira e do presidente da Epagri, Athos de Almeida Lopes.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

O aumento na produção de ostras, mexilhões, camarões e peixes de água doce é resultado da organização da comunidade.

Sr. José Irineu Cabral, ex-presidente da Embrapa, que receberá o troféu das mãos do deputado Antônio Carlos Vieira.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Sr. José Oscar Kurtz, primeiro presidente da Empasc, que receberá o troféu das mãos do dr. Glauco Olinger.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Sr. Victor Fontana, ex-secretário da Agricultura e ex-vice-governador do estado de Santa Catarina, que receberá o troféu das mãos do sr. secretário Moacir Sopelsa.

O sr. Victor Fontana foi o criador também, quando secretário, da Empasc, em 1975.

(Procede-se à entrega do troféu.)

(Palmas)

Convido o sr. Athos de Almeida Lopes, presidente da Epagri, para, em nome da empresa, receber das mãos do sr. deputado Rogério Mendonça e do vice-presidente, deputado Herneus de Nadal, o troféu em homenagem pelos 30 anos de pesquisa agropecuária Empasc/Epagri no estado de Santa Catarina, em nome deste Poder Legislativo.

(Palmas)

(Procede-se à entrega do troféu.)

Finalizando, gostaria de lembrar que, além do apoio técnico, profissionalização e novas tecnologias, a Epagri leva qualidade de vida aos pequenos agricultores e aos pescadores artesanais. Ao mesmo tempo em que geram trabalho e renda no campo, essas atividades têm um impacto socioeconômico muito positivo: agregam valor aos produtos, evitam o êxodo rural e semeiam novas perspectivas a milhares de pessoas que vivem e trabalham no campo e no mar de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Neste momento, o coral da Epagri prestará uma homenagem a todos os homenageados, interpretando o hino da Epagri.

(Procede-se à execução do hino.)

Convido o sr. José Luiz Petri, pesquisador da Epagri, para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados.

O SR. JOSÉ LUIZ PETRI - Excelentíssimo sr. Herneus de Nadal, vice-presidente desta casa;

Excelentíssimo sr. Moacir Sopelsa, secretário da Agricultura;

Excelentíssimo sr. Reno Caramori, deputado estadual;

Excelentíssimo sr. Rogério Mendonça, deputado estadual;

Excelentíssimo sr. Antônio Carlos Konder Reis, que poderíamos chamar de nosso padrinho da Epagri e da nossa pesquisa;

Excelentíssimo sr. Athos de Almeida Lopes, nosso presidente da Epagri.

Demais deputados, senhoras, senhores e colegas epagrianos, permitam também, antes de iniciar algumas palavras, fazer um agradecimento especial ao nosso colega, se assim o podemos chamar, Peninha, pela indicação desta homenagem à Epagri e a alguns de seus funcionários.

Peninha, realmente você tem sido um dos defensores da Epagri nesta Casa. Esperamos que nas próximas lutas continue defendendo a pesquisa agropecuária. O nosso muito obrigado! Inclusive, muitas de nossas palavras o Peninha já adiantou, assim como também o nosso governador do estado.

(Passa a ler)

“Mas eu acredito que realmente a agricultura de Santa Catarina teve um marco em sua história, que foi a estruturação da pesquisa agropecuária, com o início das atividades da Empasc, em 1975, hoje Epagri.

A partir daquela data, o estado passou a coordenar suas pesquisas, dando uma nova dinâmica visando dar respostas mais rápidas e atendendo aos anseios dos produtores catarinenses. Não temos dúvida de que foi uma decisão política das mais acertadas, com a participação desta Casa, que deu a sua contribuição ao aprovar a criação da Empasc.

Hoje, Santa Catarina tem uma das melhores redes de pesquisa agropecuária do Brasil, com nove estações experimentais e cinco centros de pesquisa distribuídos no estado. Graças ao desenvolvimento de tecnologias adaptadas às nossas condições de clima e solo, a Epagri mostrou o seu crescimento realmente e mostrou à sociedade para que veio.

Trinta anos é muito pouco tempo para avaliar resultados de pesquisa, mas grandes modificações no cenário agrícola já podem ser sentidas como consequência direta da ação da pesquisa. A competitividade do setor agrícola catarinense e brasileiro, responsável pela manutenção positiva da balança comercial brasileira dos últimos anos, é resultado de pesquisas realizadas não agora, mas nos últimos 10, 20 anos. Pesquisas que hoje estão sendo desenvolvidas mostrarão seus resultados daqui a dez ou mais anos.

Nosso governador salientou o exemplo da oliveira. Quem sabe ao comemorarmos 50 anos de pesquisa em Santa Catarina posamos dar como exemplo também a transformação com a oliveira, como o caso da maçã, que iniciamos na década de 70, quando o país era totalmente importador, e hoje é exportador.

Iniciamos com uma produtividade de 14, 15 toneladas por hectare e hoje produzimos 40 toneladas por hectare, com tecnologia para 60 toneladas ou mais. Não temos dúvida de que se não houvesse sido investido em pesquisa nessa cultura, não teríamos atingido o nível em que hoje estamos. Exemplo como esse podemos citar o caso do arroz, do alho, da banana e da pecuária, entre outros.

O nosso colega José Oscar Kurtz também salientou que os investimentos feitos em pesquisa realmente deram um retorno de 49,7%, somente levando em consideração os benefícios diretos aos produtores, como o aumento de produtividade, redução de custos e melhoria da qualidade, portanto, sem considerar os benefícios indiretos como redução nas importações, aumento das exportações, aumento da taxa de emprego e os aspectos ambientais. Isso prova que os investimentos em pesquisa agropecuária em Santa Catarina deram e darão um bom retorno a toda a sociedade, não podendo ser considerados somente como despesa. Com isso ganham o produtor, o consumidor e o próprio estado.

Apesar de sua contribuição à sociedade, passamos por várias dificuldades, pois o fluxo de recursos várias vezes foi interrompido, apesar de termos orçamento. Nem por isso houve desânimo e dedicação, pois os que prestam serviços na área da pesquisa superam esses problemas.

Neste momento em que falamos em nome dos homenageados, queremos ressaltar que se a pesquisa agropecuária de Santa Catarina é conhecida em nível nacional e deu a resposta que a sociedade pediu, muito se deve a seu quadro de funcionários de mais alta qualidade, desde os pesquisadores até o mais simples trabalhador braçal. A primeira idéia, parecnos que pesquisa se faz com pesquisadores, mas não podemos dispensar a efetiva colaboração dos demais funcionários da Epagri. É a seus recursos humanos que se deve parte do sucesso alcançado nesses 30 anos de pesquisa.

Hoje, alguns são distinguidos por serem pioneiros ou terem dedicado muitos anos de trabalho, porém esta homenagem, que é recebida com muito orgulho ou com o mesmo orgulho que estamos contribuindo com a pesquisa no estado de Santa Catarina, pode ser repartida também com todos os seus funcionários e com todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, prestaram algum serviço, nesses 30 anos, à pesquisa agropecuária de Santa Catarina.

Para encerrar, gostaríamos de solicitar ainda que esta Casa continuasse a dar apoio à Epagri, em especial à pesquisa agropecuária de Santa Catarina, pois seus funcionários, hoje homenageados, saberão dar a resposta que o produtor necessita.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Convido o sr. José Oscar Kurtz, primeiro presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária, para fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ OSCAR KURTZ - Excelentíssimo sr. deputado Herneus de Nadal, vice-presidente da Assembléia Legislativa;

Excelentíssimo sr. Moacir Sopelsa, secretário da Agricultura;

Excelentíssimo ex-governador Antônio Carlos Konder Reis;

Excelentíssimo sr. deputado Reno Caramori;

Excelentíssimo sr. deputado Rogério Mendonça.

O meu improviso está completamente esvaziado, porque tudo o que eu poderia falar sobre a Empasc provavelmente já foi dito aqui.

Penso que resta dizer apenas uma palavra de congratulação e agradecimento à Assembléia Legislativa por esta sessão solene de iniciativa dos deputados Gelson Sorgato e Rogério Mendonça, o nosso estimado Peninha, que trabalhou, antes de se dedicar inteiramente à vida política, como pesquisador em nossa estação experimental de Ituporanga.

Dizia o mago Merlin que o maior mal da humanidade é o esquecimento. Mas senti-nos nesta noite muito reconfortados porque não fomos esquecidos. A Assembléia Legislativa, por iniciativa do deputado Peninha e do deputado Gelson Sorgato, lembrou-se de nós, da Epagri. E lembrando no dia de hoje, incentiva-nos para o dia de amanhã! Mas lembrou também do nosso passado. E isso, para nós, é muito importante.

Nós, os homenageados, sobretudo os mais antigos como eu, que iniciei minha vida profissional na pesquisa agropecuária no dia 2 de março de 1962, costumamos dizer para os amigos mais novos que naquele tempo os bichos ainda falavam.

O meu trabalho de pesquisa agropecuária foi iniciado em Caçador, em 2 de março de 1962. Um mês depois, o meu colega José Bismarck Baracuhy, um dos homenageados aqui presente, passou a trabalhar também na estação experimental de Caçador. Naquela ocasião havia três estações experimentais em Santa Catarina: Caçador, Urussanga e Videira. Urussanga e Videira dedicadas ao vinho e Caçador dedicada mais especificamente à cultura do trigo. Havia um chefe em Urussanga, um chefe em Videira, um chefe em Caçador, o Baracuhy e eu como técnicos. Era muito chefe para pouco peão, como se diz.

Confesso que sonhava com o desenvolvimento da pesquisa agropecuária, mas nunca imaginei que pudesse tomar a dimensão que tomou. Eu me sinto muito orgulhoso de ter ajudado a colocar um tijolo neste edifício maravilhoso que é, hoje, a Epagri.

Resta-me simplesmente dizer que imaginava que um dia o nosso trabalho seria reconhecido, mas não nessa dimensão, quando a Assembléia Legislativa, a legítima representante do povo catarinense, nos honra com esta sessão, e por isso nós somos muito gratos.

Muito obrigado, srs. deputados, pelo muito que fizeram por nós.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Convido o sr. Antônio Carlos Konder Reis, ex-governador do nosso estado e homenageado desta noite, para fazer uso da palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Excelentíssimo sr. presidente;

Excelentíssimo sr. secretário de estado da Agricultura;

Excelentíssimos srs. deputados que compõem a mesa, demais deputados aqui presentes, digníssimas autoridades, srs. técnicos da Epagri, minhas senhoras e meus senhores.

Um turbilhão de idéias está a perturbar o meu raciocínio, tantas são as recordações, as lembranças, tão grande é o número de sentimentos, de gratidão, de reconhecimento e, por que não dizer, de orgulho que estão a tornar muito difícil estas palavras a que sou chamado a proferir, quando a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em ato de justiça, realiza sessão solene, proposta pelos deputados Peninha e Gelson Sorgato, em que presta homenagem à Epagri, àqueles que aceitaram o desafio de dar prosseguimento, mais do que prosseguimento, dar aperfeiçoamento ao labor diário dos nossos conterrâneos e das nossas conterrâneas que tiram da terra o alimento indispensável às nossas vidas.

Por isso, sr. presidente, eu desejo, em primeiro lugar, consignar nestas desordenadas palavras que estou a pronunciar, em razão do turbilhão de idéias que me confundem, homenagear o nosso homem do campo, a nossa mulher agricultora, aqueles que a cada dia, e não raro a cada noite, tiram da terra o necessário, o indispensável a que possamos viver, sobreviver, crescer e melhorar a nossa qualidade de vida.

Na minha maneira simplória de ver a pesquisa agropecuária, ela começa com o trabalho do agricultor, da agricultora, especialmente do pequeno agricultor, da pequena agricultora, daqueles que, pelos vales, pelas serras, pelas terras catarinenses e brasileiras, pelas terras do mundo todo, acariciam a terra e fazem-na capaz de progredir, de se desenvolver.

Nesta homenagem aos agricultores e às agricultoras, especialmente os pequenos agricultores e pequenas agricultoras aqui de Santa Catarina, que é exemplo de boa distribuição da terra em todo o Brasil e no continente, para orientá-los, estimulá-los e fazê-los capazes de produzir sempre mais e melhor estão em primeiro lugar os pesquisadores. Vós, senhores e senhoras, que acabam de receber a homenagem muito justa da Assembléia Legislativa, o que vale dizer do povo catarinense, através dos seus legítimos representantes, foram, são e serão os faróis a indicar os melhores caminhos, a ensinar as melhores formas, a dizer qual o melhor aproveitamento dos que se debruçam sobre a terra para dela recolher o indispensável para que possamos prosseguir num engrandecimento de Santa Catarina e do Brasil.

A homenagem que foi a mim estendida é, sem dúvida nenhuma, conseqüência do ato que conscientemente realizei criando a Empresa de Pesquisa de Santa Catarina. Não foi um ato singular, não, único, primeiro, não. Antes muitos já cuidavam da pesquisa, seja através da decisão do governador Hercílio Luz, criando a primeira estação experimental de nossa terra na grande Blumenau, na localidade de Rio dos Cedros, seja também aqueles que antes se preocuparam com a técnica de investimento, com a prática do trabalho agrícola.

Eu tive o privilégio de viver muito esse problema, quando convidado pelo ministro da Agricultura, pelo grande ministro da Agricultura do nosso país, João Cleofas de Oliveira, exerci, de 1951 a 1954, as altas funções de chefe-de-gabinete, quando a capital federal era ainda no Rio de Janeiro.

João Cleofas de Oliveira não me abriu os olhos apenas para a importância da agricultura e do seu pressuposto essencial, que é a pesquisa, base do conhecimento, não; ele me abriu os olhos para a realidade do nosso estado e do nosso país. Fez mais, muito mais, ele me ensinou a trabalhar.

Se ao longo da minha longa peregrinação aqui na terra eu produzi, eu realizei algo que merece o reconhecimento das minhas irmãs e dos meus irmãos, eu devo a João Cleofas de Oliveira.

Ao encerrar a missão na chefia-de-gabinete do ministério da Agricultura, eu vim pedir votos ao povo catarinense para cumprir a minha vocação e continuar trabalhando pelo povo. E assim cheguei à Câmara dos Deputados ainda bem moço. Antes de alcançar os 30 anos de idade, eu já cumpria a missão nesta Casa como deputado estadual constituinte, depois no ministério da Agricultura, depois no velho palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, como deputado federal. Em seguida, a generosidade do povo catarinense me levou ao Senado da República. Fui então o mais jovem senador daquela legislatura. E em todas as funções que exerci, especialmente no governo do estado, eu busquei seguir as lições de João Cleofas de Oliveira.

Em 1975, num pleito eleitoral, ainda que indireto, muito difícil e de incompreensões, eu subi as escadas do palácio Cruz e Sousa para exercer as funções de governador. Escolhido candidato, eu redigi as diretrizes de governo em meados de 1974 e ali, naquelas diretrizes, abri um lugar para a agricultura e muito especialmente para a pesquisa experimental agrícola.

Já no governo, em abril de 1975, encaminhei à consideração desta Casa a lei de reforma administrativa e do estabelecimento das diretrizes do governo e lá abri um lugar bem amplo, bem largo e bem alto para a pesquisa.

A Assembléia aprovou a Lei nº 5.088, de 1975, e em outubro daquele ano eu pude instalar a Empasc. Mas nesse turbilhão de sentimentos que agora me povoam, existe também um pouco de tristeza e de remorso.

Quero deixar consignada aqui a razão dessa tristeza e desse remorso. Quando instalei a Empasc, fui buscar em Caçador o técnico que comandaria as ações da nova empresa. Ele já exercia funções importantes na estação experimental naquela cidade e havia uma relação de profunda amizade com sua família, através de seu saudoso e exemplar progenitor, o sr. Zeca Kurtz, prefeito mais de uma vez do município de Caçador, consagrado pelo voto do povo caçadoreense. Foi assim que, lá de Caçador, veio para a capital aquele usou da palavra antes de mim, o dr. Kurtz.

Mas as senhoras e senhores vão-me perguntar: Qual é a dor? Qual é o remorso que devo aqui manifestar?

É que anos depois, já em 1991, quando estava exercendo as funções de vice-governador, eleito que fora na eleição anterior, um problema de natureza política pessoal levou-me ao governador Vilson Kleinübing para pedir-lhe uma decisão sobre o meu querido amigo Kurtz, decisão de caráter administrativo. Ele não concordou. E com muita coragem, desprendimento e valentia, ele deixou o cargo de presidente da Empasc.

O governador Kleinübing estava de viagem para a Europa e antes de partir comunicou-me que a providência que eu solicitara seria atendida, apesar da renúncia do dr. Kurtz.

Guardei este fato. E hoje, quando venho agradecer a homenagem que recebi da Epagri, quero com muita tristeza lembrar e pedir perdão ao dr. Kurtz.

(Palmas)

A Empasc perdera, em razão de um capricho meu, em razão de um equívoco e, por que não dizer a palavra certa, de um erro, o primeiro e grande presidente. Perdoe-me, dr. Kurtz. Aquele gesto me valeu como uma lição e depois, toda vez em que tive que tomar uma atitude voltada a um problema de ordem política pessoal, lembro daquele erro para nunca mais o cometer. Assim quero que Deus permita até que termine a minha peregrinação aqui pela terra.

Eu não posso dizer se esse fato, esse episódio, influiu no ânimo do governador Vilson Kleinübing, meu amigo e companheiro, em sua decisão de extinguir a Empasc, extinguir a Acaresc e reuni-las na Epagri.

Eu mentiria se estabelecesse essa relação de causa e efeito. Mas estou, passada a dor e o remorso, orgulhoso e muito feliz por poder participar desta cerimônia que homenageia aqueles que na Epagri, sucessora da Empasc, continuam buscando os segredos capazes de fazer com que o trabalho na terra traga mais benefícios, mais alegria, melhores resultados de caráter econômico e social para os catarinenses, para os brasileiros.

A Empasc foi um primeiro passo. A Epagri ampliou essa marcha para o futuro e hoje, quando agradeço a homenagem que me foi conferida, quero dizer aos técnicos e técnicas da Epagri: prossigam o trabalho, porque o vosso trabalho é um exercício do amor, um exercício de humildade, de esforço, de dedicação, mas, acima de tudo, um esforço no exercício diuturno de amor à nossa terra e à nossa gente.

Sr. presidente, devo concluir estas minhas considerações. Estou emocionado e feliz e se der vazão a todo esse turbilhão de sentimentos que me povoam a mente, certamente tomarei o seu precioso tempo confessando a grande saudade que tenho desta Casa.

Foi como deputado estadual constituinte que iniciei a minha caminhada política, num velho e belo prédio vizinho ao Tribunal de Justiça, na praça do teatro Álvaro de Carvalho. Foi lá que aprendi, dentro de minhas limitações, a amar os catarinenses e as catarinenses e admirar, cada vez mais, o trabalho técnico da Epagri.

Que as minhas palavras de encerramento deste discurso meio desconexo em razão da emoção que me invade sejam de agradecimento à Mesa Diretora da Casa e aos srs. deputados aqui presentes.

Ao povo de Florianópolis, que está aqui representado, ao coral da Assembléia Legislativa, a todos aqui presentes, o meu emocionado agradecimento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Convido o sr. Athos de Almeida Lopes, presidente da Epagri, para fazer uso da palavra, em nome da empresa. Solicito, também, ao presidente da Epagri que, após o seu pronunciamento, ocupe uma cadeira conosco na mesa de honra.

Com a palavra o sr. presidente da Epagri, Athos de Almeida Lopes.

O SR. ATHOS DE ALMEIDA LOPES - Excelentíssimo sr. vice-presidente desta Casa, deputado Herneus de Nadal;

Excelentíssimo sr. deputado Moacir Sopelsa, secretário de estado da Agricultura;

Excelentíssimo sr. deputado Reno Caramori;

Excelentíssimo sr. ex-governador Antônio Carlos Konder Reis;

Excelentíssimo sr. deputado Rogério Mendonça.

Eu, evidentemente, não irei alongar-me nas minhas palavras, só quero agradecer e recomendar a esta Casa essa empresa. Nós somos passageiros, como foi o nosso companheiro Kurtz.

Mas, srs. deputados aqui presentes, nós queremos recomendar a v.exas. essa empresa que hoje, só na pesquisa, já está completando 30 anos e em março do ano que vem vai completar 50 anos de extensão rural.

Então, só me resta dizer muito obrigado a v.exas. pela homenagem. Que venhamos a nos encontrar sempre nos municípios, nas estações, lá no interior; que sejamos fiéis escudeiros do Parlamento para resolver os problemas dos agricultores, acompanhando e ajudando-nos através das audiências realizadas no interior, para que de fato possamos atingir o objetivo do bem-estar social, a tranquilidade e a estabilidade daquele para quem trabalhamos, que é o nosso agricultor e a nossa agricultora.

Muito obrigado a v.exas., do fundo do coração, em nome de nossa empresa, por esta homenagem que estão-nos prestando hoje!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Convido o sr. deputado Moacir Sopelsa, secretário da Agricultura, para fazer uso da palavra neste momento.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Excelentíssimo sr. vice-presidente desta Casa, deputado Herneus de Nadal, que preside esta sessão solene;

Excelentíssimo sr. ex-governador e homenageado nesta noite, dr. Antônio Carlos Konder Reis;

Excelentíssimo sr. deputado Rogério Mendonça;

Também gostaria de saudar, nesta noite, embora ausente, o deputado Gelson Sorgato, mentor desta homenagem aos pesquisadores;

Excelentíssimo sr. deputado Reno Caramori, presidente da comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa;

Meu caro amigo, dr. Athos de Almeida Lopes, presidente da nossa empresa, a Epagri;

Srs. deputados e sra. deputada.

Quero pedir licença a todos os homenageados desta noite, dr. Antônio Carlos Konder Reis, para saudá-los em nome de duas pessoas, pois desde a minha infância acompanhei o trabalho delas no desenvolvimento da agricultura e da agropecuária do estado de Santa Catarina.

Queria cumprimentar o dr. Sílvio Ferraz de Araújo, que foi um dos primeiros engenheiros agrônomos em Concórdia, terra onde nasci.

Parabéns, dr. Sílvio!

(Palmas)

Queria também cumprimentar o dr. Victor Fontana, que trouxe, ainda me lembro, através da empresa Sadia, os primeiros animais da raça Duroc, dando, assim, início ao desenvolvimento da suinocultura catarinense e brasileira.

Parabéns, dr. Victor!

(Palmas)

Quero confessar que trouxe uma leitura, mas não vou usá-la. Primeiro, porque muitas das coisas que foram ditas aqui estavam também contidas neste meu texto. Depois das palavras do nosso governador, do nosso deputado Rogério Mendonça, dos homenageados, do nosso presidente da Epagri e, especialmente, depois das palavras do nosso homenageado, ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, pouco me resta a dizer. Mas é preciso ser dito aqui, dr. Glauco Olinger - e eu não me canso de dizer isso -, que não é por acaso que Santa Catarina é o quinto produtor de alimentos do país. É devido ao trabalho dos pesquisadores, juntamente com o trabalho dos nossos agricultores.

Mas nós tivemos no campo aqueles que aceitaram a pesquisa e fizeram com a Epagri, dentro de tudo aquilo que foi dito aqui e dos mais de novecentos trabalhos de pesquisa, tivesse o que tem hoje. Ou seja, ela conseguiu fazer de Santa Catarina um estado que serve de exemplo para o nosso país.

Quando o sr. governador - muitos de vocês já devem ter escutado isso - me convidou para ser o secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina, confesso que no primeiro momento tive dúvidas. Não por não conhecer a agricultura, pois recebi de berço o conhecimento da agricultura, mas por saber a importância que a agricultura tem em nosso estado. Ao mesmo tempo, tive a certeza de que as minhas deficiências seriam supridas pelo trabalho das empresas vinculadas à secretaria da Agricultura, especialmente a Epagri.

Parabéns a todos vocês, parabéns aos homenageados, parabéns também àqueles que ajudam, embora modesta e humildemente, o trabalho dos nossos pesquisadores. Esta empresa é, sem dúvida alguma, um orgulho não só para o nosso estado, como também para o nosso país.

A pedido do presidente da Epagri, nós também deixamos aqui lançado o livro dos 30 anos de pesquisa agropecuária institucional da Epagri. Está lançado aqui, então, dr. Athos, o livro que descreve os 30 anos desse belo trabalho.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Excelentíssimo sr. Antônio Carlos Konder Reis, ex-governador de nosso estado, homem público de exemplar serviços prestados a Santa Catarina e ao Brasil;

Caro e estimado colega deputado Rogério Mendonça, que, juntamente com o deputado Gelson Sorgato, tomou a iniciativa para a realização deste evento extremamente oportuno;

Sr. secretário da Agricultura, deputado Moacir Sopelsa, homem dinâmico frente à pasta que ocupa;

Sr. Athos de Almeida Lopes, de invejável *performance* à frente da Epagri;

Sr. deputado Reno Caramori, presidente da comissão de Agricultura e Política Rural deste Parlamento;

Sr. Deputado Antônio Aguiar, senhores e senhoras; homenageados; familiares; integrantes da Epagri e autoridades aqui presentes.

(Passa a ler)

"Honrado pelo convite e pela deferência em dar continuidade aos trabalhos desta sessão solene, quero, de pronto, fazer um agradecimento aos colaboradores da Epagri e aos seus dedicados pesquisadores pela importante e decisiva contribuição que o seu trabalho oferece ao setor primário, o que muito tem impulsionado o desenvolvimento do estado catarinense.

A mensagem de criação do Fórum de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina, realizado no dia 4 de outubro, em Lages, sintetiza a importância para o setor agropecuário de nosso estado que representa 21% do nosso Produto Interno Bruto, empregando cerca de 40% de toda a mão-de-obra em nosso estado.

Outro dado significativo que ilustra a importância do setor para a economia não somente do estado como também do país são as exportações que representam 60% do volume do nosso comércio externo.

Não tenho a menor dúvida de que não bastaria exclusivamente apenas a força e a vontade de trabalho da nossa gente para Santa Catarina ser o maior produtor de maçã, de cebola, de suínos e de aves, mas, fundamentalmente, o que garante esse desenvolvimento é a logística oferecida aos produtores pelos profissionais gabaritados da Epagri, especialmente os seus pesquisadores.

A reconhecida qualificação profissional de seus pioneiros e dos quadros da Epagri, o grandioso serviço das estações experimentais e o exitoso trabalho dos seus pesquisadores são fatores imprescindíveis para a conquista da alta produtividade da nossa agropecuária, não só desses produtos, com os quais desfrutamos a primeira posição no país, como também com o fumo, com o arroz, com o alho, com a banana, com a batata, com o milho, com o leite e com a pesca, em que a produção catarinense está entre as primeiras posições no *ranking* da produção nacional, levando em conta que temos apenas 1,1% do território nacional.

Permito-me, ainda, destacar que da pujança e da diversidade do modelo industrial catarinense sobressaem os resultados do setor agrícola, que tem sido superavitário a cada ano que passa, porém, requer e necessita de mais pesquisa, mais investimento e garantias de sustentabilidade.

Necessária e elogiável a iniciativa de todos os que constituíram e idealizaram o Fórum Catarinense das Instituições de Pesquisa Agropecuária e o Seminário Estadual de Pesquisa, pois é através do debate e do planejamento que vamos propiciar o melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento científico e tecnológico da agropecuária do estado.

As recomendações contidas na mensagem e a pauta de reivindicações apontadas pelo setor, tais como a necessidade de um projeto estruturante para o sistema estadual de ciência e tecnologia, o apoio a um programa estadual de infraestrutura, o apoio a um programa de bolsas de estudos e a criação de curso de doutorado em agronomia merecem todo o nosso apoio.

Senhoras e senhores, todas as reivindicações e temas sugeridos na pauta desses trabalhos, no meu entendimento são

da maior relevância, justos e legítimos. Quero deixar claro e público o apoio e a disposição em todos os encaminhamentos e providências que se façam necessários para que a pesquisa agropecuária desenvolvida pelos quadros de excelência da Epagri continue sendo motivo de orgulho e sucesso na trajetória de desenvolvimento de nosso estado.

Para concluir, externo o pensamento do grande educador brasileiro, professor Inéido Giuseppe Nérici, que em sua obra Educação e Pesquisa, afirma-nos:

'Os países que não desenvolvem a pesquisa, dificilmente terão soluções apropriadas as suas reais necessidades e dificilmente poderão libertar-se dos pesados encargos econômicos de pagar ciência alheia'.

Este evento marca de forma indelével os 30 anos de pesquisa catarinense, dos trabalhos de todos os seus técnicos, de todos os seus colaboradores. Estão todos, pois, de parabéns.

Muito obrigado e felicidade!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o hino de Santa Catarina, interpretado por Giovane Pacheco.

(Procede-se à execução do hino.)

A presidência agradece às autoridades com assento à mesa pela presença, bem como a todos os que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para, a seguir, comparecerem a uma exposição comemorativa aos 30 anos da pesquisa institucional em Santa Catarina e a um coquetel no *hall* deste Poder.

Esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DP

ATO DA PRESIDÊNCIA N. 031-DP, de 2005

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONSTITUI Fórum Parlamentar Permanente, integrado pelos Senhores Deputados José Carlos Vieira, Celestino Secco, Vânio dos Santos, João Henrique Blasi, Jorginho Mello, Narcizo Parisotto, Altair Guidi, Afrânio Boppré, Odete de Jesus, Sérgio Godinho e Nilson Nelson Machado, para tratar de matéria referente ao Desenvolvimento da Cultura Açoriana no Estado de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de outubro de 2005

Deputado Julio Garcia - Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DP

ATO DA MESA N. 027-DP, de 2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença à Senhora Deputada Simone Schramm para ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 08 e 11 de novembro do

corrente ano, a fim de representar a Frente Parlamentar Catarinense pela Criança e Adolescente no encontro com representantes do Congresso Nacional Argentino.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de outubro de 2005

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 1210, de 27/10/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RÉSOLVE: de acordo com o art. 3º da Resolução nº 03/2003,

Considerar sustadas as férias relativas ao ano de 2004, remarcada para o mês de dezembro de 2005, conforme Ato da Mesa nº 1228, de 20/12/2004 e, da mesma forma as férias relativas ao ano de 2005, transferida para o mês de novembro de 2005, consoante a Portaria nº 211, de 28/06/2005, do servidor **LEOGILDO AGENOR LINO**, matrícula nº 0428, cuja fruição dar-se-á, de ofício, a contar do 1º dia após o término das obras do Projeto de Ampliação e Reforma do Prédio da Assembléia Legislativa.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1211, de 27/10/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º da Resolução nº 03/2003,*

Considerar suspensa as férias relativa ao ano de 2005, remarcada para o mês de dezembro de 2005, de acordo com a Portaria nº 211, de 28/06/2005, do servidor **HENRIQUE RAMOS FILHO**, matrícula nº 0550, cuja fruição dar-se-á, de ofício, a contar do 1º dia após o término das obras do Projeto de Ampliação e Reforma do Prédio da Assembléia Legislativa.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1212, de 27/10/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1.203/2005, em consonância com o disposto no art. 17, § 1º da Resolução DP nº 40/92, com a nova redação dada pela Resolução DP nº 62/95.

RESOLVE:

Art. 1º Reposicionar o servidor **JAIR JOSÉ FARIA**, matrícula nº 1688, integrante do Grupo de Atividades de Nível Médio, categoria funcional de Assistente Legislativo, PL/ATM, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do Nível PL/ATM-9-H para o Nível PL/ATM-9-J.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1213, de 27/10/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1226/05,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **CLÓVIS NELSON PIRES DA SILVA**, matrícula nº 2003, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-12-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 13/07/00 a 12/07/05.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1214, de 27/10/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1235/05,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **MAURILIO GOEDERT**, matrícula nº 1442, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 07/05/99 a 06/05/04.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1215, de 27/10/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1256/05,

RESOLVE: nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,

CONCEDER a **RITA AMALIA MACEDO GIOMBELLI**, matrícula nº 1927, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 03/07/98 a 02/07/03.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO**RESOLUÇÃO N. 0008/2005**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, do Programa Conhecendo o Parlamento Catarinense.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Programa Conhecendo o Parlamento Catarinense, que visa divulgar, e tornar acessível à população as atribuições e as atividades desenvolvidas pelo Parlamento Estadual.

Art. 2º O Programa Conhecendo o Parlamento Catarinense, será coordenado e executado pela Escola do Legislativo, abrangendo os seguintes projetos:

I - A Universidade e o Legislativo;

II - A Comunidade e o Parlamento; e

III - A Escola no Parlamento.

Art. 3º O Projeto A Universidade e o Legislativo visa aproximar a comunidade acadêmica das instituições de ensino superior de Santa Catarina com o Parlamento Estadual, através da Escola do Legislativo nos seguintes termos:

I - promovendo palestras, audiências e debates acerca de assuntos relevantes entre as instituições de ensino superior e a Assembléia Legislativa;

II - organizando a realização de cursos temáticos relacionados com o Parlamento Estadual;

III - tornando efetiva, a parceria com a Coordenação dos Cursos de Direito das Universidades do Estado, com a inclusão em seus currículos, de estágios supervisionados junto à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Parágrafo único. Cabe a Escola do Legislativo, estabelecer as diretrizes gerais, em cada início de semestre letivo acerca do disposto no *caput* e nos incisos deste artigo.

Art. 4º O Projeto A Comunidade e o Parlamento tem como objetivo a integração dos movimentos sociais, entidades comunitárias e as organizações não-governamentais de Santa Catarina, com o Parlamento Estadual, nos seguintes termos:

I - promovendo atividades coordenadas pela Escola do Legislativo, junto às comunidades catarinenses, ressaltando a importância do comprometimento com os valores democráticos; e

II - organizar, com a supervisão e direção da Escola do Legislativo, eventos, debates e cursos acerca das propostas e projetos relacionados com a construção da cidadania e projetos que tramitam no Poder Legislativo.

Art. 5º O Projeto A Escola no Parlamento tem como objetivo, oferecer aos estudantes do Ensino Fundamental, de 1ª a 8ª séries, da rede pública e da rede privada de ensino, a possibilidade de conhecer aspectos gerais do Poder Legislativo.

§ 1º Cabe a Escola do Legislativo coordenar as parcerias estabelecidas entre a Assembléia Legislativa e as instituições relacionadas no *caput* do artigo anterior, nos seguintes termos:

I - promover cursos e debates nas instituições de ensino sobre as ações desenvolvidas pelo Poder Legislativo;

II - organizar junto as instituições de ensino, concursos temáticos e culturais sobre a importância do Poder Legislativo no contexto democrático do país; e

III - elaborar material informativo sobre as atividades da Assembléia Legislativa e disponibilizar aos estudantes na forma impressa ou eletrônica.

§ 2º As escolas estarão aptas a participar das atividades desenvolvidas pelo Programa Parlamento Jovem, instituído neste Poder e cuja coordenação e organização é de responsabilidade da Escola do Legislativo.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de outubro de 2005

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputado José Paulo Serafim - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO 099/2005

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2005
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO SUL DE SANTA CATARINA
 OBJETO: Inscrição de 02 (dois) servidores do Poder Legislativo no "Curso de Pós-Graduação a nível de Especialização de Engenharia em Segurança do Trabalho".
 VALOR GLOBAL: R\$ 13.056,00 (treze mil e cinquenta e seis reais), correspondentes à 02 (duas) inscrições de R\$ 6.528,00 (seis mil, quinhentos e vinte e oito reais)
 PRAZO: Art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93.
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, XIII, da Lei 8.666/93.
 Florianópolis, 20 de setembro de 2005.
 Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
 *** X X X ***

PORTARIAS

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 586, de 27/10/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **ZANY ESTAELE LEITE**, matrícula nº 0784, ocupante do cargo de Contador, código PL/ATS-12-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 07/10/2005.

PORTARIA Nº 587, de 27/10/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **JOSÉ LÚCIO BUCHELE**, matrícula nº 0295, ocupante do cargo de Administrador, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 21/10/2005.

PORTARIA Nº 588, de 27/10/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **FERNANDO DE SOUZA**, matrícula nº 1236, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 29/10/2005.
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 589, de 27/10/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **LAURA BRASCA**, matrícula nº 1141, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 17/10/2005.

PORTARIA Nº 590, de 27/10/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **VERA LUCIA CARDOSO**, matrícula nº 1600, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 19/10/2005.
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 435/05

Declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa Esportiva Assistencial Ituporanga - AREAI, de Ituporanga.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Recreativa Esportiva Assistencial Ituporanga - AREAI, com sede no município de Ituporanga.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Sala das Sessões,

Rogério Mendonça
 Deputado

Lido no Expediente
 Sessão de 27/10/05

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Recreativa Esportiva Assistencial Ituporanga - AREAI, de Ituporanga.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão do "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 10.436/97.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e que visa promover a solidariedade, a beneficência e a assistência social, entre seus sócios e dependentes, bem como tem por finalidades conveniar-se com o escopo de atingir as suas metas.

Através de seus objetivos destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Cumprido realçar que, mediante o relatório de atividades em anexo várias são as ações meritórias que justificam a presente proposição.

Assim, por entendermos que a oportunização da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 436/05

Dispõe sobre a isenção tarifária nos meios de transporte coletivo intermunicipal às pessoas de baixa renda, portadoras de insuficiência renal, câncer, vírus HIV e de anemias congênicas e coagulopatias congênicas, como específica, e dá outras providências.

Art. 1º Fica assegurado o direito à isenção tarifária nos meios de transporte coletivo às pessoas de baixa renda portadoras de insuficiência renal, câncer, vírus HIV e de anemias congênicas e coagulopatias congênicas, que necessitem de tratamento continuado e cuja interrupção possa acarretar agravamento de seu estado de saúde.

§ 1º A condição especificada no *caput* deste artigo, e o respectivo Código Internacional de Doenças - CID, deverá ser atestada por médico de órgão oficial de saúde.

§ 2º Esta Lei aplica-se no âmbito intermunicipal a todos os modais terrestres ou aquaviários de transporte coletivo, sejam ônibus, trens, ou barcas.

Art. 2º - Fica também assegurado o direito à isenção tarifária, conforme disposto no artigo anterior, a um acompanhante, se o portador de deficiência ou doença crônica apresentar dificuldade de locomoção quando desacompanhado.

§ 1º A necessidade de acompanhamento por dificuldade de locomoção deverá estar especificada no respectivo laudo médico.

§ 2º O direito previsto no *caput* deste artigo, independente do disposto no parágrafo anterior, será garantido quando o portador de deficiência ou doença crônica se for criança ou adolescente com idade até 18 anos.

§ 3º A empresa de transporte que se recusar a transportar o beneficiário e ou o acompanhante nos termos do disposto nesta lei, estará sujeita às penalidades previstas no contrato de concessão, permissão ou autorização.

Art. 3º O direito à isenção tarifária será exercido mediante a apresentação de carteira emitida individualmente pelo órgão estadual competente que identifique a sua condição de passageiro especial.

Art. 4º O direito previsto nesta lei deverá ser amplamente divulgado nos serviços de transporte coletivo e de saúde pública.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei estabelecendo as normas necessárias ao seu cumprimento.

Parágrafo único. Visando minimizar eventuais impactos financeiros, na regulamentação desta lei estabelecer-se-á os mecanismos necessários para o equilíbrio dos contratos de concessão, permissão e autorização do serviço público de transporte coletivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,
 Deputado Narcizo Parisotto

Lido no Expediente
 Sessão de 27/10/05

JUSTIFICATIVA

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." Constituição Federal, art. 196.

Mesmo com os avanços obtidos, o direito à saúde consagrado na Constituição Brasileira tem se constituído em utopia para grande parte da população menos afortunada em termos econômicos. A medicina no Brasil é considerada de alto padrão, com profissionais de reconhecimento internacional, no entanto, pessoas ainda morrem nas filas aguardando por atendimento que às vezes chega tarde demais.

A população cobra políticas públicas que melhorem sua condição e aproximem os recursos médicos eliminando barreiras que vão desde o custo dos procedimentos até a distância geográfica que torna muitas vezes inacessível o tratamento médico pela impossibilidade de deslocar-se até as unidades de saúde especializada.

Temos acompanhado o drama de pessoas que, em razão de encontrarem-se debilitadas pela ação da doença, precisam percorrer distâncias em busca de tratamento médico, alguns necessitando de acompanhante nesse deslocamento, sem que disponham de recursos.

A proposição visa a alcançar aquelas pessoas de baixa renda, portadoras de doenças graves, proporcionando um mínimo de dignidade, visto que o deslocamento tem sido empecilho ao melhor atendimento dessas, pelo longo período que têm de permanecer longe de suas casas e famílias, deslocando-se em condições adversas, tendo muitas vezes que recorrer a "carona".

O presente projeto de lei procura atenuar algumas dessas dificuldades que afligem os portadores de doenças graves, que exigem o acompanhamento médico constante, proporcionando-lhes o direito à gratuidade na tarifa de transporte como forma de restabelecer o mínimo de dignidade e condição de tratamento visando a estabelecer um padrão de saúde mais elevado.

O alcance desta iniciativa é de caráter social mas, acima de tudo, de saúde pública, uma vez que facilitando o tratamento preventivo poder-se-á reduzir os custos no sistema público decorrente de internações e procedimentos tardios e de alta complexidade.

Por essas razões, rogo aos Pares a aprovação desta proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 437/05

Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.324, de 20 de janeiro de 2005.

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 13.324, de 20 de janeiro de 2005, fica acrescido do seguinte § 2º, transformando o parágrafo único em § 1º;

"Art. 13. (...)

§ 1º (...)

§ 2º O direito de que trata o *caput* estende-se aos familiares, quando o paciente, alternativa ou cumulativamente:

I - estiver inconsciente;

II - for incapaz de entender sua condição; ou

III - for menor de idade.

Art. 2º Fica acrescido o art. 36-A à Lei nº 13.324, de 20 de janeiro de 2005, com a seguinte redação:

"Art. 36 -A. O não-cumprimento do disposto na presente Lei sujeitará a instituição infratora às penalidades administrativas de acordo com a legislação vigente."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Nilson Gonsalves

Lido no Expediente

Sessão de 27/10/05

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de lei que tem por objeto acrescentar o § 2º ao art. 13 e o art. 36-A à Lei nº 13.324, de 20 de janeiro de 2005.

A relevância da boa e eficiente prestação dos serviços da saúde é um fator primordial na conquista de melhores condições da qualidade de vida.

Faz parte dos princípios e garantias individuais consolidados na Constituição da República, o direito do paciente e, quando da sua impossibilidade, e seus familiares, de acesso ao seu prontuário médico.

Outro fator preponderante diz respeito à atribuição de penalidades pelo não-cumprimento da referida Lei.

Assim, visando salvaguardar um direito do cidadão, garantido pela norma acima citada, solicito a aprovação do projeto em tela.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 438/05

Altera a redação do art. 4º da Lei nº 12.919, de 23 de janeiro de 2004.

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 12.919, de 23 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Somente poderão ser destinadas à comercialização em estabelecimento de desmonte as peças e os acessórios dos veículos automotores que tenham a baixa do registro no Departamento Estadual de Trânsito, na forma legislação vigente." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 27/10/05

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei tem por finalidade alterar a Lei nº 12.919, de 23 de janeiro de 2004, para permitir que somente possam ser objeto de comercialização nos estabelecimentos de desmonte as peças e os acessórios de veículos que tenham obtido a respectiva baixa de registro junto ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, propiciando maior segurança aos consumidores em relação à origem das peças e acessórios.

O art. 126 c/c o art. 127, do Código Nacional de Trânsito, e a Resolução nº 11, de 23 de janeiro de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito, estabelecem que o proprietário de veículo irrecuperável, ou definitivamente desmontado, deverá requerer a baixa do registro, no prazo e forma estabelecidos pelo CONTRAN, e o órgão executivo de trânsito competente só efetuará a baixa do registro após prévia consulta ao cadastro do RENAVAL.

Com efeito, a proposta legislativa busca adaptar a Lei estadual às normas federais que estabelecem os parâmetros para a regularização, junto aos órgãos específicos, dos automóveis retirados de circulação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 439/05

Declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de ARAQUARI.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de ARAQUARI, com sede e foro no Município e Comarca de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 2005.

NILSON GONÇALVES

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 27/10/05

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de ARAQUARI, com sede e foro no Município e Comarca de Araquari, neste Estado, fundada em 22 de janeiro de 2003, sem prazo determinado de duração, é uma Associação sem fins lucrativos, que tem entre outros objetivos, o de manter um corpo de cidadãos que, com especial empenho e sob o regime de voluntariado, esteja pronto para a execução de serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorros em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades pública, bem como apoio e socorro à comunidade.

Preenchendo os requisitos previstos na Lei nº 10.436, de 01 de julho de 1997, e ante a evidente utilidade da entidade para a sociedade catarinense, espero contar com a compreensão e o apoio dos Eminentíssimos Colegas Deputados, para a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 017/05

Dispõe sobre o auxílio-alimentação aos servidores inativos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o auxílio-alimentação a todos os servidores inativos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

§ 1º O valor do auxílio-alimentação será implementado, gradativamente, em parcelas iguais, num período de dez meses.

§ 2º Os servidores inativos já contemplados com o auxílio-alimentação perceberão a diferença para o novo valor, gradativamente, em parcelas iguais, observando-se o disposto no § 1º deste artigo.

Art. 2º O valor do auxílio-alimentação dos servidores inativos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina será reajustado na mesma data e no mesmo percentual aplicados aos servidores ativos.

Art. 3º Havendo reajuste do valor do auxílio-alimentação dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina durante o período de implementação do auxílio-alimentação aos servidores inativos, esse reajuste será estendido aos servidores inativos, refletindo automaticamente nas parcelas implementadas e nas pendentes de implementação.

Art. 4º Ficam convalidados os pagamentos do auxílio-alimentação já efetuados aos servidores inativos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA

A proposição que se submete à apreciação do Plenário tem como objetivo estender a todos os servidores inativos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina o auxílio-alimentação que já vem sendo percebido pelos servidores ativos, com o propósito de se dar tratamento igualitário aos servidores.

De outro vértice, a proposição também visa ir ao encontro de uma antiga reivindicação dos servidores inativos, encampada pela Associação dos Funcionários Inativos da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, da Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e do Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Diante do acima elencado e na certeza da justiça da reivindicação, solicitamos o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação da referida proposição.

*** X X X ***